

JA227



Presidente da Ordem dos Arquitectos: Helena Roseta **Director:** Ricardo Carvalho **Sub-Director:** José Adrião
Editor Principal: Pedro Cortesão Monteiro **Editora de Projecto:** Joana Vilhena **Projecto gráfico:** Pedro Falcão
Edição de fotografia: Daniel Malhão **Conselho Editorial:** Ana Tostões, Inês Lobo, Francisco Aires Mateus,
 João Belo Rodeia, Jorge Carvalho, Manuel Aires Mateus, Nuno Grande, Ricardo Bak Gordon **Secretário de Redacção:**
 Tiago Lança **Colaboraram neste número:** ComA, Carlos Sant' Ana, Edgar Martins, Inês Leite, João Gomes da Silva,
 Jorge Mangorrinha, Luís Maio, Mike Davis, Paulo David, Paulo Mendes da Rocha, Promontório, Elisabete Xavier Gomes /
 Rui Mendes, SAMI, Susana Lobo

Traduções: Language at Work, Lda **Marketing e Publicidade:** Maria Miguel e Sofia Marques **Revisões:** José Sousa
Tipo de letra: FTF Flama **Impressão:** Gráfica Maiadouro, SA. Rua Padre Luís Campos, 686, Vermoim, Apartado 1006,
 4471-909 Maia **Distribuição Comercial:** Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA. Rua de Estrasburgo, 26, R/c Dto,
 2605-756 Casal de Cambra **Tiragem:** 13400 **Redacção e administração:** Edifício dos Banhos de São Paulo, Travessa do
 Carvalho, 21/23, 1249-003 Lisboa Tel. +351213241110 Fax +351213241101 // jornalarquitectos@ordemdosarquitectos.pt
 // www.ordemdosarquitectos.pt **Depósito legal:** 27.626/89 **ISSN:** 0870-1504 **Registo ICS:** 108.271 (Jornal Arquitectos)
Propriedade: Ordem dos Arquitectos – Centro Editor Livreiro da OA **NIPC:** 500802025

Fotografia da capa e do editorial: Daniel Malhão

O Jornal Arquitectos foi distinguido com o Merit Award na categoria de Magazine Layout
 nos European Design Awards de 2007. www.ed-awards.com



JA227

FÉRIAS

EDITORIAL	2	
CRÍTICA	18	A colonização da linha de costa: da marginal ao «resort» Susana Lobo
	26	Atelier Conceição Silva: território e turismo Inês Leite
	32	O viajante João Gomes da Silva
	34	Território de recursos: raízes, tendências e turismo na República Dominicana Jorge Mangorrinha
	36	A estrada para o futuro acaba no Dubai? Mike Davis
	42	Do planeta como fábrica de turistas Luís Maio
PERSONA	46	Paulo Mendes da Rocha conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho
VÍRUS	65	Elisabete Xavier Gomes e Rui Mendes editores
DOSSIER	82	Edgar Martins
PROJECTO	90	Centro de visitantes das Gruta das Torres, Pico SAMI arquitectos
	94	Empreendimento Turístico do Lajido, Criação Velha, Pico SAMI arquitectos com Carlos Pedro Sant' Ana
	96	Apartamentos e clube de Verão, Albufeira PROMONTÓRIO arquitectos
	100	Edifício complementar à Pousada de Juventude, Penhas da Saúde, Covilhã ComA, arquitectos
	104	Piscinas públicas e passeio marítimo; Restaurante, Salinas, Câmara de Lobos Paulo David
BIOS	110	
ABSTRACTS	112	

A colonização da linha de costa: da marginal ao «resort»

Na relação directa com a actividade produtiva, a institucionalização do «tempo livre» surge como reflexo de profundas transformações sociais, decorrentes da estabilização dos horários de trabalho, do aumento progressivo da escolaridade obrigatória, da evolução dos hábitos de consumo e da crescente mobilidade conseguida com a expansão dos meios de transporte¹. Naturalmente, a generalização da necessidade e da procura de «lazer» teria as suas repercussões territoriais, em especial, na organização e ocupação selectiva da linha de costa, cenário privilegiado da produção turística. Assim, quando falamos de «férias», implicitamente, temos de considerar determinadas tipologias de turistas e modelos específicos de colonização do espaço.

Tipologias Turísticas: o viajante, o veraneante e o turista.

José Miguel Iribas² distingue três grandes categorias turísticas, diferentes entre si e com comportamentos e solicitações espaciais próprios: o viajante, o veraneante e o turista. As duas primeiras, que se começam a esboçar ainda no século XIX, podemos associá-las às primeiras quatro fases definidas por Miossec³, de implantação do turismo no território – a «pré-turística»; a de «manifestação ténue»; a de «criação de infra-estruturas e concentração de mão-de-obra»; e a de «organização, especialização e segregação espacial». A última, definida a partir dos anos 60 do século XX, e que é caracterizada como de massas, engloba as duas fases finais – a de «saturação» e a de «reestruturação».

A viagem, e, por conseguinte, o viajante, assume-se como fundamento do próprio conceito de turismo. O *Grand Tour* clássico dá gradualmente lugar a explorações folclórico-exóticas românticas, de aproximação cultural e de fetichização do «outro». Pela mão da agência *Cook* e dos guias *Baedeker*, os intelectuais e a burguesia culta têm acesso facilitado a itinerários de afirmação individual, onde o comboio é o meio de transporte eleito, viajando em *wagons-lits* até ao *hotel da estação*. Mais tarde, é de automóvel que Raúl Proença nos dá a conhecer Portugal.

Mas à medida que o turismo recreativo se democratiza a novos tipos urbanos, a tradição da viagem banaliza-se em rituais perversos de coleccionismo. Já não é a experiência do «novo» que importa, antes a fotografia que confirma o postal e o carimbo no passaporte que testemunha a presença no lugar.

O veraneante, por seu lado, deriva da vilegiatura aristocrática finissecular, em que, de Setembro ao fim da estação, a corte se deslocava ociosamente para retiros junto à costa, migrações sazonais que alimentam o aparecimento de uma nova tipologia arquitectónica: o *chalet*. De Algés a Cascais, assiste-se à proliferação deste modelo, em exemplares de representação simbólica.

O veraneio surge, assim, intrinsecamente associado à descoberta do espaço litoral pelas monarquias europeias. A grande diferença que separa estas duas vertentes reside

nas condutas sociais que as caracterizam. A aristocracia mantém os seus hábitos citadinos, passeia as *toilettes* pela esplanada, reúne-se para falar de negócios no *club* e à noite vai às *soirées* organizadas pela alta sociedade. Para o veraneante trata-se de recuperar dos meses de trabalho, e, por isso, de romper com a rotina e com as normas da vida quotidiana.

Também os grandes equipamentos terapêuticos de banhos contribuem para o fomento de um turismo balnear marítimo, introduzindo, através de conceitos e práticas higienistas, uma dinâmica própria a certas zonas da costa.

A verdade é que, no Portugal de 1911, «só uma pequena minoria dos trabalhadores portugueses gozava, então, de férias anuais, restritas ao funcionalismo público, às profissões liberais, ao patronato e a poucos outros. O operariado e a pequena burguesia assalariada não iam além do descanso semanal ao domingo, que procuravam aproveitar da melhor maneira possível, com passeios ao campo, às hortas e às praias mais aproximadas das cidades»⁴. O turismo de massas, e com ele o turista, ganha expressão apenas a partir do pós II Guerra Mundial, com a real generalização das férias às classes trabalhadoras, possível, no quadro de recuperação económica europeia do pós-guerra, pela disponibilização de frotas aéreas excedentárias para exploração comercial. O «sul» ganha um renovado fascínio e a trilogia *sun, sand & sea* passa a estar ao alcance de todos, em pacotes de férias organizados. Surgem novos empreendimentos turísticos, moldados pela crescente pressão urbanística sobre o litoral, abrindo a oportunidade de se explorarem diferentes conceitos no planeamento de núcleos de veraneio.

Assim, se, por definição, o viajante atravessa o território, interagindo pontualmente com ele, o veraneante e o turista consomem paisagem, numa relação paradoxal de uso intenso e monofuncionalista que põe em causa a autenticidade e a capacidade de atracção do cenário natural, e, por isso, a própria sobrevivência da indústria do turismo balnear.

A colonização da costa: fases de implantação do turismo balnear

Como consequência do desenvolvimento do fenómeno turístico ao longo do século XX, a geografia humana da linha de costa portuguesa transformou-se radicalmente. Durante este período, é possível reconhecer diferentes fases no desenvolvimento das estâncias balneares marítimas, a que correspondem, também, diferentes modelos e estratégias de planeamento e de ordenamento do território.

Num momento inicial, são as praias mais próximas dos grandes centros urbanos e alguns aglomerados de pescadores que funcionam como zonas privilegiadas de veraneio. Como a Foz, a que «muita gente vinha do Porto, de madrugada, tomava banho e regressava à cidade»⁵ nos *carroções* puxados por bois, depois substituídos pelo serviço de *ónibus* e pelos *chars-à-bancs*, onde «o movimento de banhistas aumentou extraordinariamente e a vida nesta

Fig. 1 Miguel Ventura Terra, plano Geral de Melhoramentos do Funchal, 1915.



Fig. 2 Ezequiel de Campos, plano Geral de Melhoramentos da Póvoa de Varzim, 1920.

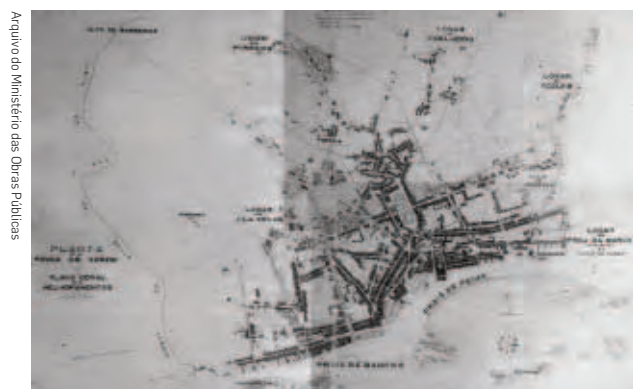


Fig. 3 Fernando Perfeito de Magalhães, plano Geral do Desenvolvimento Industrial e de Turismo de S. Martinho do Porto, 1920.



praia entrou na sua fase moderna», abrindo-se a estrada de Leça, «batida pelo oceano», com construções ao estilo francês. Ou a Nazaré, «importante centro piscatório e uma das mais belas e frequentadas praias de Portugal»⁶, aonde concorriam «além de algumas famílias de Lisboa e outros pontos do País, os habitantes do distrito de Leiria e Ribatejo». A exploração turística, na mão de pequenos proprietários locais, corresponde, ainda, a uma organização embrionária e incipiente e a expansão dos núcleos originais faz-se, de uma forma espontânea, ao longo das principais vias de comunicação ou procurando a melhor relação paisagística, com uma «homogeneidade tipológica distintiva (casas maioritariamente do tipo *chalet*)»⁷.

Numa segunda fase, e em resposta à crescente densificação destes aglomerados, surgem os primeiros Planos Gerais de Melhoramentos para cidades de praia. São o caso, em 1915, do «Plano Geral de Melhoramentos do Funchal», de Miguel Ventura Terra e, em 1920, do «Plano Geral de Melhoramentos da Póvoa de Varzim», da autoria do engenheiro Ezequiel de Campos, e do «Plano Geral do Desenvolvimento Industrial e de Turismo de S. Martinho do Porto», de Fernando Perfeito de Magalhães, publicado na revista *Arquitectura*, em Julho de 1927. Mas, é o projecto de Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, apresentado em 1914 e concluído em 1931, para *Estoril – Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, desenhado pelo arquitecto parisiense Henry Martinet, que anuncia a transição para uma nova filosofia no planeamento de estâncias estivais.

Instrumentos reguladores de apoio à actuação municipal, os planos de melhoramentos do Funchal (fig. 1) e da Póvoa de Varzim (fig. 2) centram-se na reorganização do

traçado da rede viária, na definição de alinhamentos para a edificação, na delimitação de novos espaços de domínio público e na implementação de adequados sistemas de abastecimento de água, luz e esgotos, no sentido de melhorar as condições de circulação e de salubridade urbanas. Em ambas as propostas são claras as influências do urbanismo oitocentista francês, por via do movimento *City Beautiful*, na política nacional de ordenamento urbano do início do século, com o rasgar de grandes eixos viários sobre a malha existente, articulados por monumentais rotundas, e a abertura de amplas praças ajardinadas. É nesta altura que são estruturadas as marginais oceânicas, ou *avenidas do mar*, junto à *praia de banhos*, consolidando e desenhando a relação com o areal em *terraços-esplanadas*, *passeios alegres* e *pontões-promenade*. Na Figueira da Foz, a Esplanada Silva Guimarães confirma a tendência da cidade se aproximar do mar, numa ampla praça elevada, aberta sobre a marginal. E, em Espinho, a Esplanada da Praia remata, alguns anos depois, com um mergulho modernista na Piscina Solário Atlântico.

No plano para S. Martinho do Porto (fig. 3), pensa-se já toda a organização e a extensão da vila em função da actividade turística, prolongando-se a avenida marginal em torno da baía e urbanizando-se a faixa definida entre esta via e a linha de caminho-de-ferro. O núcleo existente é dignificado com a introdução de novos equipamentos de carácter social, enquanto que na zona de expansão se instalam, ao longo da marginal, os principais equipamentos de atracção turística: os Hotéis, o *Club Náutico*, o Balneário e o Casino, edifício que articula todo um complexo em parque onde se inserem os Estabelecimentos Comerciais, o

Fig. 4 Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sprotiva, Sociedade Estoril-Plage, 1914.

[Imagem extraída de SILVA, Raquel Henriques da, «Estoril: Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sprotiva – As Etapas de um Projecto, 1914-1932», Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município, Cascais, N.º 10 (1991)]



Museu, a Praça de Touros e o Stadium. Esta nova faixa construída é dividida ao meio por um núcleo residencial de «Casas tipo Nacional», denunciando o aparecimento de outros modelos no «arquitectar de casas simples» para férias. Propõe-se, assim, uma especialização funcional do espaço de veraneio, a partir da articulação de edifícios chave – o grande hotel, o casino e o estabelecimento de banhos – com elementos de diversão – o parque à inglesa, o pontão-passeio, as esplanadas, os espaços comerciais e centros desportivos. Os modelos seguidos reflectem ainda

um forte carácter urbano. Tal como na proposta visionária de Cassiano Branco para a Praia Atlântico, na Costa da Caparica, de 1930, onde, no entanto, se exploram já algumas formas arquitectónicas inovadoras. Deambulações em «zigurate» que hoje proliferam pela costa algarvia.

O conjunto do Monte Estoril (fig. 4) introduz uma outra vertente, a da segregação espacial, abordagem que seria explorada, com um sentido mais contundente, na década de 1960. Estância internacional e cosmopolita, idealizada pela Sociedade Estoril-Plage nos terrenos da antiga Quinta do Viana, é projectada como um extenso Parque dedicado ao turismo de luxo. Ideia que já havia sido ensaiada, na sequência da inauguração da linha férrea entre Lisboa e Cascais em 1889, pela Companhia Monte Estoril do Conde Moser e Carlos Anjos⁸.

No folheto-albúm do empreendimento⁹, anuncia-se todo um complexo cenográfico e eclético de equipamentos, organizados em torno de uma ampla *pelouse* central ajardinada: galerias comerciais, em forma de meia-laranja, com monumentais arcadas; o Palace Hotel, de gosto académico francês; o Estabelecimento Termal, de inspiração romana, com hotel anexo; o Casino-Teatro, coroando a praça, de estilo clássico elaborado e luxuoso; o Hotel do Parque, de carácter rústico, «com preços mais modestos (...) na louvável intenção de tornar o estabelecimento acessível a todos»; e o Palácio dos Sports, integrado no pinhal, com campos de *tennis*, *croquet*, *cricket*, *football*, corridas de cavalos e *golf*. A entrada, «situada quase em frente da actual estação de caminho-de-ferro», desenha-se «simples e grandiosa: algumas colunas de pedra ligadas entre si por artísticas cadeias de ferro ou de bronze». Rematando este conjunto eclético e monumental, junto à praia previa-se o Estabelecimento de Banhos de Mar neo-clássico, sobre um *digue-promenade* para passeios de fim-de-tarde.

A dimensão do projecto levantaria alguns problemas na sua concretização. Num período de grande instabilidade política e económica, marcado pela rotatividade dos governos republicanos e o eclodir da I Guerra Mundial, a iniciativa, de cariz privado, não consegue o apoio pretendido do recém-criado Conselho Nacional de Turismo. É só com o Estado Novo que se alcança a projecção aspirada, com a regulamentação das Zonas de Jogo, em 1927, e a integração do complexo turístico numa operação mais vasta de valorização da capital: o Plano de Urbanização da Costa do Sol, elaborado, entre 1933 e 1936, por Alfred Agache e retomado, em 1948, por Etienne de Gröer.

Fig. 5 Carlos Ramos e António Emídio Abrantes, plano de Urbanização da Praia da Rocha, 1935.

[Imagem adaptada de LBO, Margarida Souza, Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco, Porto, DGOITDU/FUP Publicações, 1995]

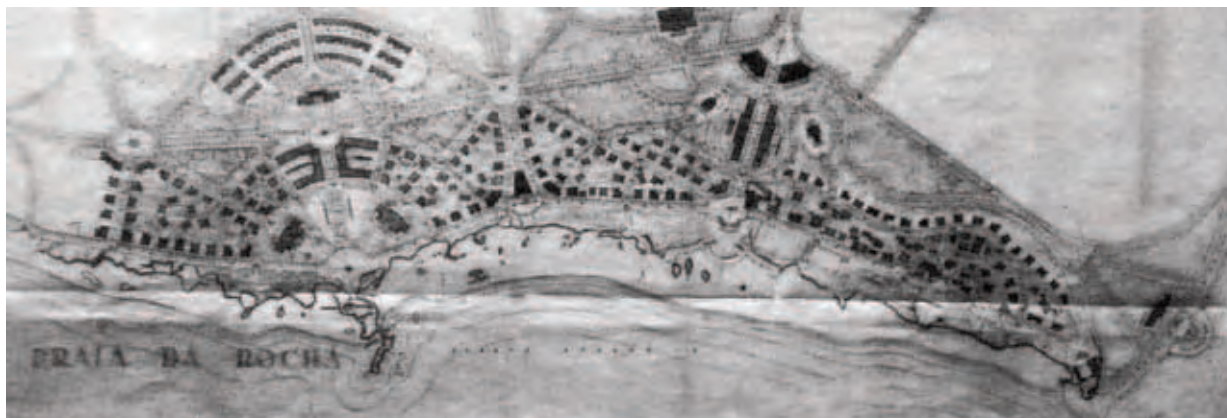


Fig. 7 Inácio Peres Fernandes, Grande Hotel da Figueira, 1948-1953.



Fotografia de época

Fig. 8 Raúl Tojal, Hotel Estoril-Sol, 1958-1964.



Binário, N.º 75, Dezembro 1964

Os Planos Gerais de Urbanização, instituídos, em 1934, por Duarte Pacheco, contribuem decisivamente para a consolidação de uma nova etapa de desenvolvimento do turismo balnear. Na realidade, os primeiros projectos submetidos para apreciação do Conselho Superior das Obras Públicas são para praias: Praia da Rocha, em 1936, Praia de Mira, em 1937, Frente Marginal da Praia de Monte Gordo e Praia de Moledo, em 1942¹⁰.

Sinal da necessidade urgente de se regular a rápida transformação do território, mas, também, da influência de novos conceitos de prática urbanística, os Planos de Urbanização instituem a obrigatoriedade dos municípios planearem as obras de urbanização e de extensão dos seus aglomerados, ampliando o alcance dos Planos de Melhoramentos que contemplavam, fundamentalmente, a implementação de infra-estruturas. Na ausência de quadros técnicos especializados, as câmaras, e o próprio governo, recorrem inicialmente ao apoio de arquitectos e de engenheiros para a realização destes planos. Nas praias do Cabedelo, em Viana do Castelo, e da Rocha chega mesmo a ser aberto concurso público para a apresentação de propostas.

Carlos Ramos tinha já elaborado o «Plano Geral de Melhoramentos da Praia de Moledo», em 1929, para a Comissão de Iniciativa local. Projecto de forte sentido formal, em que todo o aglomerado é desenhado, de raiz e como produto acabado, com base num traçado geométrico ortogonal em leque, é precursor dos princípios urbanísticos que caracterizam os primeiros estudos de urbanização. Na Praia da Rocha (fig. 5), a que concorre, em parceria com o engenheiro Emídio Abrantes, sob a sigla «Os Dois Ursos», apresenta já uma abordagem mais orgânica na adaptação ao terreno, ainda que trabalhando sobre o mesmo tema da diagonal perpendicular ao mar, como estrutura da composição urbana, que aqui ganha maior complexidade e destaque. O conjunto desenvolve-se paralelo à costa, acompanhando e propondo a extensão da marginal existente e organizando-se a partir de dois eixos viários principais, perpendiculares à costa, que concentram os equipamentos e os espaços de fruição pública. O primeiro eixo, remata a estrada de acesso à praia, por Portimão, e, o segundo, assinala como ponto focal, de um núcleo desenvolvido em anfiteatro, a Esplanada dos Três Castelos. O resto da composição articula-se num sistema de arruamentos residenciais sinuosos que contrasta com a força geométrica das vias principais, numa clara referência a modelos contemporâneos do urbanismo alemão.

Único trabalho apresentado para apreciação, é votado sobre mérito absoluto e aprovado por unanimidade pelo júri do concurso. No entanto, a proposta de demolição de algumas construções existentes, como consequência do novo traçado, levantaria inúmeras reclamações, a que o ministro das Obras Públicas dá voz, não homologando o projecto. É elaborado um novo esquema, mantendo os princípios gerais da primeira proposta, que nunca chegaria a ser concretizado, como comprova a «Revisão do Ante-Plano de Urbanização da Praia da Rocha», realizada por José Costa Silva e pelo engenheiro Inácio da Silva, apreciada em 1952.

Da década seguinte, destaca-se o Plano de Urbanização da Costa da Caparica (fig. 6), elaborado em 1947 pelo arquitecto-urbanista Faria da Costa. Representativo da importância que esta praia assume no contexto de um turismo interno, enquanto estância de veraneio popular, contrapõe-se ao Plano de Urbanização da Costa do Sol, ao mesmo tempo que se enquadra numa idêntica concepção



Arquitectura, N.º 13, Março 1947

Fig. 6 Faria da Costa, plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1947.

Fig. 9 Manuel Tainha, piscinas do Tamariz, Estoril, 1954-1956.



territorial alargada, em que, para além da Costa da Caparica, são integrados os estudos para os aglomerados vizinhos da Trafaria e da Cova do Vapor: o «Plano Geral de Urbanização do Concelho de Almada», realizado em colaboração com Etienne de Gröer. Faria da Costa, que, com David Moreira da Silva, constitui a primeira geração de urbanistas portugueses, tinha concluído o curso na Universidade de Paris com a proposta de um «Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz», publicado na Arquitectura Portuguesa, em 1937. Mas é o «Plano da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro», desenvolvido a partir de 1945, que põe em evidência as opções urbanísticas que iria afinar na Costa da Caparica.

Tal como em Alvalade, a expansão da Caparica é desenhada com base numa larga malha viária reticulada, subdividida num sistema de arruamentos e pequenas praças de circulação local que integram o velho aglomerado piscatório. Esta rede é aqui estruturada pelo prolongamento dos dois principais eixos de acesso regional, a estrada da Trafaria e o desvio da estrada de Cacilhas, perpendiculares entre si num esquema clássico em cruz, orientado a Norte-Sul e a Nascente-Poente. Na intersecção destas duas artérias define-se o novo bairro comercial, enquanto que no topo Sul, junto à gare rodoviária proposta, se implanta o bairro dos pescadores. No topo Norte, os terrenos da Mata Nacional são mantidos como «bolsa» verde de utilização pública e de valorização paisagística da nova urbanização, enquadrando a existente colónia de férias «Um lugar ao Sol», construída, em 1938, pela FNAT-Fundação Nacional para Alegria no Trabalho.

«Servindo uma população flutuante de fim de semana que tem maior importância, logo seguida pela população flutuante estival, que na Costa sobe a 70%»¹¹, o conjunto constituído pela Trafaria e a Costa da Caparica é estudado para um número ideal de 25 000 habitantes, para um «completo apetrechamento urbano, sem os inconvenientes das densas e fatigantes capitais». «Atingidos os limites previstos, o excedente da população irá ocupar aglomerados satélites que se estenderão ao longo da praia, para sul», numa concepção próxima do modelo das cidades-jardim inglesas.

Excepcionalmente, a nova Alameda Marginal, implantada em terrenos de praia e reduzindo para 100 metros a largura do areal, é projectada como uma moderna zona habitacional, com blocos colectivos de apartamentos, de sete pisos de altura, perpendiculares à linha de costa «para terem melhor orientação e evitar uma autêntica muralha que separaria toda a povoação da praia». Complementando esta área, é definido um Centro de Diversões, composto por casino, hotéis, restaurantes, cafés, bares, piscina e praia infantil.

Num aglomerado que se tinha vindo a constituir de uma forma casuística e deficiente, as linhas orientadoras propostas pelo traçado de Faria da Costa vieram determinar o desenvolvimento local.

A criação da figura de Anteplano, em 1946, remeteria, no entanto, estes estudos para uma função passiva, ficando reduzidos a meros instrumentos orientadores da iniciativa privada. Iniciativa privada que ganha expressão nos anos de recuperação económica do pós-guerra, promovendo, já com o apoio dos Planos de Fomento, a construção de novos equipamentos turísticos. É neste período que se consolida uma nova tipologia de alojamento balnear, o hotel de praia, afirmando uma imagem de modernidade junto à marginal. Casos do Grande Hotel da Figueira da Foz (fig. 7), de Inácio Peres Fernandes, ou do Hotel Estoril-Sol (fig. 8), de Raúl Tojal. Ainda na marginal, as piscinas de praia assistem a uma renovada atenção, com a construção da Piscina Praia, na Figueira da Foz, de José Isaías Cardoso, e das Piscinas do Tamariz (fig. 9), no Estoril, de Manuel Tainha. Uma década mais tarde, Álvaro Siza desenha a Piscina das Marés, em Leça.

É, também, nesta altura, que aparecem os primeiros núcleos de habitações de «fim-de-semana», como o Bairro dos Arquitectos, no Alto do Rodízio, ou o conjunto balnear de Ofir, este combinando as duas vertentes, a hoteleira e a residencial. Também na urbanização da praia de S. Pedro de Muel, desenhada, em 1947, por José de Lima Franco, se reúnem exemplares únicos de segundas residências, num mostruário de arquitecturas que condensa, desde o *chalet* às experiências revisionistas pós-Inquérito, passando pela «casa portuguesa» e por modelos inspirados na moderna arquitectura brasileira, a evolução formal desta tipologia.

A década de 1960 confirma a vocação turística de Portugal, com a «descoberta» do Algarve pelas «massas», que, acompanhando o *boom* turístico verificado em Espanha, procuram a amenidade do clima e os cenários ainda intocados da costa meridional portuguesa. A inauguração do aeroporto de Faro, em 1965, vem intensificar este movimento, colocando o país no mapa das rotas internacionais de voos *charter*.

Logo em 1961, numa série de artigos publicados no Diário de Lisboa, intitulada «Não deixemos estragar a nossa terra», escritos por José Rafael Botelho, António Pinto de Freitas e Francisco Keil do Amaral, surge «Nuvens negras sobre o futuro do Algarve»¹², texto, deste último autor, em que chama a atenção para a urgência de se proceder ao planeamento da valorização turística da costa algarvia, face a uma «liberalização tendenciosa da iniciativa privada»¹³. «Um planeamento que, em linhas gerais, defina as zonas a valorizar e os critérios que devem presidir a essa valorização; as reservas naturais a conservar e as zonas de protecção a certos sítios, vistas, acidentes da Natureza, ou núcleos urbanos;

Fig. 10 Jorge Ferreira Chaves e Frederico Sant'Ana, Hotel do Garbe, 1959-1962.

Arquitectura, N.º 83, Setembro 1964



as vias de interesse turístico a criar ou a melhorar; as necessidades de alojamento e os tipos mais adequados para forasteiros; o equipamento turístico conveniente; as obras públicas indispensáveis para o apoio da valorização prevista, etc. Um planeamento realista, objectivo, feito o mais possível em permanente contacto com os sítios e as realidades locais»¹⁴. Estas seriam as «Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve», relatório que Keil do Amaral desenvolve, entre 1961 e 1962, por encomenda da Direcção Geral das Obras Públicas e que serviria de base, quer para o «Plano de Valorização Turística do Algarve», realizado por Paulo Cunha, em 1963, para o Secretariado Nacional de Informação, quer para a elaboração do «Plano Regional do Algarve», desenvolvido por uma equipa de técnicos italianos coordenados por Luigi Dodi e publicado em 1966.

Se o plano de valorização turística tinha «como objectivos a demarcação de realizações urbanísticas, a protecção dos quadros típicos das cidades e aldeias e o estabelecimento de prioridades de investimentos»¹⁵, que incluíam «áreas de desenvolvimento turístico» de preferência segregadas dos núcleos produtivos, o plano regional procurava «orientar um surto turístico em grande escala, atendendo às consequências na estrutura social e económica algarvia», prevendo, a partir de um zonamento que defendia a salvaguarda de valores ambientais, paisagísticos e históricos, a valorização turística de determinadas localidades e a integração de zonas rurais e florestais, a evolução da capacidade turística da região.

Em 1967, estes planos seriam complementados com um estudo preliminar de «Ordenamento Paisagístico do Algarve», realizado pelos arquitectos paisagistas Viana Barreto, Frazão Castello-Branco e Ponce Dentinho para a Direcção-

Geral dos Serviços de Urbanização, no qual se aponta «a defesa e valorização da paisagem como objectivo primário de planeamento em estudos de carácter regional».

Apesar do esforço e do sentido de oportunidade da acção do governo, em promover e implementar adequados instrumentos de regulação do desenvolvimento turístico do Algarve, a verdade é que o planeamento não acompanha a intensidade de construção que se verifica por toda a costa. Ao contrário do que se previa no plano regional, as áreas mais densamente ocupadas seriam as da costa do Barlavento e, contra as recomendações do plano de ordenamento paisagístico, começam a desenvolver-se núcleos de ocupação dispersa, rompendo com o equilíbrio e a unidade da paisagem.

Reflexo da fragmentação do território do turismo, os hotéis de praia exploram novos focos de implantação, primeiro na periferia dos pólos urbanos, e, depois, em locais isolados de forte impacto paisagístico. O Hotel do Mar, em Sesimbra, de Francisco Conceição Silva, marca esta viragem, abrindo caminho para o Hotel do Garbe (fig. 10), em Armação de Pêra, de Jorge Chaves e Frederico Sant'Ana, e o Hotel Algarve, na Praia da Rocha, de Raúl Tojal. Por seu lado, o Hotel da Balaia (fig. 11), projectado e construído, sobre a falésia da Praia Maria Luísa, pelo Atelier Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos, introduz uma nova abordagem na concepção deste tipo de estruturas, não só metodológica, num processo inédito de «chave na mão», como programática, em que a segregação espacial implica, agora, «a criação de microrganismos atractivos e largamente auto-suficientes»¹⁶.

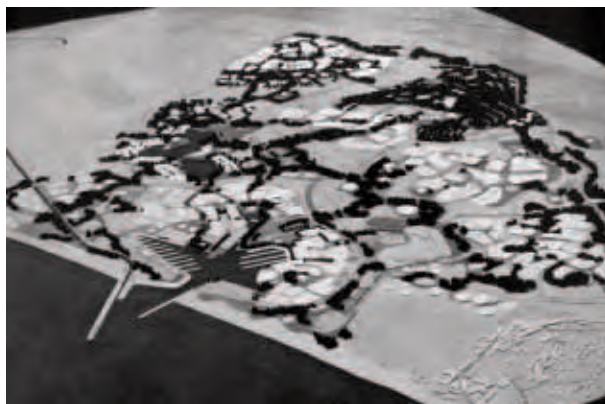
A contaminação do meio natural torna-se mais evidente com a proliferação dos aldeamentos turísticos, condomí-

Fig. 11 Atelier Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos, Hotel da Balaia, 1965-1967.



Arquitectura N.º 108, Março/Abril 1969

Fig. 12 Antepiano de Urbanização de Vilamoura, LUSOTUR, 1966.



Arquitectura N.º 96, Março/Abril 1967

nios fechados onde se vive em *resort*, que promovem uma descontinuidade com a envolvente imediata e com o tecido social existente. Quer os pequenos núcleos qualificados, como a Aldeia das Açoteias, de Vítor Palla, quer os grandes empreendimentos imobiliários multinacionais, como o Vale do Lobo ou a Quinta do Lago. Esta nova fase, é caracterizada pelo que Mario Gaviria chama de «neocolonialismo do uso do espaço de qualidade»¹⁷, em que a exploração e a propriedade da faixa costeira passa para mãos estrangeiras.

Mas o próprio conceito de férias sofre transformações. Já não se trata apenas de um tempo de descanso, em que não se faz nada, antes começa a ser encarado como espaço privilegiado para se experimentarem coisas diferentes: «o *ski* aquático, o *motoring*, o *golf*, o *surf*, o *flirt*»¹⁸. Em resposta às novas solicitações turísticas, a LUSOTUR – Sociedade Financeira de Turismo, SARL, adquire, em 1965, a antiga Quinta da Quarteira para aí implantar uma verdadeira «cidade de lazer». Nesse sentido é realizado o «Antepiano de Urbanização de Vilamoura» (fig. 12), por Carver L. Baker & Associates, GEFEL, S.E.T.A.P. e LNEC, cujo Plano Geral e Planos Sectoriais seriam desenvolvidos por uma equipa coordenada pelo engenheiro Manuel da Costa Lobo.

A estrutura do conjunto é pensada dentro de directrizes gerais apontadas no «Plano Regional do Algarve», estipulando duas zonas distintas de ocupação: a zona baixa, à volta da marina, de concentração urbana, e a zona de pinhal, nas colinas envolventes, de baixa densidade e de desenho mais orgânico. Estas zonas organizam-se, por sua vez, em quatro núcleos de desenvolvimento turístico – as praias, a marina, o golfe e uma zona agropecuária de apoio ao aglomerado – subdivididas em sectores autónomos, articulados por um sistema viário, hierarquizado, e vias de acesso pedonal. Todo o espaço exterior é concebido com grande fluidez e organicidade, procurando acentuar uma aparência «natural» do conjunto.

Definido o programa base, cada um dos sectores seria, depois, estudado por um arquitecto. Para a concretização do sector central da marina é, excepcionalmente, lançado um concurso internacional de ideias, que Pedro Vieira de Almeida vence, em *ex aequo* com o plano dos ingleses Eric Lyons e Ivor Cummingham¹⁹, com a proposta de uma autêntica «cidade lacustre». A radicalidade da visão de Pedro Vieira de Almeida, em que se ensaiam novos valores de organização urbana no espaço turístico, levaria a que fosse, no final, preterida pela solução inglesa.

Também Keil do Amaral tem uma participação relevante neste plano, com o projecto do «Centro Comercial de Vi-

lamoura», que desenvolve entre 1972 e 1974. Correspondendo à Zona 5 do Sector 2, tratava-se de organizar um núcleo comercial e de interesse cívico para os habitantes desse sector, com Igreja, Cinema, Casino, os escritórios da LUSOTUR, espaços comerciais e habitação. Concluído, já após a sua morte, no início dos anos 80, foi a oportunidade de pôr em prática princípios, de baixa densidade e de integração paisagística, que tinham orientado o seu estudo para Tróia, não concretizado.

De facto, depois do relatório sobre o desenvolvimento turístico do Algarve, Keil do Amaral tinha sido convidado pela Soltroia, em 1963, para se ocupar do «Plano de Aproveitamento Turístico da Península de Tróia» (fig. 13), para o qual havia já um antepiano, reprovado pelo governo. O novo estudo é homologado nesse mesmo ano, para o que em muito contribuiu a reputação do arquitecto, e os projectos de urbanismo e de arquitectura entregues à empresa promotora. A equipa organizada por Keil era constituída por José Antunes da Silva, Justino Morais, Orlando Jácome da Costa e José Manuel Norberto, que, em conjunto, desenvolvem o projecto para um centro turístico de grandes dimensões ocupando toda a extensão da península, em moldes semelhantes ao que viria a ser preconizado para Vilamoura.

No plano global, são definidas várias células de ocupação, organizadas a partir de um eixo viário principal e cuja construção seria faseada, conforme a evolução natural do aglomerado. A constituição destas células é estudada de forma a responder a diferentes tipos de ocupação turística: núcleos habitacionais, com lotes para habitação unifamiliar e algumas tipologias em banda, para estadia prolongada ou permanente; a *cidade*, núcleo central do plano e mais densificada, como área de apoio, comercial e de serviços, a um turismo sazonal; e alojamentos para várias categorias de turistas, desde o hotel de luxo aos parques de campismo, distribuídos pela área de intervenção. Como princípios orientadores da proposta, e garante da qualidade arquitectónica e ambiental do complexo, defendia-se a fragmentação da construção e a sua articulação com um máximo de áreas verdes, separando as áreas de serviço das áreas residenciais.

Com o plano aprovado, começaram a surgir os obstáculos à sua concretização, levantados pela própria administração da Soltroia, que pretendia, agora, uma maior rentabilização do território, adequando o empreendimento ao que entendiam ser as solicitações do moderno turismo internacional. Discordando das intenções anunciadas, Keil

Fig. 13 Francisco Keil do Amaral, Plano de Aproveitamento Turístico da Península de Tróia, 1963-1964.



Imagem extraída de Keil do Amaral: Arquitecto, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992.

Fig. 14 Atelier Conceição Silva, Complexo Turístico da Torralta – Tróia, 1970-1974.



Binário, N.º 177/178, Junho/Julho 1973

vê-se obrigado, em Agosto de 1964, a afastar-se do processo e é, assim, que, em 1970, entra em cena o Atelier Conceição Silva.

Esta reviravolta seria determinada pelo envolvimento do empresário Agostinho da Silva, presidente da Torralta e proprietário inicial dos terrenos de Tróia vendidos a Walter Moreira Salles, principal capitalista da Soltroia, que volta a adquirir uma parcela de 500 ha para instalar um complexo turístico. Para a concretização da proposta é criada toda uma operação de «time-sharing», inovadora em Portugal, atraindo accionistas com condições de retorno financeiro atractivas e o «direito real de preferência de habitação periódica»²⁰.

O projecto é, então, entregue à equipa de Conceição Silva (fig. 14), que trabalha sobre pressupostos de ocupação urbanística opostos aos de Keil. Se o programa de oferta turística é em muito semelhante, toda a concepção do complexo, centralizando a massa de construção na zona norte da península, se baseia em princípios de ocupação concentrada e pontual. As tipologias de alojamento privilegiadas são, agora, a torre de vários pisos e os apartamentos em banda, apoiados por uma rede de equipamentos de restauração e diversão nocturna (discoteca), desportivos (campos de ténis e de futebol, campo de golfe, centro hípico e piscina oceânica) e de cultura e espectáculos (museu e centro de congressos). Na realidade, entre as duas propostas, apenas a ideia da via principal estruturadora seria mantida.

A partir de 1974, a Torralta entra em processo de falência, acabando por ser necessária a intervenção do Estado.

As décadas seguintes são de saturação do território do turismo, com o predomínio de «elementos visitantes» sobre o espaço natural «anfitrião»²¹, onde proliferam os estereótipos de uma sociedade tendente ao rústico e a um historicismo exótico. A costa algarvia constitui-se como uma verdadeira cidade linear, construída em toda a extensão da fachada marítima, de Sagres até Vila Real de Santo António e, depois, pelo mediterrâneo dentro.

Num momento em que se assiste à reestruturação das zonas turísticas do litoral português, com investimentos imobiliários como o *Vilamoura XXI*, centrado no «Delta Project» de Skidmore, Owings & Merrill (a lembrar a proposta de Pedro Vieira de Almeida), ou a *Troiaresort*, a cargo da Imoareia, SA, do Grupo Sonae, é oportuna uma reflexão séria sobre os conceitos e os modelos que devem estruturar intervenções futuras. Entender, talvez, o turismo como um fenómeno «temporal, episódico e precário»²² e considerar o «carácter experimental das suas arquitecturas», o «sentido estratégico da sua implantação» e a sua

«dimensão territorial». Não é só de planeamento urbano eficaz que se trata mas, acima de tudo, de paisagem construída e da sua qualidade.

«As if beauty could not, or should not, be the object of planning»²³.

Notas

A autora agradece à Fundação para a Ciência e a Tecnologia a atribuição de bolsa de doutoramento, no âmbito da qual tem vindo a desenvolver a sua pesquisa em torno da relação entre Arquitectura e Turismo, sob a orientação dos Professores Doutor José António Banderinha (FCTUC) e Professora Doutora Ana Tostões (UTL-IST).

- 1 DUMAZEDIER, Joffre; IMBERT, Maurice, *Espace et Loisir dans la société française d'hier et de demain*, Tome 1, Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 1967.
- 2 IRIBAS, José Miguel, «Evolución de las rutinas del espacio: las diferentes tipologías turísticas», in AA. VV, *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965* (Actas do IV Congresso DOCOMOMO Ibérico), [s.l.], DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 141-153.
- 3 Ver VERA REBOLLO, J. Fernando, «Crisis del poblamiento turístico en el litoral mediterráneo español: consideraciones sobre su ordenación y rehabilitación», *Urbanismo/COAM* (Urbanismo en Áreas Turísticas), Madrid, N.º 4 (Mayo 1988), pp. 6-15.
- 4 SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal* (Portugal: da Monarquia para a República), Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- 5 ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002 (1.ª ed. 1876).
- 6 PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (1.ª ed. 1927).
- 7 COSTA, Alexandre Alves, «Portugal: Cities by the Sea», in GRAAF, Jan de; CAMP, D'Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An Anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997, pp. 212-233.
- 8 BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Arquitectura de Veraneio: os Estoril – 1880-1930* [texto policopiado], Lisboa, 1989. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- 9 SILVA, Raquel Henriques da, «Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva – As Etapas de um Projecto: 1914-1932», *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, Cascais, N.º 10 (1991), pp. 41-60.
- 10 LÓBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, DGTU/FAUP Publicações, 1995.
- 11 «Plano de Urbanização da Costa da Caparica», *Arquitectura*, 2.ª série, Lisboa, N.º 13 (Março 1947), pp. 3-13.
- 12 TOSTÕES, Ana, «Estilo Internacional, turismo e transformação do território ou as «nuvens negras» profetizadas por Keil do Amaral», in AA. VV, *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965* (Actas do IV Congresso DOCOMOMO Ibérico), [s.l.], DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 205-210.
- 13 FREITAS, António Pinto de, «Nem sempre é com edificações que se valorizam os sítios», *Diário de Lisboa*, 22 de Fevereiro de 1961.
- 14 AMARAL, Francisco Keil, «Nuvens negras sobre o futuro do Algarve», *Diário de Lisboa*, 23 de Fevereiro de 1961.
- 15 SILVA, João Albino, «O planeamento turístico do Algarve: um breve balanço», *Sociedade e Território* (Territórios do Lazer & do Turismo), Lisboa, N.º 28 (Agosto 1998), pp. 50-54.
- 16 DUARTE, Carlos S., «Hotel da Balaia», *Arquitectura*, Lisboa, N.º 108 (Março/Abril 1969), p. 69 e p. 96.
- 17 Gávia, Mario, *Espana a go-go. Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, Madrid, Ediciones Turner, 1974.
- 18 DUARTE, Carlos S., Op. cit., *ibidem*.
- 19 TOSTÕES, Ana, Op. cit., *ibidem*.
- 20 GASPAS, Jorge; SIMÕES, José Manuel; BARROSO, Sérgio, «1. Expansão Urbana: dos novos bairros aos novos aglomerados», in MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal: Planeamento e ordenamento do território*, [s.l.], Círculo de Leitores, 2006, pp. 347-383.
- 21 DERN, Jamie Q., «Turisme Culte?», *Quaderns* (Colonitzacions), N.º 194, 1992, pp. 20-26.
- 22 GAUSA, Manuel, «O espaço turístico: paisagem no limite», in COSTA, Xavier; LANDROVE, Susana (dir.), *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário DOCOMOMO Ibérico 1925-1965*, [s.l.], Associação dos Arquitectos portugueses/Fundação Mies Van der Rohe/DOCOMOMO Ibérico, 1997, pp. 292-299.
- 23 IRIBAS, José Miguel, «Touristic Urbanism», in MVRDV, *Costa Ibérica*, Barcelona, ACTAR, 2000.

Atelier Conceição Silva: Território e turismo

© Arquivo Paula Conceição Silva



Em 1987, coincidindo com o ano em que é realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes uma exposição antológica sobre a sua obra, é atribuída a Francisco da Conceição Silva (Lisboa 1922–Rio de Janeiro 1982), a título póstumo, a Medalha de Mérito Turístico pela Direcção Geral do Turismo.

No curto espaço de uma década, desde o Hotel do Mar organicamente encaixado na encosta de Sesimbra, em inícios de 60, à utópica cidade do ócio de Tróia na década seguinte, o «*atelier*» de Francisco da Conceição Silva vai participar da ocupação do território na orla litoral que se inicia na década de 60, consequência do desenvolvimento da indústria do turismo, com alguns dos escassos exemplos de resposta qualificada à encomenda privada. Os três projectos a que nos referimos vão acompanhar a evolução do conceito turismo, da passagem, em meados do século XX, de uma actividade pontual, privilégio das classes mais abastadas, ao turismo de massas, alargado às camadas mais populares que vêm concretizadas algumas das suas aspirações sociais, como o direito a 22 dias úteis de férias remuneradas (DL 49408 de 24 de Novembro de 1969).

Os programas do Hotel do Mar, do conjunto da Balaia e do plano de ocupação turística da Península de Tróia conformam experiências que configuram o pensamento de Francisco da Conceição Silva sobre o exercício da profissão, passando da escala do edifício isolado à escala da intervenção no território, acompanhando o quadro da disciplina em Portugal ao longo dos anos 60. Em função das novas necessidades, o arquitecto vai criar o grande «*atelier*» organizado em vários departamentos a trabalhar numa dinâmica interdisciplinar, aderindo também à nova ciência urbana que se desenvolve com o contributo de várias disciplinas ligadas às ciências humanas. É justamente neste período que o gabinete de Conceição Silva evolui de um corrente «*atelier*» de arquitectura de características ainda artesanais a um dos principais gabinetes com intervenção a nível do planeamento, que passa a ser a sua principal encomenda, a par dos programas hoteleiros.

As três obras hoteleiras são ainda testemunho, marcando três momentos charneira, da incessante procura de Conceição Silva de renovação linguística (e também tecnológica), como resposta sempre adequada à estética do seu tempo, em linha com os principais movimentos internacionais. Essa postura de actualização formal que o arquitecto imprime na filosofia do seu «*atelier*» deve-se em grande parte – como já o fazia notar Carlos Duarte em 1967 em artigo na revista *Arquitectura* (nº100) – ao estreito contacto que mantém com os outros ramos das Artes.

O Hotel do Mar é encomendado pelo decorador João Alcobia, dono da Jalco (com a família Gonçalves), para quem o arquitecto já em 1952 realizara uma exposição de mobiliário, mostra com grande visibilidade no meio conservador da capital. Ocupando cinco andares de um prédio da Rua Ivens, ao Chiado, a Jalco era uma das mais importantes lojas de mobiliário da capital. Graças ao perfeito diálogo entre cliente e projectista, Conceição Silva vai pôr em prática, pela primeira vez numa obra de grande envergadura, o seu conceito de obra total, na criação de um ambiente global, desde a arquitectura ao mobiliário e obras de arte, passando pelo arranjo dos exteriores que se constituem igualmente como matéria da arquitectura.

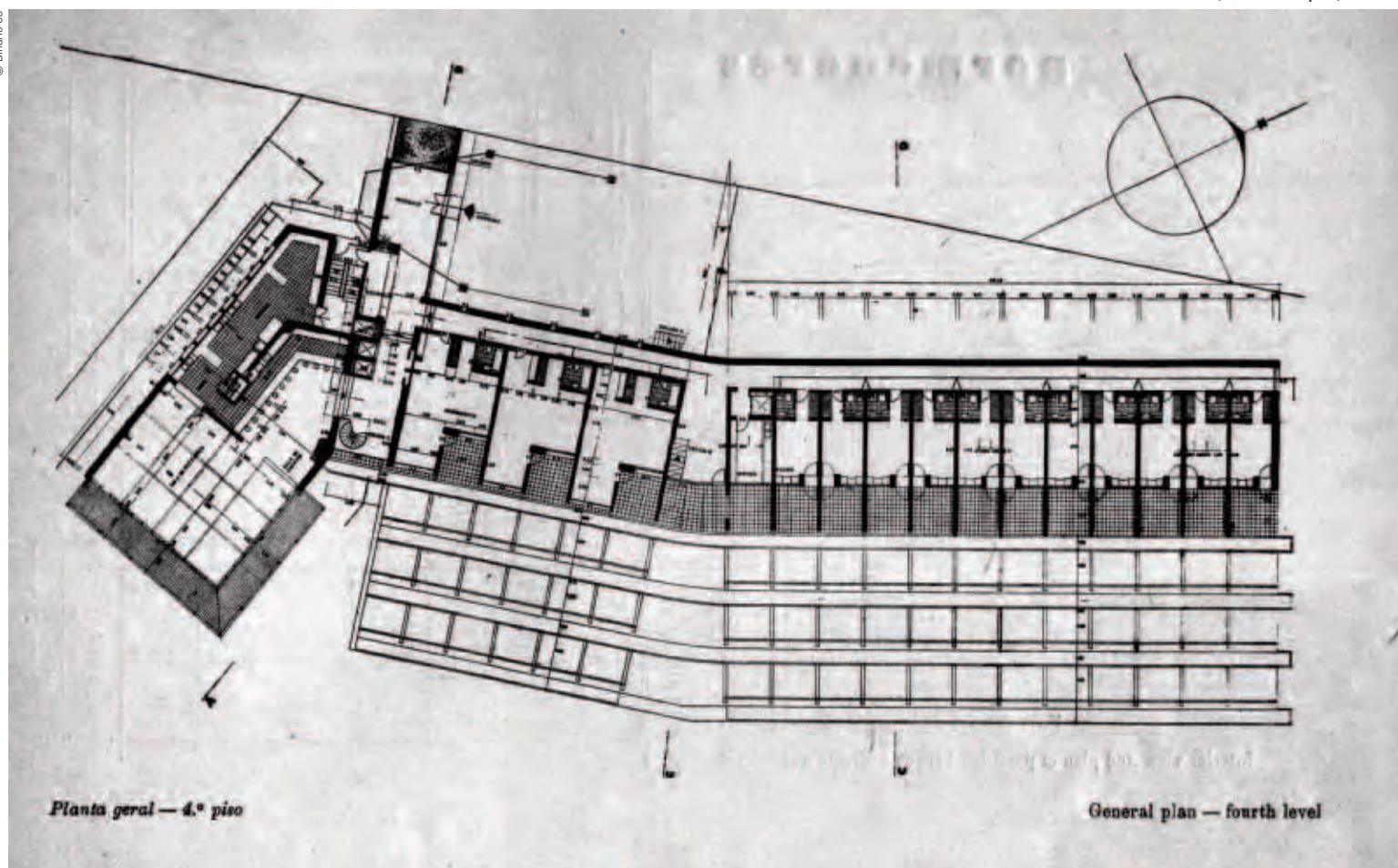
O programa inscreve-se ainda numa tradicional unidade hoteleira de média dimensão (a primeira fase inaugura-se com 70 quartos) vocacionada para a alta burguesia, para equipar a pequena vila piscatória de Sesimbra inserida no grande maciço calcário da Arrábida, a qual ansiava então tornar-se numa estância balnear de referência. Existiam então apenas o pequeno hotel Espadarte e a Pensão Náutico, que viviam essencialmente dos adeptos da pesca desportiva de alto mar ao espadarte. Estava já planeada a nova Ponte sobre o Tejo, perspectivando um novo impulso económico à zona a sul do rio, e nomeadamente a Sesimbra, a apenas 32 quilómetros de Lisboa.

No rescaldo do Inquérito à Arquitectura Popular (1955-1961), o pequeno hotel (projecto 1960/1961 – construção

Hotel do Mar, Sesimbra



© Arquitectura 80

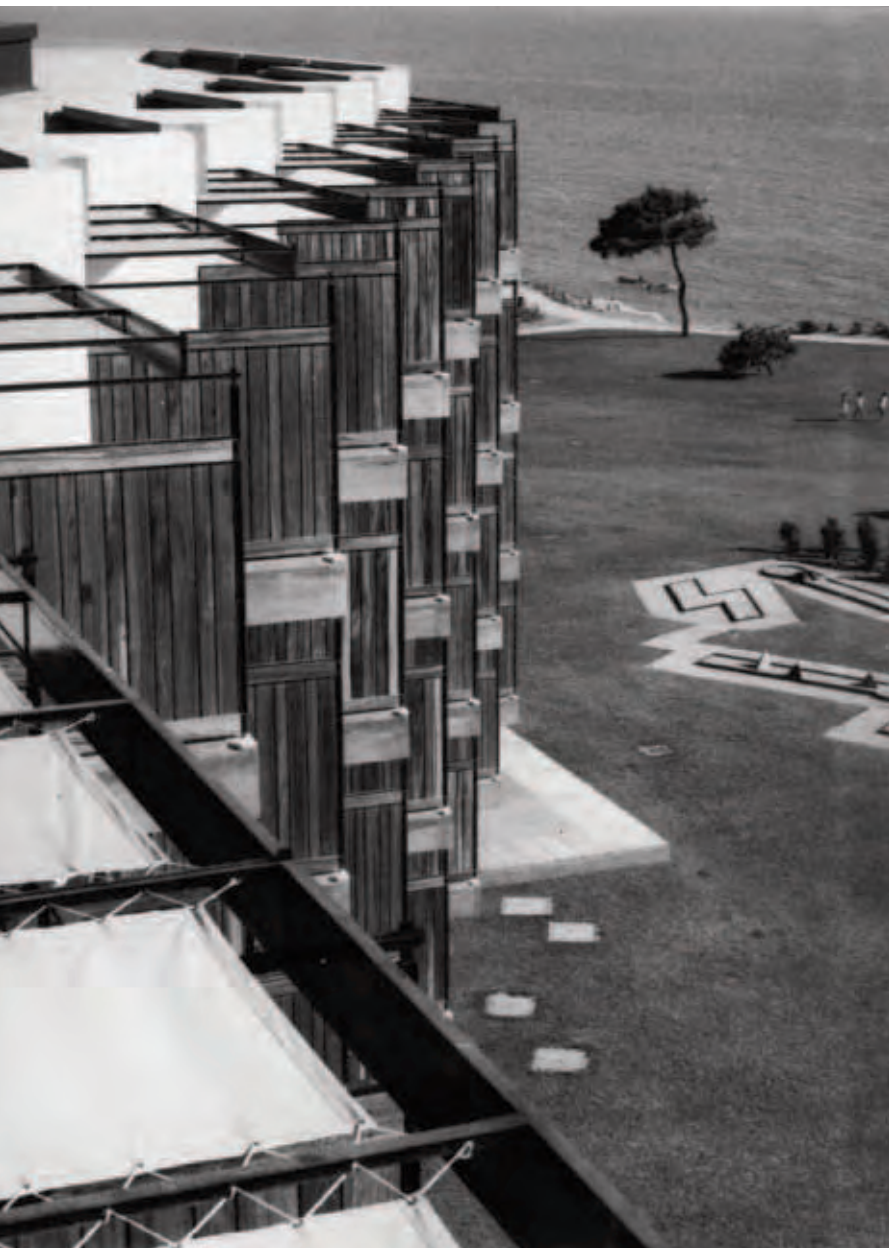


1962/1963) organicamente encaixado na encosta sobranceira ao mar constitui-se como uma das mais qualificadas obras de revisão do movimento moderno em Portugal, conciliando princípios racionalistas com referências da arquitectura vernacular, nomeadamente mediterrânica. É aliás o primeiro hotel verdadeiramente organicista, testemunhando inclusivamente uma nova metodologia de aproximação ao projecto baseada nas pesquisas ao contexto e já não em opções formais. Neste projecto, Conceição Silva leva mais longe a experiência encetada no conjunto de três «casas pátio» que desenha para si e para dois amigos no Guincho (1958 – 1960), as quais remetem já para a prática catalã, em particular para a obra de José Antonio Coderch.

O alongado volume caído de branco, modelado pelo ritmo das típicas células mediterrâneas, inscreve-se então como um marco na paisagem ainda preservada da vila de Sesimbra. O hotel articula-se em dois corpos, separando funcionalmente as áreas comuns e de serviços da zona privada. A ala dos quartos espraia-se escalonadamente por meia encosta abaixo (numa primeira fase, o terreno não se estende até ao mar) em quatro pisos, com uma ligeira inflexão para melhor se adaptar à morfologia do terreno. A cobertura percorrível, zona de estar exterior, abre-se à paisagem num amplo terraço. Este corpo é rematado a poente pelo torreão de inspiração da arquitectura nórdica – referências que o arquitecto terá observado de perto na mostra de arquitectura finlandesa que se realiza na SNBA em 1960 –, estrutura de madeira balanceada sobre alvenaria de pedra. A influência da arquitectura escandinava é ainda evidente na escala humana que imprime ao espaço, na sensibilidade à paisagem e no delicado desenho de mobiliário que valoriza as qualidades da madeira.

A entrada faz-se pelo topo do terreno, por um percurso exterior que conduz ao *hall* de distribuição que articula a zona pública de marcada fluidez espacial com o corpo dos quartos servidos por galeria. Recuperando valores como a intimidade, os pequenos quartos abrem-se à paisagem pelos grandes vãos envidraçados, mas numa relação mediada pelos amplos terraços rematados por floreiras, as quais dispensam as guardas convencionais. A parcimónia e constância dos materiais tradicionais cuja textura se valoriza – tijoleira, alvenarias caiadas, madeira nos caixilhos e nos tectos das áreas comuns – conferem uma propositada unidade e ajudam a uma mais fácil apreensão do espaço. A abertura dos vãos sabiamente estudada cria variações e gradações da entrada de luz natural, assim como diferenciadas perspectivas de vista.

O hotel vai ter sucessivas ampliações, numa primeira fase dotando-o de duas piscinas circulares, em contraponto às linhas ortogonais do edifício, e de um novo restaurante que ocupa a cobertura do corpo dos quartos, inscrevendo-se como um leve pavilhão de madeira recuado. Em 1965, a Jalco adquire o terreno que liga o Hotel do Mar à Avenida do Atlântico, ampliando a capacidade hoteleira. Igualmente encaixado na encosta, o novo corpo constitui-se como um muro de suporte à plataforma ajardinada a sul da edificação superior. Embora mantendo a mesma linguagem formal, o novo edifício implanta-se no terreno com um sentido mais livre, em morfologia próxima da do Hotel da Balaia que então se projecta. Aberto para a vista a sul, cria uma certa tensão com a orientação a nascente do edifício pré-existente. As fundações da cuba da piscina em semi-esfera são aproveitadas para uma boíte que já anuncia a cultura pop. O conjunto é ainda equipado com



© Arquivo Engenheiro d'Orey

um novo restaurante junto à marginal, um pavilhão de base hexagonal.

Em 1965, face ao volume de encomendas, Conceição Silva convida Maurício de Vasconcellos a associar-se ao seu «atelier», criando as bases do que será o maior gabinete de arquitectura do país, em finais de 60. No novo escritório da Rua D. Pedro V, ao Príncipe Real, agora designado por Conceição Silva Maurício de Vasconcellos Arquitectos (sociedade que dura dois anos), começa a desenhar-se uma organização estruturada em vários departamentos complementares-arquitectura, equipamento e decoração, Artes Plásticas, engenharia, aos quais se juntam mais tarde o planeamento e a arquitectura paisagista – de forma a responder ao conceito de obra global defendido por Conceição Silva.

Junto à Praia Maria Luísa, a 4 quilómetros de Albufeira, o Hotel da Balaia vai constituir para o arquitecto a primeira intervenção hoteleira numa paisagem virgem, participando na colonização da orla marítima, num Algarve ainda incólume à edificação massificada que se intensifica nas décadas seguintes, nomeadamente com a inauguração da Ponte sobre o Tejo, em 1966. Embora se tratasse na origem da encomenda de uma corrente unidade hoteleira por parte da Sociedade Hoteleira da Balaia (detida pela Orey, Antunes e por uma empresa holandesa ligada aos

navios de passageiros), na realidade, é para o arquitecto a primeira incursão à escala do urbanismo, já que entretanto é contratado para um programa igualmente turístico pelo dono dos terrenos confinantes a norte e nascente.

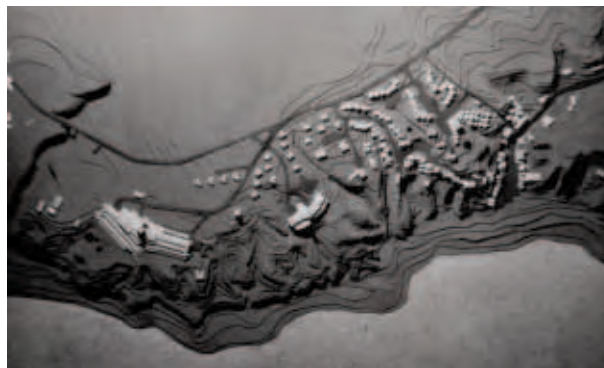
O que conhecemos hoje pelo Hotel da Balaia (actualmente do Club Med) era então o «Plano de Expansão Turística da Praia Maria Luísa», um conjunto unitário de 30 hectares, com uma frente de mar de mais de um quilómetro. Porém, do ambicioso ante-plano apresentado à câmara em 1966 (segunda versão a um primeiro projecto de 1964), só se vêm a construir, antes do 25 de Abril e sob a responsabilidade do arquitecto Conceição Silva, o projecto para a Sociedade Hoteleira da Balaia, como um bloco de apartamentos e uma dezena de casas para o outro investidor, o psiquiatra Francisco Alambre dos Santos.

O projecto é ainda inspirado nos princípios da Carta de Atenas, com a dispersão dos edifícios pelo terreno, informalmente dispostos em faixas verdes, e a repetição de modelos nos vários núcleos. Porém, já exprime novos conceitos como variedade e flexibilidade, assentando o programa em diferenciadas tipologias, e a morfologia dos próprios edifícios é também mais complexa. O programa é estruturado em duas propostas semelhantes, centradas num grande hotel cada, apoiado em espaços colectivos com equipamentos desportivos e comerciais, completado por núcleos de moradias, apartamentos organizados em blocos, e ainda dois pequenos hotéis, um dos quais designado por motel, inspirado nos modelos americanos.

No Hotel da Balaia (1965-1968), numa primeira fase com 140 quartos, as referências da arquitectura mediterrânica – mais acentuadamente no edifício dos quartos com o branco imaculado das paredes caiadas e as venezianas de madeira como protecção solar – são actualizadas com as influências do brutalismo inglês. Remetem em particular para as propostas do casal Smithson, reveladas na implantação aparentemente livre e aleatória, mas regrada em função da orientação solar e das vistas, no recurso ao betão aparente e na pesquisa mais baseada em dados da vida real do que no contexto físico. Por fim, o hotel assume ainda uma certa monumentalidade ao modo de Kahn.

São retomados vários temas ensaiados no Hotel do Mar, como a organização do espaço em dois corpos distintos em função do programa, a subversão do sentido hierárquico das fachadas, com a entrada por uma frente praticamente cega e a concepção de uma obra global. Com o intuito de controlar a boa execução do projecto, Conceição Silva propõe ainda entregar o hotel chave na mão, o que é aceite pelo cliente, sensível à ideia de cultura defen-

Maqueta de Conjunto da zona de Olhos d'Água





Bungalows do Hotel da Balaia, Albufeira



dida no projecto, e também como forma de garantir o cumprimento do prazo de construção.

O corpo dos quartos espraia-se em duas alas com várias inflexões, desenvolvidas a partir de um elemento central, um «lobby» iluminado por uma clarabóia, peça escultórica em betão armado. As galerias de acesso aos quartos debruçam-se sobre esse nó que se quer «centro de todas as comunicações». Ligado ao primeiro por galeria ao nível do grande vestíbulo central, desenvolve-se, em direcção ao mar, o corpo das áreas públicas, marcadamente horizontal. As salas diferenciadas (restaurante, bar, sala de leitura, de jogos, «boîte») desenvolvem-se em sucessivos planos, em espaços que se interpenetram, articulados a partir de um pátio central (lembrando articulações «wrightianas»), repercutindo-se no exterior num complexo jogo de volumes. Os espaços internos prolongam-se no exterior em terraços ajardinados, abrindo-se à paisagem por essas áreas de transição semi-cobertas pelo plano recuado de fachada.

O programa do Hotel da Balaia é completado nesta fase por um conjunto de casas geminadas, alinhadas, mas desencontradas, abertas para uma pequena clareira. Privilegiam-se neste núcleo noções como o estar exterior, a intimidade e informalidade do espaço interno. As casas são organizadas a partir de um pátio em negativo na base quase rectangular, para o qual se rasgam largos vão envidraçados. Este serve simultaneamente de zona de estar resguardada ao ar livre, principal fonte de luz e permite ainda uma clara separação entre área comum e área privada. Reinterpretando a arquitectura mediterrânica, as casas apresentam no exterior paredes praticamente cegas, das quais se destacam plásticas chaminés cilíndricas e onde se inscrevem delicadas frestas verticais cuidadosamente seleccionadas, contribuindo para o ambiente intimista.

Em 1971, com a necessidade de rentabilizar o investi-

mento, o hotel é ampliado com uma solução em torre a rematar o corpo dos quartos, a nascente. Do ponto de vista formal, opta-se por manter a coerência linguística com o edifício pré-existente. Porém, a grande massa vertical acaba por inscrever-se com uma certa artificialidade, alterando ainda os valores de escala.

Tróia será o projecto mais polémico e mal amado do «Atelier» Conceição Silva. Paralizado num estado ainda incipiente de construção, com o 25 de Abril de 1974, nunca chega a ganhar o sentido de vida urbana sobre o qual assenta o conceito que se propõe. O que é construído (antepiano 1970, com sucessivas alterações) é apenas uma pequena parcela da Ponta do Adoxe, que ocupa 40 hectares a Norte da península, junto ao cais de embarque servido por «ferry-boat», estando então em estudo um segundo núcleo mais a sul.

O Plano de Ocupação Turística da Península de Tróia estrutura-se a partir da ideia de construção de um lugar. E de um lugar à escala do território, numa paisagem virgem, que se estende em 17 por 1,5 quilómetros entre o mar e o estuário do Sado. O que se defende é uma verdadeira cidade do ócio, na continuidade das propostas modernas que se ensaiam desde o início do século XX, mas informada pelos dados do seu tempo. A resposta pugna ainda por uma coerência urbanística e forte imagem arquitectónica, contra a anarquia crescente e fraca qualidade dos locais de turismo.

Embora pressionado pela Torralta, preocupada em rentabilizar o seu investimento (então uma das maiores empresas hoteleiras, com o seu primeiro desenvolvimento no Alvor), Conceição Silva não se «vende» ao cliente ao propor uma solução baseada em altas densidades. Tróia é uma resposta qualificada a uma crescente classe média que ansiava pela melhoria das suas condições de vida, na tentativa de criar uma habitação de férias digna para as camadas populares. O projecto é alicerçado na ideia da in-

evitabilidade de um turismo de massas, não só em função de uma procura interna, mas também para competir com as grandes estâncias balneares internacionais.

A proposta é baseada num alargado conjunto de estudos, apoiados na estrutura interdisciplinar do gabinete, agora integrado num grande grupo que se estende à construção e à publicidade, responsabilizando-se o arquitecto por todos os aspectos, do planeamento à construção, passando pelo desenho dos autocarros ou mesmo às campanhas de publicidade. A investigação que informa o programa não se limita ao meio físico, sendo levados a cabo estudos de mercado às populações que frequentavam as praias ao fim de semana, em consequência dos quais se propõem instalações maioritariamente para-hoteleiras-apartamentos de várias tipologias que permitem um tipo de fruição mais flexível. O esquema é ainda concebido de forma a poder evoluir em função da nova e crescente procura, sendo efectivamente alterado ao longo da construção.

O plano de Tróia assenta no pensamento renovador de crítica aos modelos rígidos do planeamento racionalista, recusando princípios como o zonamento ou unidade de vizinhança, que resultavam em ambientes artificiais ausentes de alma. Está, antes, referenciado nas teorias desenvolvidas pelos membros do Team X (mais particularmente do casal Smithson), nas pesquisas informadas por dados de vida reais, na procura de um senso comum. Com as bandas ligadas por galerias à altura de piso e meio, verdadeiras ruas que permitem percorrer todo o núcleo a um nível superior, constitui-se mesmo como uma antecipação da aproximação às experiências radicais dos grupos ingleses como o Archigram, que vimos depois na mega-estrutura proposta pelo «atelier» para a ocupação da Av. de Roma (1971). No plano de Tróia são retomados conceitos como centro cívico, coração do centro urbano, interpenetração de funções e concentração em prol de uma intensa vida comunitária. As várias valências de apoio turístico abarcam infra-estruturas de desporto, comerciais e culturais, disseminadas pelos diferentes núcleos, reforçando a sua capacidade de vida própria. É também recuperada a ideia de quarteirão, com a organização em praças ajardinadas, semi-fechadas pelas bandas de apartamentos, rematadas por torres, frente ao mar. Destes quarteirões apenas um será construído, sendo entretanto o plano alterado para uma malha mais fechada, organizada em bandas em ruas paralelas. O projecto é também inovador do ponto de vista tecnológico, com a produção em série de peças pré-fabricadas numa unidade construída para o efeito, a Pré-linha.

Por outro lado, a proposta assume a ideia de uma nova civilização da imagem, na qual a arquitectura participa com a sua capacidade de comunicação. A imagem e o sinal evidenciam os diversos núcleos e os principais equipamentos do programa, orientando os percursos. A cor e as obras de arte integradas na arquitectura permitem uma imediata identificação com os espaços que se querem individualizar, como é exemplo uma escultura de Conduto que, tal um «obelisco de betão», marca o limite da praia.

Será o único exemplo construído, embora nunca acabado, de uma utópica mega-cidade do ócio em Portugal. Se a solução preconizada seria a mais adequada, podemos responder que à luz da história foi a resposta do seu tempo.

A relação entre turismo e património é geralmente conflituosa. Mas será o investimento empresarial incompatível

Maqueta Autocarro de Tróia



© Arquivo Conceição Silva



© Arquivo Conceição Silva

Vista Aérea da Ponta do Adoxe, Grândola



© Arquivo Conceição Silva

Piscinas da Galé, Grândola

com os instrumentos do planeamento e o decoro arquitectónico? Grandes nomes da disciplina estão actualmente ligados a interesses privados de vocação turística cujo mais forte atractivo é a qualidade da arquitectura. Arredado hoje o pudor e a moral das politizadas décadas de 60 e 70 que motivaram fortes críticas à conduta de Conceição Silva, talvez se possa concluir que o arquitecto percebera antes de tempo que a única solução era aceitar esses parceiros. ■

Bibliografia

AA VV, *Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965*, Fundação Docomomo Ibérico, Valência, 2003
 Francisco da Conceição Silva, *Arquitecto*, SNBA, Lisboa, 1987
Arquitectura 80, Dezembro de 1963 e 108, Abril de 1968
Binário 66, Março de 1966 e 177-178, Junho-Julho de 1973
 Barata, Paulo Martins, «Conceição Silva poética sem retórica», in *Prototipo* 004, Novembro 2000, p. 38 a 69

É nossa opção não destacar nenhum colaborador das obras que iremos abordar, por não estar ainda concluído o respectivo levantamento. Este plano de conjunto e o Hotel da Balaia são projectos em co-autoria com Maurício Vasconcellos

O viajante

De alguma forma podemos dizer que o séc. XIX foi o período das grandes viagens na Europa, apesar de há quase quinhentos anos se terem iniciado as grandes viagens de revelação do então desconhecido outro mundo, como nos relata a «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto. Neste período lato produziram-se relatos de viagens de carácter mais científico ou existencial, de forma mais ficcional ou objectiva, sempre transmitindo aos que ficam relatos ou impressões, gerando aquilo a que vulgarmente se chama «literatura de viagem». A itinerância de alguns foi gerando a experiência do mundo de outros, ampliando a percepção do espaço universal, gerando aquilo que se pode chamar de «memória virtual» ou «representação ficcional» de um mundo que desconhecemos mas que construímos lenta e imperceptivelmente dentro de nós. Esta percepção é hoje largamente ampliada pelo cinema e pela televisão, que complementa este lado ficcional com uma experiência de representação visual e que desenvolve em nós um estado de pseudo-consciência ou de memória virtual de um mundo que desconhecemos mas que desejaremos procurar. Em que medida não teremos desenvolvido hoje uma ideia de «reconhecimento» de lugares ou circunstâncias que nunca experimentámos, mas que tomamos como adquiridas e incorporadas no nosso imaginário, criando uma ficção do mundo novo que descobrimos nas nossas viagens?

A divisão do tempo no nosso processo de vida, gera hoje num espaço global das sociedades ricas, uma separação clara dos ciclos de trabalho e de descanso, dos tempos de aprendizagem e de lazer, da individualização do ócio e da produção. Os nossos ritmos de «stress» e descanso são diários, semanais, mensais ou anuais, embora em algumas regiões do mundo se façam pausas anuais, eufemisticamente chamadas de sabáticas. Em todos os casos é o desejo ou a necessidade que nos leva a quebrar as rotinas com a surpresa da experiência do «novo». O diferenciado grau de exigência leva-nos a escolher o «outro destino» como rotina alternativa, que se repete semanalmente, ou sazonalmente, ou de outra forma mais radical como viagem única, momento de experiências fortes e estimulantes que nos ajudam a descomprimir a acumulação de rotinas familiares, sociais ou profissionais. Os períodos de férias tradicionalmente concentrados no Verão, são hoje recorrentes no Inverno, Páscoa ou Carnaval, quebrando um habitual extenso «jejum» de férias, e têm alterado a própria forma e organização dos tempos e ritmos de trabalho, com supostos aumentos de produtividade. A reorganização do nosso tempo de ócio e de lazer, é o reflexo da intensificação do trabalho por um lado, mas também da facilidade de movimentação no espaço e no tempo, por outro. A mobilidade acrescida que a massificação do transporte aéreo trouxe, tornou hoje o mundo mais pequeno e próximo, muitas vezes apenas à distância de um «clique» no computador...

Esta mobilidade imensa, significa também liberdade de descoberta, acessibilidade quase universal aos lugares do mundo novo, do mundo ex-colonial, do mundo ex-colonizador, de todos esses universos que historicamente sedimentámos na nossa cultura. A esta forma de visita

organizada, individual ou massificada, que possui uma capacidade transformadora dos sítios e lugares do mundo construtiva ou demolidora, chamamos hoje turismo, uma das indústrias crescentes com efeitos sinérgicos inimagináveis e que é significativa na economia global. A massificação cria efeitos de escala e de sustentabilidade nos processos económicos de exploração dos recursos, mas normalmente é também responsável pela sua sobre-exploração e muitas vezes pelo seu declínio. O turismo, actividade parasita dos lugares urbanos, das paisagens agrárias, e dos espaços naturais, deveria ser entendido mais como uma actividade «saprófita», isto é como um agente que se introduz nos processos culturais e económicos dos locais e das regiões, que se alimenta deles como recursos, digerindo e filtrando, introduzindo novas dinâmicas e fazendo beneficiar de novos equilíbrios. A construção de uma nova «ecologia» do turismo, parece ser um caminho que transforma uma actividade que cada vez mais é olhada culturalmente como predatória, numa hipótese de desenvolvimento que integra delicada mas intensamente aquilo que pode ser chamado de «natureza» e «carácter» dos lugares. A identidade dos lugares é aquilo que determina a capacidade que eles possuem de nos atrair, de nos fazer retornar, de construir a nossa memória real e a nossa experiência de vida. A identidade existe e é inerente aos lugares, isto é faz parte da realidade de cada lugar que nos é dado a descobrir. Mas a identidade de um lugar, fenómeno aparentemente subjectivo (por depender da leitura e interpretação de cada um) é um fenómeno muito mais complexo pois constrói-se com tempo, com gente, com natureza, com transformação, como um processo geológico. Por vezes resulta da sedimentação de factos físicos ou sociais cimentados pelo tempo, outras vezes resulta da metamorfose induzida por momentos significativos, por processos económicos ou sociais, outras ainda pela erupção violenta de acontecimentos ou de estruturas impositivas. O espaço arquitectónico, o espaço da paisagem e os espaços naturais, são as grandes categorias de elementos que estruturam a identidade dos lugares. E são estes espaços que procuramos incessantemente como experiências novas, como objecto das nossas deambulações, como itinerários.

Preferiria ver-me como um viajante. A língua alemã exprime este conceito de forma muito clara através do termo «wanderer» que significa aquele que viaja, ou aquele que deambula em busca de algo. Na pintura de Caspar David Friedrich «O viajante sobre um mar de névoa», a figura de um homem contempla a imensidão da paisagem, desmaterializada pela neblina, sem referências dimensionais precisas, e com uma profundidade infindável. É actor que participa do espaço, mas que simultaneamente o contempla na sua imensidão desconhecida. É também assim nas viagens e deambulações de Hemingway ou de Jack Kerouac, onde a procura incessante do desconhecido os torna parte dos lugares, e torna os lugares parte deles próprios. Esta dimensão de troca, de acção e de contemplação, de passagem pelos lugares sem os destruir no seu carácter, e de experiência de outras realidades, deverá orientar a nossa ânsia



0 R

Caspar David Friedrich
O viajante sobre um mar de neblina, c. 1817
Hamburger Kunsthalle / bpk

de viajar, de estar noutros lugares, de alternar a rotina.

Desenvolvo projectos relacionados com esta questão, são como experiências que se desenvolvem nesses lugares apetecíveis e atraentes que funcionam como laboratórios. Sou levado a reflectir sobre como se poderão transformar lugares que proporcionam a experiência intensa do desconhecido ou do diverso, introduzindo-lhes meios de permanência, que contemplam e participam nesses lugares sem contudo lhes alterar o fundamental da sua identidade. Após algum tempo de trabalho, o conhecimento profundo dos lugares tem em si a chave da sua transformação, que a contemplação activa revela as possibilidades da sua metamorfose. Na planície do Alentejo, numa propriedade agrícola que se quer conservar como tal mas que precisa de inverter o seu ciclo económico, encontramos possibilidades de a habitar de forma a inserir «os viajantes» no espaço da paisagem pastoril. Nas cumeadas pedregosas plenas de árvores, onde antes da história os homens se tinham instalado no domínio das nascentes e marcado o seu espaço com pedras significantes, se localizarão os abrigos, na pedra granítica desmontada em bancadas escavadas no plano do campo, inventar-se-á a arquitectura para o acolhimento. A contemplação do espaço pastoril, das pedras elevadas pelo homem, e do castelo distante, marcará o tempo da permanência nestes locais, todos eles cuidadosamente escolhidos, onde a arquitectura terá de se ajustar na medida precisa não se revelando em demasia, dominando o espaço extenso que o rodeia, construindo identidades e experiências que serão únicas por definição. A agricultura da vinha e do olival, e a pastorícia itinerante no montado, continuarão os seus ciclos próprios, renovadas na sua essência, de produção de alimentos disponíveis e saudáveis,

sem comprometerem os seus espaços vitais de solos férteis ou apropriados para a sua prática. A cultura deste lugar é resultado da sedimentação longa de povos distintos: neolítico, romano, medieval cristão ou árabe, industrial novecentista. O monte agrícola, lugar central hoje, será o lugar a partir do qual se desenvolve a leitura, interpretação e divulgação destes e outros lugares desta região, onde se desenvolvem já práticas e formas de re-conhecimento desta identidade que será o outro factor de atracção dos lugares. E se as articularmos em rede com outras regiões afins, teremos iniciado um processo de troca e exploração de um recurso fundamental nas economias globais que é a identidade cultural dos lugares, não apenas como experiência contemplativa da visita temporária, mas da experiência concreta e existencial.

Poderá a economia do turismo entender esta questão de forma mais alargada e extensa, mas igualmente intensa na atractividade? Poderão os fluxos de «viajantes» ser mais dispersos no espaço e no tempo sem comprometerem o equilíbrio social, espacial, económico e ecológico dos lugares urbanos, da paisagem, ou naturais? Podere-mos nós mudar a nossa atitude passiva de nos inserirmos em produtos massificados, e adoptarmos uma atitude de curiosidade e descoberta como «viajantes», que buscamos sem cessar as experiências que todos os «mundos» mais próximos ou mais distantes nos podem revelar? Então aí a indústria turística poderá inverter a sua carga negativa, e tornar-se numa actividade de serviços multiplicados, úteis para visitantes e visitados, e verdadeiramente articulada com as economias locais e globais, aproveitando-as desenvolvendo-se em equilíbrio, não as destruindo.

Onde irei vaguear nas próximas férias? ■

Território de Recursos: raízes, tendências e turismo na República Dominicana

O turismo é um dos mais expressivos fenómenos das sociedades pós-industriais, porque é capaz de causar fortes repercussões sobre os ambientes económico, sociocultural e físico, por vezes negativamente mas também gerador de emprego e riqueza. Aos agentes que operam no território, sobretudo em locais sensíveis como os territórios insulares, cabe controlar os padrões de valor ambiental e cultural, garantindo intervenções respeitadoras de níveis equivalentes ou superiores de qualidade global e valores de sustentabilidade, sobretudo num contexto de «turismo de massas».

Em dez anos a República Dominicana transformou-se turisticamente. Em parte, segundo as recomendações do Plano Nacional de Ordenamento do Território Turístico, mas também na expressão enfatizada que a discussão pública da arquitectura revelou, entre arquitectos dominicanos, quanto aos temas da teoria, da prática e da crítica, muito por causa dos avanços recentes da arquitectura do turismo massificado. O interesse em explorar este universo arquitectónico ao serviço da indústria turística e ao normal programa de «tudo incluído», que paradoxalmente reduz a estada a um «território de sonho», e os padrões definidos quanto à localização dos investimentos, isolados das localidades mas com interfaces rápidos com o aeroporto mais próximo, são alguns dos temas e problemas em discussão.

Dependente, sobretudo, dos investimentos estrangeiros, estes são territórios onde os projectos turísticos viram costas às tradições para imporem uma indústria de prazer derrisório. Nem sempre dialogam em equilíbrio com a beleza que estimulou a sua ocupação. Os ecossistemas, por mais generosos que sejam, têm limites, pelo que a exploração excessiva de recursos deve ser impedida pelo estabelecimento de políticas e propostas técnicas que considerem a conservação dos ecossistemas e a gestão dos riscos e das vulnerabilidades.

Neste sentido, o sábio aproveitamento dos recursos energéticos e culturais tem motivado as Bienais de Arquitectura de Santo Domingo, nas quais os temas de discussão têm sido a dialéctica entre a arquitectura tradicional caribenha e a importação de modelos cosmopolitas internacionais, e ainda o papel que desempenha a arquitectura na lógica do mercado do imobiliário turístico. Segundo autores locais, a confusão de valores é grande quando se copiam modelos estrangeiros desprovidos de reinterpretação face ao lugar para o qual são projectados, designadamente quanto à sustentabilidade climática que a sabedoria vernacular ainda ensina. O *Caribe* é sinónimo de sol e clareza, pelo que o desenho deve saber jogar com a luz, as sombras, o arejamento natural, numa reinterpretação dos extraordinários trabalhos de «fretwork» (obra de talha) em fachadas, corredores, vãos, cornijas e platibandas.

Em simultâneo com os dez anos do ordenamento turístico na República Dominicana, também se celebra uma década sobre a criação da revista «Archivos de Arquitectura Antillana» (AAA) que conjuntamente com as revistas «Arquitexto» e «Aldaba», tem sido um repositório importante dos paradigmas ocorridos neste período, tanto na prática profissional, como no universo teórico e crítico da arquitectura. Estas revistas assumem a voz e o manifesto da cultura arquitectónica e urbanística caribenha, e o seu mérito principal foi de terem revelado ao mundo o passado e o presente da produção diversa desta região, através do debate teórico e da análise crítica de projectos contemporâneos.

Mas o próprio conteúdo das revistas revela o conjunto de dificuldades implantadas nesse país: a separação acentuada das classes sociais no acesso à arquitectura e ao urbanismo, o desaparecimento do projecto habitacional na obra pública e o conservadorismo do poder público face a propostas inovadoras de integração do «regional» com o «cosmopolitismo» para além dos estereotipados projectos da arquitectura do turismo de «sol e praia» que, por vezes, recorrem ao falso vernáculo.

No trópico o recurso mais abundante é o sol. O saber popular ou as tecnologias mais sofisticadas têm aproveitado o seu potencial energético com grande êxito, e o desenho tem-se moldado às possibilidades que a luz e a sombra podem influir aqui de modo significativo. Na arquitectura tropical, a sombra convoca e condiciona o comportamento, criando lugares com frescura. É aqui que a sombra invade as aberturas e onde a brisa se orienta para melhorar a ventilação. Daqui resultam espaços onde predomina um jogo de semi-sombras em transparência. Trata-se de entidades arquitectónicas ambíguas que se colocam entre a luz exterior e a sombra interior, que expressam o ensinamento da tradição construtiva. A sombra e a ventilação, como uma necessidade milenar, e o espaço ambíguo e simultaneamente actual, com recursos estratégicos de desenho, dão identidade cultural e caracterizam a arquitectura tropical.

Historicamente, as arquitecturas civil e popular têm respondido a um léxico próprio: as habitações mantêm-se ventiladas pelos altos níveis de temperatura e humidade, razão por que quase nunca se usam vidros, mas sim as chamadas «celosías» contínuas de madeira, reguláveis ao gosto e à necessidade, que podem ser fechadas com postigos em caso de temporal ou furacões. Esses postigos e os recortes decorativos efectuados na madeira deixam que a ventilação natural funcione.

A palavra «bohío» descreve a arquitectura vernacular mais simples, com tecto de cana e paredes de «yagua» (palma real), e tem origens na civilização autóctone taína.

De planta circular ou rectangular, estas casas campestres utilizam aqueles materiais pela sua resistência à água e pelas possibilidades de conferirem o arejamento natural face às altas temperaturas anuais.

Não é por acaso que a recente arquitectura do turismo utiliza pontualmente alguns destes materiais, mais pelo gesto mimético ou emulação intencional do projectista, do que pelas propriedades dos mesmos.

De facto, alguns dos investimentos realizados na tipologia «hotel-resort» tiram partido das condições climatéricas, paisagísticas e de espaço disponível que permitem um desenho que articula funções e formas diversificadas, introduzindo por vezes inspirações ou recreações da arquitectura tradicional caribenha, expressas sobretudo na fluidez e transparência dos espaços e nas cores, coberturas e detalhes decorativos. A partir de meados dos anos 80, circulou pelo mundo o livro «*Caribbean Style*» (AA.VV, 1985) que difundiu a arquitectura popular antilhana coincidente com a concepção de uma nova arquitectura associada a investimentos turísticos, muito ao gosto do turista emergente com origens norte-americana e europeia.¹

De todos os investimentos realizados na República Dominicana, o mais destacado, em termos nacionais e internacionais, é o de Casa de Campo, em La Romana, localizado no sul do país. O desenho, originalmente concebido pelo arquitecto norte-americano William Cox, disseminando pela extensa área moradias e hotéis inspirados na arquitectura tropical, foi sendo expandido respeitando o espírito original do lugar. Trata-se de um dos bons exemplos, que perdura no território dominicano, de como a arquitectura, o desenho urbano e o paisagismo podem contribuir para uma estratégia de desenvolvimento, destacando os valores culturais e respeitando a diversidade.

A autenticidade contemporânea não reproduz modelos ou paradigmas internacionais,² mas há uma evidente tradução das ideias, de adaptação dos conceitos, até certo ponto de apropriação do espírito dos tempos a uma realidade nova, a um território por imaginar.

Os arquitectos dominicanos estão apostados em melhorar a qualidade de vida das suas cidades e em intervir nos «territórios de férias», mesclando as influências procuradas ou impostas das tendências internacionais com o carácter «isleño» e tropical do qual se orgulham como decorrência de um longo processo cultural.

Na última década, os programas televisivos *Tu Ciudad*, do arquitecto Emigdio Valenzuela, e *Así es la Construcción*, dos engenheiros Christian Maluf e Christian Ciccone, serviram para divulgar as novas tendências estéticas e tecnológicas locais. Mas, segundo o referido arquitecto e crítico dominicano Gustavo Moré, «nem tudo o que brilha é ouro», relativamente à arquitectura para promoção imobiliária. Moré lamenta que «toda esta arquitectura de consumo se leva a cabo através de limitados controlos; arquitectos de escassa ou nula formação e menor experiência, promotores enganados pela ilusão 'miamesa' [de Miami] ou nova-iorquina, clientes incapazes de distinguir entre excelentes ou medíocres ofertas de desenho. Tudo isto deve ser entendido, além do mais, ante a realidade de um mercado muito deprimido, distorcido por aberrantes condições de financiamento, instituições públicas de controlo inoperantes, vendedores não escrupulosos dos bens locais e um mercado da terra urbana absolutamente surrealista na sua valorização» (AAA, 17, 2004).

Quando decorreu o evento «Ideias Urbanas para Santo Domingo 2002», as soluções protagonizadas pelos arquitectos europeus e americanos expressaram a sua criatividade, interpretando o espírito do lugar deste país, que é um pouco antilhano, um pouco europeu, um pouco africano e muito americano.

A realidade arquitectónica dominicana é a sua história e a sua contemporaneidade: obras que traduzem uma visão da colónia, ou que respondem a uma aproximação victoriana, ou mais recentemente a diferentes visões da modernidade, mas confrontadas com uma sociedade de extremos e economicamente dependente, na qual os arquitectos se manifestam, não só nos diferentes programas arquitectónicos, como na realização periódica da grande festa da cultura académica e profissional em que se tornou a Bienal Internacional de Arquitectura de Santo Domingo.³

Para enfrentar o decurso da arquitectura turística motivada pelos investimentos possíveis nas áreas consignadas para tal pelos instrumentos de ordenamento, os arquitectos dominicanos estão, hoje, preparados para discutirem e projectarem também os novos «resorts» hoteleiros, com base nas tendências futuras da arquitectura e do design, que passam pela inovação tecnológica, pela inserção de estruturas auto-sustentáveis que utilizam energias renováveis como a água e o vento e, à escala do território, pela boa relação com os povoados próximos, numa lógica integradora e sustentável de novas topografias e experiências urbanísticas em territórios de férias muito procurados.

Tal como na República Dominicana, o desenvolvimento do turismo em países que despertam para esta actividade económica deve ser orientado para se estabelecerem pontes entre os povos autóctones, já que quem viaja sem reencontrar o outro não viaja, mas somente se desloca, sem se enriquecer com a experiência. Assim, o «turismo de massas» deve incorporar o «turismo solidário», que conjuntamente com as preocupações ecológicas nos usos adequados dos recursos naturais e a partilha das novas infra-estruturas, vai um passo além no que respeita ao intercâmbio cultural e ao desenvolvimento integrado do território. ■

01 Na região de Punta Cana, pioneira no turismo privado, o emprego da cana, que era na década de 1980 um recurso pouco utilizado, passou a ser uma matéria-prima que criou uma indústria produtiva. As comunidades de Punta Cana, Bávar, Uvero Alto e El Cortecito receberam dezenas de investimentos hoteleiros e converteram esta província de Altágria, anteriormente remota, no enclave de maior pujança económica do país. Noutras zonas como as do norte, entre Puerto Plata e Nagua, desenvolveram-se projectos estimulados pelo financiamento público, designadamente em Playa Dorada e Playa Grande. Em Puerto Plata, na década de 1980, as residências *Costatlántica* (arq. Marcelo Albuquerque) assumiram a nova estética pós-moderna com referências vernaculares e uma reinterpretação da articulação de espaços exterior-interior e o vínculo com a natureza. No extremo nordeste do país, a Península de Samaná começa a ter outros investimentos hoteleiros, para além do consolidado El Portillo. Algumas comunidades como Las Terrenas, Playa Bonita, Playa Rincón, El Limón e Las Galeras têm vindo a reabilitar a perda cultural dos antigos povoados com características tipológicas victorianas originais, depois do total abandono e da destruição executados pelo Estado há mais de duas décadas.

02 Destaque-se as intervenções recentes em Los Limones (Casa de Campo) do arq. Alejandro Herrera.

03 A Bienal é um momento importante de celebração da arquitectura; institucionalizou-se a partir de 1994, quando a recentemente criada Sociedade de Arquitectos da República Dominicana a assumiu como parte das suas actividades. A Secretaria de Estado da Cultura deu pela primeira vez a sua chancela activa para a edição de 2006, programando um conjunto de manifestações em lugares públicos abertos da cidade. Os organizadores trabalharam para que a Bienal fosse uma grande oportunidade para apreciar os avanços ou retrocessos da arquitectura e do urbanismo dominicanos, entre o comercial e o institucional, o privado e o público, as novas tecnologias, o repto perante o terrorismo e os riscos naturais, a segurança urbana e a carência energética.

O caminho para o futuro acaba no Dubai?



À medida que o avião começa a descer, o leitor fica colado à janela. O cenário em baixo é deslumbrante: um arquipélago de 38 quilómetros quadrados de ilhas cor-de-coral que formam um puzzle quase concluído do mapa-múndi. Nas águas verdes e pouco profundas entre os continentes, são perfeitamente visíveis as formas submersas das Pirâmides de Gizé e do Coliseu de Roma.

Ao longe, vêem-se três outros grandes grupos de ilhas com a configuração de palmeiras circunscritas em meias-luas crescentes, disseminadas com *resorts* monumentais, parques de diversões e um milhar de mansões construídas em pilares por cima da água. As «Palms» estão ligadas por pontões a uma praia ao estilo de Miami, apinhada de mega-hotéis, torres residenciais e marinas.

Assim que o avião vira lentamente em direcção à terra firme do deserto, o leitor suspira perante a mais improvável das visões que tem pela frente. De uma floresta de aranha-céus (cerca de uma dúzia com mais de 300 metros) ergue-se uma nova Torre de Babel. Tem uma altura surreal de oitocentos metros: o equivalente ao Empire State Building colocado sobre si mesmo.

Ainda se encontra a esfregar os olhos, maravilhados e descrente, quando o avião aterra e é recebido num centro comercial de aeroporto, onde milhares de lojas o seduzem com malas Gucci, relógios Cartier e barras de um quilo de ouro maciço. Toma nota para na viagem de regresso não se esquecer de levar algum ouro livre de impostos.

O motorista do hotel espera-o num Rolls Royce Silver Seraph. Os amigos recomendaram-lhe o Armani Hotel na torre de 160 andares ou o hotel de sete estrelas, com um átrio tão grande que a Estátua da Liberdade caberia lá dentro, mas optou por realizar uma fantasia de infância. Sempre teve vontade de ser o Capitão Nemo das *Vinte Mil Léguas Submarinas*.

O hotel com forma de medusa está, na verdade, a exactamente 20 metros abaixo da superfície do mar. Cada uma das suas 220 *suites* de luxo tem paredes de acrílico transparente, o que proporciona visões espectaculares de se- reias a passar, bem como dos famosos «fogos-de-artifício subaquáticos»: uma exibição alucinante de bolhas de água, remoinhos de areia e de iluminação cuidadosamente projectada. Qualquer ansiedade inicial em relação à segurança do seu *resort* no fundo do mar desaparece com a simpatia do porteiro. A estrutura, assegura ele, tem um sistema de segurança para detectar falhas de múltiplos níveis, que inclui protecção contra submarinos de terroristas e também mísseis e aeronaves.

Apesar de ter uma reunião de negócios importante na Internet City, com clientes de Hyderabad e de Taipé, chegou um dia mais cedo para se presentear com uma das famosas aventuras no parque temático de dinossauros Restless Planet. Na verdade, após uma reconfortante noite de sono no fundo do mar encontra-se num *mono-rail* a caminho de uma selva jurássica. A sua expedição depara-se com alguns apatossauros pacíficos que se encontram no pasto, mas logo de seguida é atacado por um grupo de velociraptos ferozes. As criaturas electronicamente manipuladas são tão impecavelmente reais – a verdade é que foram desenhadas por especialistas do Museu Britânico de História Natural – que grita de medo e êxtase.

Com a adrenalina a pulsar com esta aventura, termina a tarde com um emocionante *snowboard* na pista local para profissionais. Ao lado fica o Mall of Arabia, o maior centro comercial do mundo – o altar do famoso Festival de Compras da cidade, que todos os meses de Janeiro atrai 5 milhões de consumidores frenéticos – mas deixa a tentação para depois.

Em vez disso, entrega-se à dispendiosa cozinha de fusão tailandesa num restaurante perto das Elite Towers que lhe foi recomendado pelo motorista do hotel. A deslumbrante russa loura no bar não pára de o olhar com uma fome quase vampiresca, e você interroga-se se o cenário local da luxúria será tão extravagante como as compras...

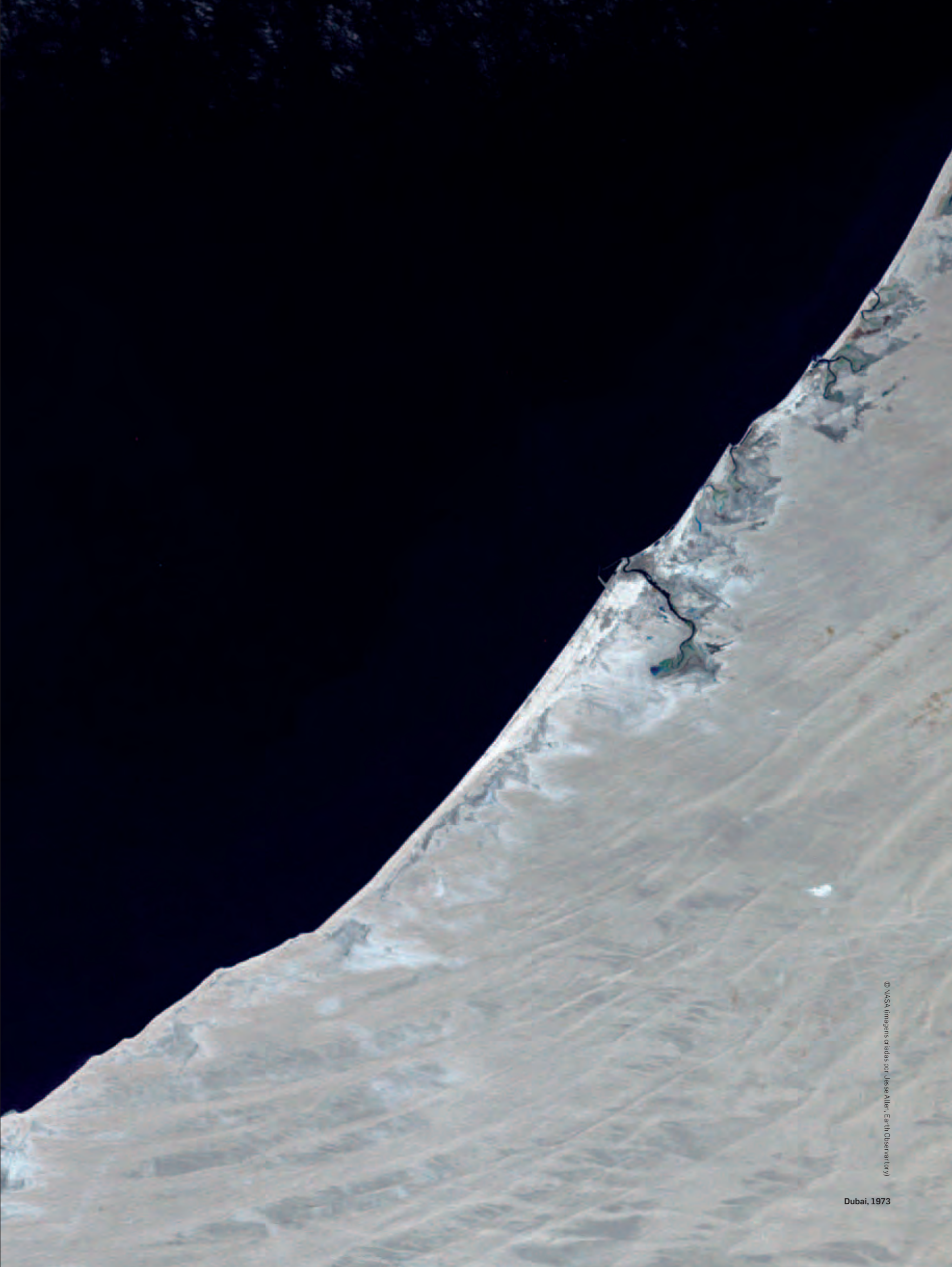
A sequência de Blade Runner?

Bem-vindo ao paraíso. Mas onde se encontra? Será isto um novo livro de ficção-científica de Margaret Atwood, a sequência de *Blade Runner* – *Perigo Eminente*, ou Donald Trump numa *trip* de ácido?

Não, isto é a cidade-estado do Dubai, no Golfo Pérsico em 2010.

Depois de Xangai (população: 15 milhões), o Dubai (população: 1,5 milhões) é o maior estaleiro do mundo: um emergente mundo de sonho de grande consumo e daquilo a que os locais chamam «estilos de vida supremos».

Dezenas de mega-projectos excêntricos – incluindo o «The World» (um arquipélago artificial), o Burj Dubai (o maior edifício da Terra), o Hydropolis (o hotel de luxo



subaquático), o parque temático Restless Planet, um *resort* coberto de esqui mantido sob uma temperatura constante de 40 °C e o Mall of Arabia, um centro comercial gigante – encontram-se já em construção ou irão sair brevemente do papel.

Sob o despotismo iluminado do xequê Mohammed bin Rashid al-Maktoum, príncipe da coroa e director geral executivo, 56 anos, o Emirato do Dubai – do tamanho da Rhode Island – tornou-se no novo ícone global do urbanismo projectado. Apesar de frequentemente comparado a Las Vegas, Orlando, Hong Kong ou Singapura, os domínios do xequê são mais a soma do conjunto: um pastiche do grande, do mau e do feio. Não é apenas um híbrido, mas uma quimera: o produto do cruzamento lascivo das fantasias ciclópicas de Barnum, Eiffel, Disney, Spielberg, Jerde, Wynn, e de Skidmore, Owings & Merrill.

O multi-bilionário xequê Mo – como é afectuosamente conhecido pelos imigrantes do Dubai – não só coleciona puros-sangue (tem a maior coudelaria do mundo) e super-iatas (o Project Platinum mede 160 metros e tem os seus próprios submarino e convés de voo), como também parece ter decorado o livro de culto de Robert Venturi, *Learning from Las Vegas*, da mesma forma que os muçulmanos mais devotos memorizavam o Alcorão. (Já agora, um dos feitos de que o xequê mais se orgulha, foi o de ter introduzido os condomínios fechados na Arábia.)

Sob a sua liderança, o deserto costeiro tornou-se numa enorme placa de circuitos integrados à qual as elites das multi-nacionais de engenharia e dos promotores imobiliários são convidadas a conectar centros de alta tecnologia, zonas de lazer, ilhas artificiais, «cidades dentro de cidades» – tudo aquilo que representar o último grito do capitalismo urbano. É certo que os mesmos blocos de Lego fantasmagóricos, mas genéricos, podem ser encontrados em dúzias de cidades emergentes nos dias de hoje, mas o xequê Mo tem um critério particular e inviolável: tudo tem de ser «do melhor» ao nível mundial, querendo com isto dizer número um no *Livro de Recordes do Guinness*. Assim, o Dubai está a construir o maior parque temático, o maior centro comercial, o edifício mais alto e o primeiro hotel submerso do mundo, entre outras estreias.

A megalomania arquitectónica do xequê Mo, apesar de remanescente de Albert Speer e do seu patrono, não é irracional. Tendo «aprendido com Las Vegas», tem consciência de que se o Dubai pretende tornar-se no paraíso do consumidor de luxo do Médio Oriente e da Ásia do Sul (com um «mercado interno» oficialmente definido de 1,6 mil milhões), deve procurar incessantemente o excesso.

Deste ponto de vista, a monstruosa caricatura cidadina do futurismo é apenas marketing perspicaz. Os seus donos adoram quando os *designers* e os urbanistas a consagram como de primeira linha. O arquitecto George Katodrytis escreveu: «O Dubai pode ser considerado como o protótipo emergente do século XXI: oásis prostéticos e nómadas apresentados como cidades isoladas que se estendem pela terra e pelo mar».

Além disso, o Dubai conta com o «peak oil» (pico petrolífero) para cobrir os custos destas excentricidades. Cada vez que gasta 40 dólares para encher o tanque, está a contribuir para irrigar o oásis do xequê Mo.

É precisamente por estar a extrair rapidamente as últimas das suas modestas reservas naturais de petróleo, que

o Dubai optou por se tornar na pós-moderna «cidade de redes» – como chamou Bertolt Brecht à sua cidade capitalista ficcional, Mahagonny – onde os super-lucros do petróleo serão reinvestidos na única reserva natural verdadeiramente inesgotável da Arábia: a areia. (É uma verdade que os mega-projectos no Dubai são normalmente medidos em volumes de areia movidos: 30,5 mil milhões de centímetros cúbicos no caso do The World.)

A Al-Qaeda e a guerra contra o terrorismo merecem algum crédito por este crescimento. Desde o 11 de Setembro, muitos investidores do Médio Oriente, receando possíveis processos legais ou sanções, abandonaram o Ocidente. De acordo com Salman bin Dasmal da Dubai Holdings, só os sauditas repatriaram um terço do *portfolio* ultramarino no valor de um trilião de dólares. Os xequês estão a trazê-lo de volta para casa e, no ano passado, presumia-se que os sauditas tivessem investido 7 mil milhões de dólares nos castelos de areia do Dubai.

Outro aqueduto de riqueza petrolífera corre vindo do vizinho emirato de Abu Dhabi. Os dois pequenos estados dominam os Emiratos Árabes Unidos – praticamente quase uma nação reunida pelo pai do xequê Mo e pelo governante de Abu Dhabi em 1971 para prevenir ataques dos marxistas de Oman e, mais tarde, dos Islamistas do Irão.

Hoje em dia, a segurança do Dubai é assegurada pelos super-cargueiros nucleares americanos atracados no porto de Jebel Ali. Na verdade, a cidade-estado autopromove-se agressivamente como a definitiva «Green Zone» de elite numa região cada vez mais turbulenta e perigosa.

Entretanto, à medida que um número cada vez maior de especialistas adverte para o facto da era do petróleo barato estar a terminar, o clã de al-Maktoum pode contar com uma torrente de receitas petrolíferas nervosas, em busca de um paraíso harmonioso e estável. Quando alguém de fora questiona a sustentabilidade do crescimento actual, os oficiais do Dubai afirmam que a sua nova Meca está a ser construída com fundos próprios e não com recurso a crédito.

Desde uma decisão, que causou divisões, em 2003 de abrir direitos de propriedade ilimitados aos estrangeiros, que os europeus e os asiáticos abastados se têm apressado a tornar-se parte da bolha do Dubai. Morar junto à praia numa das «Palms» ou, melhor ainda, numa ilha privada no «The World» tem agora o selo de um Saint Tropez ou de uma Grande Caimão. Os antigos senhores coloniais lideram o conjunto, enquanto os emigrantes e investidores britânicos se tornaram os maiores chefes de claqué do mundo de sonho do xequê Mo: David Beckham é dono de uma praia, e Rod Stewart de uma ilha (que se diz, na verdade, chamar-se Grã Bretanha).

Uma maioria invisível e sem direitos

O carácter utópico do Dubai, não é uma miragem. Ainda mais do que Singapura ou o Texas, a cidade-estado é uma apoteose dos valores neo-liberais.

Por um lado, fornece aos investidores um confortável regime ao estilo ocidental de direitos de propriedade, incluindo propriedade plena, o que é inédito na região. Incluída no pacote está uma larga tolerância ao álcool, drogas leves, *tops* decotados e outros vícios estrangeiros formalmente proibidos pela lei islâmica. (Quando os imigrantes exaltam a «abertura» única do Dubai, é esta liberdade de diversão – e não a de organizar sindicatos nem de publicar





Dubai, 2006

opiniões críticas – que estão normalmente a louvar.)

Por outro lado, o Dubai, juntamente com os emiratos vizinhos, dá as cartas no que toca à privação dos direitos laborais. Sindicatos, greves e agitadores são ilegais, e 99% da mão-de-obra do sector privado é composta por pessoas que não são cidadãos, facilmente deportáveis. Realmente, os grandes pensadores do American Enterprise Institute e do Cato Institute devem salivar quando contemplam o sistema de classes e de direitos do Dubai.

No topo da pirâmide social encontram-se, como é óbvio, os al-Maktoums e os seus primos que são donos de cada grão de areia lucrativo nos domínios do xeque. A seguir, os 15% de população nativa – cujo uniforme de privilégio é o tradicional traje longo e branco – consistem numa classe ociosa cuja obediência à dinastia é subsidiada com transferências de receitas, educação gratuita e empregos governamentais. Um degrau abaixo situam-se os mercenários aparicados: cerca de 150 mil são imigrantes britânicos, juntamente com outros administradores e profissionais europeus, libaneses e indianos, que tiram total proveito do estilo de vida afluente sempre com ar condicionado e dois meses de licença no estrangeiro todos os Verões.

Contudo, os operários contratados do Sul da Ásia, legalmente presos a um único patrão e sujeitos a um controlo social totalitário, compõem a grande massa da população. Os estilos de vida do Dubai são mantidos por um vasto número de criadas das Filipinas, Sri Lanka e da Índia, enquanto o desenvolvimento imobiliário é carregado nas costas por um exército de paquistaneses e indianos mal pagos que fazem turnos de doze horas de trabalho, seis dias e meio por semana, no calor abrasador do deserto.

O Dubai, tal como os seus vizinhos, troça das regulamentações da OIT e recusa-se a adoptar a Convenção internacional dos Trabalhadores Imigrantes. A organização Human Rights Watch acusou, em 2003, os Emiratos de construírem prosperidade à custa de «trabalho forçado». Na verdade, o jornal britânico *The Independent* enfatizou recentemente, num artigo sobre o Dubai, que «o mercado de trabalho é muito parecido com o antigo sistema de trabalho forçado trazido para o Dubai pelos seus antigos colonizadores, os britânicos.»

«Tal como os seus antepassados pobres,» continuava o jornal, «os trabalhadores asiáticos de hoje em dia são forçados a entrar pelo próprio pé numa escravatura virtual por anos quando chegam aos Emiratos Árabes Unidos. Os seus direitos desaparecem no aeroporto, onde agentes de

recrutamento lhes confiscam os passaportes e os vistos para os controlarem.»

Para além de serem super-explorados, também se espera dos servos do Dubai que sejam geralmente invisíveis. Os lúgubres campos de trabalho nas periferias da cidade, onde os trabalhadores são amontoados seis, oito, e até doze num quarto, não fazem parte da imagem oficial de turismo de luxo sem barracas nem pobreza. Numa visita recente, até o Ministro do Trabalho dos Emiratos Árabes Unidos se mostrou profundamente chocado com as condições repugnantes e quase insuportáveis num campo de trabalho longínquo mantido por um empreiteiro de grandes construções. E quando os trabalhadores tentaram criar um sindicato para conseguirem pagamento de retroactivos e melhoria das condições de vida foram imediatamente presos.

O Paraíso, no entanto, tem recantos ainda mais obscuros do que campos de trabalho a contrato. As raparigas russas no elegante bar do hotel são apenas uma *glamorous* fachada de um sinistro tráfico de sexo à base de raptos, escravatura e violência sádica. O Dubai – qualquer guia de bolso informará – é a «Banguecoque do Médio Oriente», populado por milhares de prostitutas russas, arménias, indianas e iranianas que são controladas por vários grupos e máfias internacionais. (Convenientemente, a cidade é também um centro mundial de branqueamento de capitais, com cerca de 10% de bens imóveis a mudar de proprietário em transacções com dinheiro à vista.)

É claro que o xeque Mo e o seu regime profundamente moderno rejeitam qualquer ligação a esta crescente indústria de pecado, apesar de saberem que as prostitutas são essenciais para manter todos aqueles hotéis de cinco estrelas cheios de homens de negócios europeus e árabes. Mas o próprio xeque tem sido relacionado pessoalmente ao vício mais escandaloso do Dubai: escravatura infantil.

As corridas de camelo são uma paixão local nos Emiratos e, em Junho de 2004, a organização Anti-Slavery International trouxe a público fotos de jóqueis com idade pré-escolar no Dubai. O programa *Real Sports* do canal HBO noticiou simultaneamente que os jóqueis, «alguns deles com três anos – são raptados ou vendidos para escravatura, passam fome, são espancados e violados.» Alguns dos pequenos jóqueis foram mostrados numa pista de camelos do Dubai propriedade dos al-Maktoums.

O *Lexington Herald-Leader* – um jornal do Kentucky, onde o xeque Mo possui duas grandes fazendas de criação de puros-sangue – confirmou partes da reportagem da HBO numa entrevista com um ferrador local que trabalhou para o príncipe da coroa no Dubai. Afirmou ter visto «crianças muito pequenas» de quatro anos a montar camelos de competição. Os treinadores dos camelos defendem que os gritos de horror das crianças incitam os animais a ser mais rápidos.

O xeque Mo, que se acha um profeta da modernização, gosta de impressionar os visitantes com provérbios inteligentes e aforismos fortes. Um dos favoritos: «Aquele que não tenta modificar o futuro permanecerá um cativo do passado.»

Ainda assim, o futuro que ele está a construir no Dubai – perante o aplauso de corporações bilionárias e multinacionais de toda a parte – parece, mais do que tudo, um pesadelo do passado: um encontro de Walt Disney com Albert Speer nas margens da Arábia. ■



Do planeta como fábrica de turistas

O turismo não parou de crescer desde o final da Segunda Guerra Mundial, até alcançar o actual estatuto de maior indústria do planeta. Quanto mais progride, no entanto, mais se transforma, e alguns dos benefícios, mas também dos principais dilemas, que hoje engendra eram ainda inimagináveis há um par de décadas atrás. As viagens de avião já não são apenas uma conquista democrática, são também uma séria ameaça para o equilíbrio ecológico do planeta. O turismo deixou de ser aventura e descoberta de novos mundos para se converter numa actividade gregária e deprimente. A narrativa de viagens, por seu lado, cedeu lugar aos postais ilustrados e aos instantâneos fotográficos, ou seja, à antítese da literatura. Os problemas são recentes, apaixonantes e eventualmente dramáticos. Mas, como vamos ver, o que também não falta são soluções à vista. É possível viajar de avião e compensar as emissões de gases nocivos, improvisar roteiros de arquitectura e exploração urbana, escrever sobre viagens sem destino, ou mesmo sem sair do sofá.

A transição do turismo elitista para o turismo de massas acentuou-se na década seguinte ao fim da II Guerra, mas foi apenas no último quarto de século que se tornou na maior indústria do planeta. Se em 1950 eram 25 milhões de turistas, meio século depois a cifra ascendia já aos 700 milhões, prevendo-se que ultrapasse os mil milhões em 2010 para atingir 1,6 mil milhões dez anos depois. Hoje o turismo representa uma facturação na ordem dos 12 por cento do PIB mundial, gerando cerca de 200 milhões de empregos, ou seja, 8 por cento do emprego à escala planetária.

Boa parte deste crescimento meteórico resulta de revoluções sucessivas na história da aviação comercial. Os aviões a jacto, com o dobro de velocidade e autonomia dos tradicionais, foram primeiro introduzidos pela Luftwaffe no final da guerra (1944), mas desde o fim do conflito foram adaptados ao transporte de passageiros. Os Boeing 707 e os Douglas DC-8 de quatro reactores, mais potentes e seguros, descolaram em finais dos anos 50, seguidos uma década depois pelos gigantes 747. As tarifas baixaram na mesma medida em que multiplicaram os assentos. O advento dos «charters» económicos nos anos 80, a multiplicação das companhias «low cost» nos 90, mais recentemente a implementação das vendas através da Internet com as suas rifas de bilhetes de avião ao preço da chuva, tornaram as viagens de avião acessíveis a qualquer bolsa.

Voar faz mal à saúde

Viajar de avião é cada vez mais fácil e barato, não importa para onde. Se essa é a única informação que interessa à maior parte dos passageiros, a verdade é que a explosão do tráfego aéreo comercial (o militar é outro «monstro» que não é para aqui chamado) está a resvalar para a catástrofe ecológica. As emissões de carbono dos aviões ocorrem na alta atmosfera, ou seja, os gases são expelidos a altas temperaturas em regiões geladas da atmosfera, o que significa que é uma emissão três vezes mais potente do que as que ocorrem no solo. Esta tese, defendida pelos

especialistas, poderá deixar os leigos incrédulos, mas tem um efeito empiricamente observável nas nuvens e nevoeiros frequentes nos céus dos aeroportos. Atenda-se ao contra-exemplo: depois do 11 de Setembro, quando o tráfego aéreo foi interrompido, desapareceram nos céus sobre os aeroportos americanos, enquanto se registava um abaixamento generalizado das temperaturas no ar.

O tráfego aéreo produziu qualquer coisa como 600 milhões de toneladas de dióxido de carbono, em 1999, o que o promove ao indesejável estatuto de principal culpado dos 22 por cento de emissões de gases de estufa que se registaram nesse ano. A contabilidade mais recente desta calamidade aérea ainda está por apurar, mas cada passageiro pode fazer a sua consultando sites como www.gocarbon-zero.org. Uma viagem da Europa para a Flórida gera por pessoa 1,8 toneladas de dióxido de carbono; uma de Lisboa a São Paulo produz por cabeça mais de três toneladas. Isto quando as emissões anuais por indivíduo não deveriam ultrapassar a meia tonelada. Na verdade, para mitigar os efeitos do aquecimento global seria necessário restringir a mobilidade de cada ser humano a 2200 quilómetros de carro anuais, sem viajar de avião, ou então a mil quilómetros de carro por ano com o bónus duma passagem de avião de ida e volta à Ásia todos os quinze anos.

Entretanto, os aeroportos não são menos problemáticos. As pessoas que vivem a menos de 14 km dum conso-mem mais 14 por cento de medicamentos para a asma, mais 8 por cento de calmantes e a capacidade de leitura das suas crianças está 23 por cento abaixo da média.

Quem viaja, no entanto, raramente se lembra que aviões e aeroportos são uma das causas maiores de poluição e em particular do efeito de estufa. Sobretudo nenhuma das calamidades previstas parece afectar o progresso da aviação comercial, que se prevê vir a multiplicar por oito nos próximos 40 anos. De resto, enquanto o petróleo fizer andar aviões todas as soluções para minimizar o seu impacto ambiental serão impopulares. Viajar em voos regulares e optar por outros meios de transportes são óbvias alternativas aos «charters» e aos «low costs». Mas os voos regulares saem mais caros, o carro ou o comboio requerem mais tempo e toda a gente quer viajar mais rápido e mais barato. De qualquer modo, esses compromissos – ou ainda a hipótese dos passageiros continuarem a voar, mas compensarem o prejuízo «trocando» as suas emissões de dióxido de carbono produzidas em voo por investimentos em projectos ecológicos, como sugere o site da carbon zero –, são por enquanto medidas que apelam à boa vontade de cada um. Só a implementação generalizada e obrigatória de taxas ecológicas para quem viaja de avião, como as introduzidas recentemente nos aeroportos britânicos, poderão ter verdadeiro alcance.

Saltar vedações

Na sua famosa introdução a «Tristes Trópicos» (Plon, 1955, edições 70, 1979), o antropólogo e filósofo francês Claude Lévi-Strauss declara: «Gostava de ter vivido no tempo das verdadeiras viagens, quando um espectáculo



ainda não estragado, contaminado e maldito, se nos oferecia em todo o seu esplendor». O que o pensador francês lamenta é o que também designa de «morte das viagens»: o fim do acto de viajar como experiência de alteridade, resultante da homogeneização global e do turismo de massas. Esse anúncio de decepção viria a ser reiterado e aprofundado, nomeadamente pelos escritores de viagens.

Em «Abroad» (Oxford, 1980), ensaio sobre a evolução da literatura de viagens entre as duas guerras, o inglês Paul Fussel distingue os viajantes, uma elite de descobridores, dos turistas, a multidão de consumidores de destinos. Isto só para concluir que «hoje é impossível viajar e o turismo é tudo o que nos resta». Por seu turno, o norte-americano Paul Theroux avança em «Stranger On A Train» (Harmondsworth, 1986) o conceito de «Viajar como versão de ficar em casa»: «Espanha é casa mais sol», «Índia é casa mais criados», «África é casa mais elefantes e leões», «Equador é casa mais vulcões». Outra maneira de dizer, portanto, como Lévi-Strauss que a viagem como experiência de ruptura civilizacional e revelação de novos mundos já só é possível como fantasia nostálgica.

Serão poucas ou nenhuma as manchas do globo que restam por descobrir, mas o mundo documentado e civilizado é também cada vez mais complexo e multifacetado, oferecendo dimensões inéditas ou até aqui negligenciadas, susceptíveis de proporcionarem experiências de viagem di-

ferentes. Numa época em que o futuro dos espaços naturais prevalentes parece ser a destruição ou a preservação regimentada, os focos de atenção tendem a desviar-se para o domínio do artificial, em particular para o urbanismo e para a arquitectura excepcionais. Não será viajar no sentido mais purista de Fussel, mas é certamente uma descolagem do «viajar como versão de ficar em casa» de Theroux, procurar alternativas aos circuitos de monumentos clássicos e, melhor ainda, improvisar novos itinerários citadinos.

O Arqiturismo, centrado em obras de arquitectura únicas e prodigiosas, surgiu na cauda do efeito Bilbao produzido pelo museu de Frank O. Gehry (Prestel, 2005). É ainda uma relativa novidade, capaz de produzir paixões e revelações, mesmo se os seus próprios arautos concorrem para integrá-la nas rotinas turísticas. Já a Exploração Urbana, espécie de duplo alternativo do Arqiturismo, se reveste de uma aura de risco e transgressão, que é virtualmente impossível de domesticar (obra de referência: «Invisible Frontier» de L. B. Deyo e David Leibowitz, Three Rivers Press, 2003).

Dos roteiros de exploração urbana fazem parte palácios decrepitos, hotéis de luxo abandonados, hospitais e manicópios em desuso, redes de túneis esquecidos, estações de metro desactivadas, teias de cabos e complexo industriais em ruínas, instalações militares e todo um sortido de infra-estruturas urbanas fora de prazo. São obras porventura tão peculiares quanto as novas estrelas da arquitectura-espec-



táculo, mas que se encontram relegadas para uma terra de ninguém disseminada pelos grandes centros urbanos e pelas suas margens. Formam, assim, uma espécie de dimensão paralela, invisível à maior parte dos cidadãos. Para as descobrir não há, bem entendido, guias oficiais – cada qual se guia pelo seu próprio instinto, eventualmente associando-se à crescente rede internacional de «infiltradores».

Na mesma linha de turismo (re) criativo faça-você-mesmo, a Lonely Planet acaba de lançar «Experimental Travel: v. 1 (Lonely Planet Travel Literature)» da autoria do jornalista francês Joel Henry. Como o título já indica, não recomenda nada que não seja o viajante inventar o seu próprio programa, convertendo a viagem numa actividade lúdica. Não guia, mas em compensação sugere quatro dezenas de exercícios, incluindo explorar uma cidade visitando as últimas estações das linhas de metro, os centros de desemprego e hospitalares, ou ainda fotografar as traseiras, mas não as fachadas dos monumentos.

Para além dos postais ilustrados

Se a viagem, no sentido exploratório de Fussell, já não é possível, então a literatura de viagens é um género extinto, ou uma paródia de si mesmo. A ilação não passou despercebida ao próprio ensaísta: para ele a realidade em estado bruto (leia-se não civilizada) é por definição estranha e alienígena, requerendo genuína interpretação e literatura subs-

tancial, ao passo que os clichés turísticos só merecem essa espécie de antítese da literatura que são os postais ilustrados. A verdade é que a literatura de viagens atingiu um impasse quando deixou de poder contar histórias de aventura e descoberta científica. Daí as estantes de livros de viagens do presente estarem repletas de narrativas nostálgicas dos grandes exploradores anteriores ao turismo de massas, e sobretudo de ficção "light", que responde a fantasias românticas e demais modalidades de hedonismo em cenários exóticos, que fazem correr essas mesmas massas.

Autores mais inconformistas, no entanto, não aceitam que a relação entre a escrita e o acto de viajar seja um matrimónio esgotado, propondo novas estratégias e uma considerável reinvenção do género à luz do paradigma pós-moderno. Se tradicionalmente a narrativa de viagens era linear (com um destino específico) e circular (ida e volta), uma escritora como a norte-americana Lynne Tillman troca-lhe as voltas em romances como «Weird Fucks» (Serpent's Tail, 1991) e «Motion Sickness» (Random House, 1995). As personagens que evoluem nos seus relatos viajam caprichosamente, por associação de ideias e motivações difusas, o que as pode levar a repetirem, confundirem e em última instância dispensarem qualquer roteiro – que é como quem diz, de propósito para a viagem. O sociólogo e filósofo francês Jean Braudillard já tinha sugerido que o acto do viajar sem objectivo é a antítese das agendas rígi-



das do turismo de massas. O que é novo em Tillman é os seus protagonistas serem turistas e, no entanto, viajarem sem plano nem finalidade.

Outra vertente estimulante nos romances de Tillman é a exploração do estatuto de viajante e da questão da nacionalidade. Enquanto tradicionalmente, ou para ser mais preciso, na escrita de viagens anterior ao turismo de massas, o viajante norte-americano escolhia a Europa para afirmar a sua recusa dos valores nacionais e a sua pertença a uma minoria de dissidentes, actualmente não pode escapar aos estereótipos, na maior parte negativos, que os europeus e o resto do mundo produzem sobre a América. Em «Weird Fucks» Tillman declara mesmo que se tornou «uma verdade universal, isso dos americanos serem odiados na Europa».

A escrita de viagens deixa do mesmo golpe de ser a demanda e eventual construção duma identidade singular para reflectir sobre a inevitabilidade do viajante confrontado com a alteridade escapar à sua identidade nacional e aos respectivos estereótipos. Na mesma linha de literatura de viagens pós-moderna, o canadiano Taras Grescoe abdica à partida da fútil procura do desconhecido para, em «The End Of Elsewhere» (Serpent's Tail, 2004), se concentrar na duplicação paródica dos roteiros turísticos mais consagrados do planeta, seguindo as instruções de guias tão populares como o Lonely Planet e o Michelin.

Se, para além disso, o mundo já não é capaz de proporcionar suficientes destinos excitantes e desconhecidos, então o melhor que o escritor de viagens tem a fazer é desistir duma vez por todas dos relatos empíricos, optando por fazer as malas para o outro lado do espelho. É essa a premissa do recém desaparecido Saul Bellow, porventura o mais canónico dos escritores norte-americanos, em «Henderson, o Rei da Chuva» (Harmondsworth, 1959, Texto, 2006), onde esboça um retrato ficcionado de África, assumindo que nunca lá pôs os pés.

O jornalismo de viagens também se socorre cada vez mais da ficção, ou pelo menos cultiva a ambiguidade entre o testemunho e a invenção. Mas não pode, e sobretudo não deve, dar-se ao luxo de, pura e simplesmente, deitar a realidade pela janela fora. Há cada vez mais revistas e suplementos de férias, mas isso não é verdadeiro jornalismo, segundo declara Paul Theroux na sua introdução ao anuário 2001 da «Best America Travel Writing» (Houghton Mifflin). O jornalismo de viagens, em seu entender, deve ser o inverso da globalização e do turismo de massas, um regresso ao primado da descoberta, que no mundo actual só pode ser sinónima de escolher destinos inseguros e assumir riscos, eventualmente mergulhando no horror mais estrito. Parece absurdo, mas acaba por fazer todo o sentido se as melhores peças de jornalismo de viagem da actualidade são reportagens de guerra. ■

PAULO MENDES DA ROCHA

**CONVERSA COM JOSÉ ADRIÃO E RICARDO CARVALHO
S. PAULO, 11 DE MAIO DE 2007**

«O ar da cidade liberta-nos». Esta frase de Max Weber veicula a ideia da cidade como lugar de liberdade e de realização dos desejos. Mas a cidade é também um lugar de desigualdade e assimetrias.

É essa dimensão de liberdade que revela a infâmia da cidade e as suas diferenças. Essas diferenças são muito mais amargas no campo, lugar onde não se podem ver – quem descobre os que morrem de fome no campo são os corvos. Na cidade pode ver-se quem tem fome pelo olhar. Na cidade não podemos esconder nada.

A cidade é, antes de mais, o lugar da liberdade e do confronto e, sobretudo, da iluminação do conhecimento na medida em que nos vemos uns aos outros e podemos estabelecer critérios de comportamento. A cidade é o cenário da crítica, é o lugar onde se desencaixam os acenos da nossa própria condição social e que nos permitem comentar essa condição. É na cidade que fica patente a possibilidade de não existirem essas desigualdades.

A cidade é também a origem da ideia de escola. Quando os homens se sentam e conversam, o dia seguinte não pode ser o mesmo, esses homens já não fazem a mesma coisa. **Já afirmou que a «grande escola é o caminho para a escola». Essa ideia da «cidade como origem da escola» parte daqui, da possibilidade da deslocação como motor da aprendizagem?**

Sim, porque ninguém pode estar sempre no mesmo sítio. Ninguém caminha em vão, é preciso ter a determinação do que se quer fazer e organizar esse percurso – o que, no limite, conduz à ideia de navegação e descoberta. Não se trata de «fazer da vida uma viagem» (embora seja) mas sim de uma operação programada que envolve energia e recursos humanos (vamos de bicicleta, automóvel ou a pé?). A demanda, a solicitação ou a angústia da viagem é o que faz com que o homem, desde pequeno, no caminho para a escola, aprenda a projectar as suas acções. É uma grande aventura para uma criança sair de casa e ir até à escola, porque pouco a pouco a criança torna-se cidadão.

Uma vez, em Havana, estava a passear e encontrei uma livraria que me pareceu muito interessante. Vi uma estante com livros de jovens escritores premiados. Escolhi dois ou três quase ao acaso e comprei-os. Num deles, de uma jovem escritora, li esta história: uma jovem rapariga contou a uma amiga que passava sempre por um bar onde rapazes se encontravam para beber copos e conversar. Os rapazes falavam livremente de mulheres e ela ficava a ouvir às escondidas o que eles diziam no jargão masculino. A amiga perguntou-lhe o que é os rapazes diziam e ela respondeu: «Eu sei do que é que eles estão a falar mas não percebo nada do que dizem, é como quando se fala português!» (risos).

Quando começou a fazer projectos para fora do país, no Uruguai, Espanha ou Itália, o que é que descobriu na condição de arquitecto estrangeiro?

Não sei se é simpático dizê-lo mas não descobri nada de novo. A divisão de países não tem sentido. Os rios, por exemplo, não sabem que saíram de um país para entrar noutro.

O projecto para a baía de Montevideo não é sobre Montevideo, é sobre uma cidade que nesse território foi inaugurada por razões técnicas que têm a ver com a possibilidade de aí se construir um porto abrigado. Apesar disso, o projecto não faz sentido noutra baía. A laguna de Montevideo, que é uma baía circular com boca aberta ao Atlântico, é imprópria para a navegação contemporânea, porque tem apenas dois metros de profundidade. A avenida circular que hoje existe é também inútil porque circunda uma baía inútil. Por isso propusemos rectificar tudo com muralhas de cais dos três lados da baía (com cerca de dois quilómetros de lado), sendo que um deles está já construído, com material retirado da dragagem. Essas novas grandes plataformas planas serão o espaço onde se pode vir a construir escolas, hotéis ou restaurantes. E inauguram uma intensa navegação, amenizando o transtorno do automóvel, transformando aquela água inútil numa água virtuosa.

Em Vigo a questão é topográfica. Existe uma grande dificuldade de implantar os edifícios destinados à universidade num território que tem uma topografia escabrosa.





Galeria Leme, S. Paulo, 2004

A universidade ocupou intensamente o território da cota 460m para baixo, o que é um desastre. Imaginámos esta cota construída no espaço, como uma rua elevada, principalmente porque tínhamos ouvido comentar que os estudantes não se encontravam naquelas vielas formadas pelos edifícios. Outro tema é o das redes informáticas, que não conseguíamos imaginar depositadas em valas escavadas na lama. Por isso pensámos que era interessante concentrar tudo na cota 460m. Isto dita um protótipo de edifícios verticais com ligação com essa rua à cota 460m. As cantinas, bibliotecas e auditórios terão as suas entradas por essa rua que, em princípio, não será nunca monótona.

Cada lugar tem de ter uma arquitectura adequada, se não esta seria apenas incompetência. A parte principal do que fizemos é uma rua, coberta e climatizada. O reitor, numa vez que lá foi, comentou que na Galiza chove de baixo para cima. E é verdade. Há muito vento e chuva, por isso tivemos que criar uma protecção. No início troquei impressões com pessoas e amigos locais e comentei que seria óptimo termos ruas com árvores de ambos os lados, mas responderam-me que isso seria óptimo apenas para as fotografias, porque para os estudantes era o pior, pela ventania, frio e chuva.

Propusemos ainda um projecto de recuperação paisagística do conjunto, com recuperação das águas e criação de espaços de praças. Embora seja uma topografia difícil para construir, é belíssima como deleite visual, como paisagem – existem até manadas de cavalos selvagens. Mas a beleza surge apenas quando se faz aparecer o êxito da técnica.

Trata-se de corrigir a natureza?

Às vezes as mães dizem isso dos filhos (risos)! A natureza não se corrige, pode-se usufruir das virtudes que esconde. Como diz um filósofo: «Confrontar a natureza e obrigá-la a revelar os seus mistérios». Isto acontece, por exemplo, com a mecânica celeste.



A força da gravidade é um trambolho, não serve para nada, mas se lhe aplicarmos a geometria adequada podemos construir uma catedral. A natureza é uma maravilha e nós não sabíamos. Revelamo-nos numa relação recíproca onde podemos dizer que nos merecemos uns aos outros. Há quantos milhões de anos estava ali aquele vento que permitiu aos navegadores portugueses chegar ao continente americano?

Podemos voltar à questão das crianças e da aprendizagem no caminho da escola. Há uma tese chamada «Investigação sobre a Origem da Linguagem e da Consciência» (1973) de um filósofo vietnamita, Tran Duc Thao, sobre o artesão pré-histórico, que se relaciona com o que Sigmund Freud viria a chamar Complexo de Édipo. Na pré-história a caça exigia uma expedição de três ou quatro dias, para onde se mandavam os jovens mais fortes. Porque eram jovens morriam muitos, num cenário onde tudo era novo para eles. Por isso as tribos, para preservar a espécie, mudaram de estratégia e passaram a mandar os mais velhos e experientes. Os jovens que ficaram aprimoraram todos os utensílios que a tribo utilizava (domésticos e de caça) mas também se envolveram com todas as mulheres, incluindo as mães.

No Japão os grupos de crianças de quatro e cinco anos saem juntos da escola. Um deles, o chefe, pára o trânsito ao levantar uma pequena bandeira. São as crianças que mandam parar tudo, os japoneses sabem que eles são o futuro e por isso os mais importantes.

Se conseguirmos não nos comover de forma tola com tudo isto, e nos tornarmos arquitectos decididos na direcção da satisfação dos desejos e das necessidades, sabermos que tudo está claramente manifesto na vida quotidiana. A questão fundamental da arquitectura é evitar o desastre.

Escreveu o arquitecto Vilanova Artigas sobre a Faculdade de Arquitectura da Universidade de S. Paulo: «Pensei que este espaço fosse a expressão da democracia. Pensei que o homem na Faculdade de Arquitectura teria o viço e que nenhuma actividade aqui seria ilícita, que não teria de ser controlada por ninguém, e que os espaços teriam uma dignidade de tal ordem que eu não podia pôr uma porta de entrada, porque para mim era um crime». O Paulo Mendes da Rocha afirma, coincidentemente, num texto, que não há espaço privado, que tudo é público. Quer comentar?

Vou contar uma história que navega na dimensão amorosa da nossa vida. O Vilanova Artigas e eu éramos amigos, embora não tenha sido aluno dele. Conheci-o apenas quando ele me convidou para ser seu assistente na FAU [Faculdade de Arquitectura da Universidade de São Paulo], e aí começou a nossa amizade. Ele desenhava a FAU em segredo, ninguém sabia de nada. O Artigas era assim, não existia nenhuma intimidade indevida. Um dia disse-me: «Paulo, fiz a FAU e, como você gosta, não tem uma única porta!»

Os homens do campo no Brasil, talvez como se fazia em Portugal, fazem casas em que as portas são em madeira pintada de azul. A porta tem a altura convencional para se passar, mas continua com uma bandeira até à altura do tecto. Por vezes só se abre a



© PMR

Plano para a Universidade de Vigo, Pontevedra, 2004 – em curso

bandeira que areja a casa e impede a entrada dos animais. Certos espaços são transformações do espaço total, entre o céu aberto e o abrigo.

Hoje a cidade tornou-se a o lugar do medo. Nós que temos um passado de origem colonial começamos a entender-nos sobre o ponto fulcral da questão. Tanto nós brasileiros, como vocês, europeus, começamos a proteger-nos de nós próprios, o que é uma infâmia.

A minha casa está sempre aberta. Quando casei morava num edifício sem elevador e com dois apartamentos por piso. Por coincidência no apartamento do lado morava um antigo colega com a esposa. Ficamos amigos e íamos sempre às festas uns dos outros. Um dia, num jantar, disseram-me: «Vocês são loucos?». «Não reparam que o vaso, a cadeira e mais não sei o quê são vossos?». Eles quiseram pregar-nos um susto tirando as coisas lá de casa mas nós não reparámos!

Quando falámos de uma arquitectura sem portas, falávamos de uma arquitectura de liberdade. Como é que essa ideia se pode transpor para o projecto?

Não sei. Temos que apelar a uma linguagem lírica e poética. A poesia surge da dificuldade de dizer. Por vezes basta contrariar o hábito que nos parece indevido para ser uma manifestação de liberdade.

Vimos uma exposição, em S. Paulo, no ano passado, da artista Lygia Clark. As peças eram sobre o acto de criar permeabilidade entre artista e espectador. Uma das esculturas, feita com elásticos emaranhados, dizia «favor mexer». Esses trabalhos parecem estar em consonância com a melhor arquitectura paulista produzida desde os anos 60 que parece dizer «favor entrar»!

Tinha um amigo do teatro que comprou uma quinta numa serra e mudou-se para lá. Pela natureza do seu trabalho lidava muito com som e música. Ele punha as sinfonias de Mahler durante a noite amplificadas com altifalantes. Uma noite estávamos a conversar, com uma noite esplêndida, e começa, de repente, um assustador discurso em alemão – eram os discursos de Hitler!

Tudo aquilo podia ter sido uma inutilidade – uma vociferação por nada! Em muitas escolas também se fazem discursos inúteis. Se um discurso nos consegue seduzir, então esse é o discurso que nos interessa. E como é que se faz isso? É justamente no espaço de liberdade da questão da arquitectura. Alguém dizia que as palavras estão para um poema como as pedras para uma catedral. Ou estão bem arrumadas ou são só uma pilha de





Pinacoteca do Estado de S. Paulo, 1993

pedras. Por isso podemos fazer um discurso que é apenas uma pilha de pedras ou um discurso onde, pouco a pouco, se começa a perceber uma catedral. Estamos condenados a raciocinar com a técnica, caso contrário podemos derrubar tudo como algo inútil.

Como acontece com a tecnocracia?

Quanto mais técnica mais fácil tudo se torna, isso inclui a quantidade de coisas inúteis. Preferiria imaginar uma tecnocracia com um discurso difícil de engolir (onde a técnica tudo consegue fazer) e onde teríamos apenas que ouvir. Mas as asneiras que acontecem à nossa volta não têm sequer essa virtude – não podem sequer chamar-se de tecnocratas. As asneiras são... inúteis.

Afirmou que arquitectura como discurso não se pode aprender. Será então um apenas processo intuitivo?

Se o discurso for interessante, podemos repeti-lo, e isso não é uma má aprendizagem. Mas o objectivo da aprendizagem é poder elaborar um discurso sobre o que quisermos. A ideia é assumir o discurso como uma técnica para falar de modo contundente, sedutor. Se lemos um livro de duzentas páginas, do princípio ao fim, é porque o escritor tem uma capacidade de sedução incrível.

Sabemos que a cidade é por natureza democrática e sem democracia o desenho não se verifica. O paradoxo é que em Portugal, em Lisboa, durante a ditadura, se produziu um modelo de cidade eficaz, um bom suporte de vida: o bairro de Alvalade.

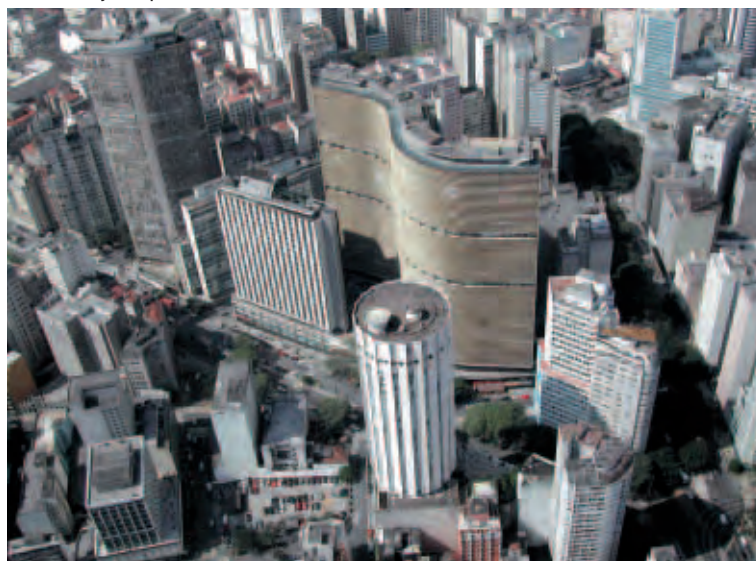
Esses regimes investiam muito naquilo a que se propunham fazer, e, não poucas vezes, faziam coisas que ninguém antes tinha feito. Por vezes disfrutamos tão mal da nossa liberdade que aparecem esses regimes totalitários. A nossa tendência é não fazer nada, o homem nasceu para não trabalhar! (risos) Por outro lado aprendeu que para não trabalhar tanto é preciso trabalhar muito.

A grande realização da cidade contemporânea é a verticalização, concentrar as

David Libeskind, Conjunto Nacional, S. Paulo, 1952–1956



Óscar Niemeyer, Copan, S. Paulo, 1951–1956



peessoas e poder fazer a cidade funcionar com transportes públicos. Esta estratégia não tem a ver com a ideologia que está por trás do governo. Voltamos sim à questão da técnica e do seu êxito.

A cidade liberal é feita por somatório descontínuo de pequenas acções. Será que a grande intervenção sobre o território, global, é apenas possível em alguns enquadramentos políticos autoritários?

Não é necessário que um chefe nos mobilize. A única esperança é que essa consciência exista em cada um, é imaginar uma democracia que resulte das matérias concretas da inteligência.

Qual é a sua experiência com a encomenda privada, aqui em S. Paulo?

Fiz muito poucos trabalhos com esse tipo de encomenda porque não sou muito desejado. Não procuro os empresários. Mas olhando para tudo o que fiz, com esse tipo de encomenda, parece-me tudo tão torpe como todos os outros edifícios espalhados pela cidade. Talvez sejam formalmente mais elegantes. Mas a verdade é que são os mesmos edifícios mal dispostos!

Estão sempre localizados num lote onde outrora existiu uma casa, é essa a matriz deste território; trabalhamos sobre uma matriz de lotes de casinhas. Se transformamos cada casa num prédio cometemos um erro crasso. Eu nunca acertei!

Agora já sou procurado por um ou outro promotor que diz querer fazer uma coisa «diferente». Esses promotores pensam que podem ganhar mais por encomendarem uma mercadoria diferente. Mas do ponto de vista da mecânica e da tectónica estes edifícios são tão maus como qualquer outro.

Apesar de tudo temos alguns exemplos felizes em S. Paulo. Um é o «Copan» (1951-1966) de Oscar Niemeyer e outro é o «Conjunto Nacional» (1952-1956), na Avenida Paulista, de David Libeskind. Este último foi feito num único quarteirão (fugindo à verticalização do lote com uma casa) construindo tudo até à altura de doze metros com escritórios e comércio e garagens subterrâneas. Deste modo não temos a sucessão de rampas de vinte por cento a cortar o espaço público para que os automóveis possam entrar para as garagens. Por cima deste embasamento, que ocupa todo o quarteirão, está um jardim e uma torre de vinte e cinco pisos assente sobre pilotis. Este é um bom exemplo de reorganização da cidade.

Praça do Patriarca, S. Paulo, 1992

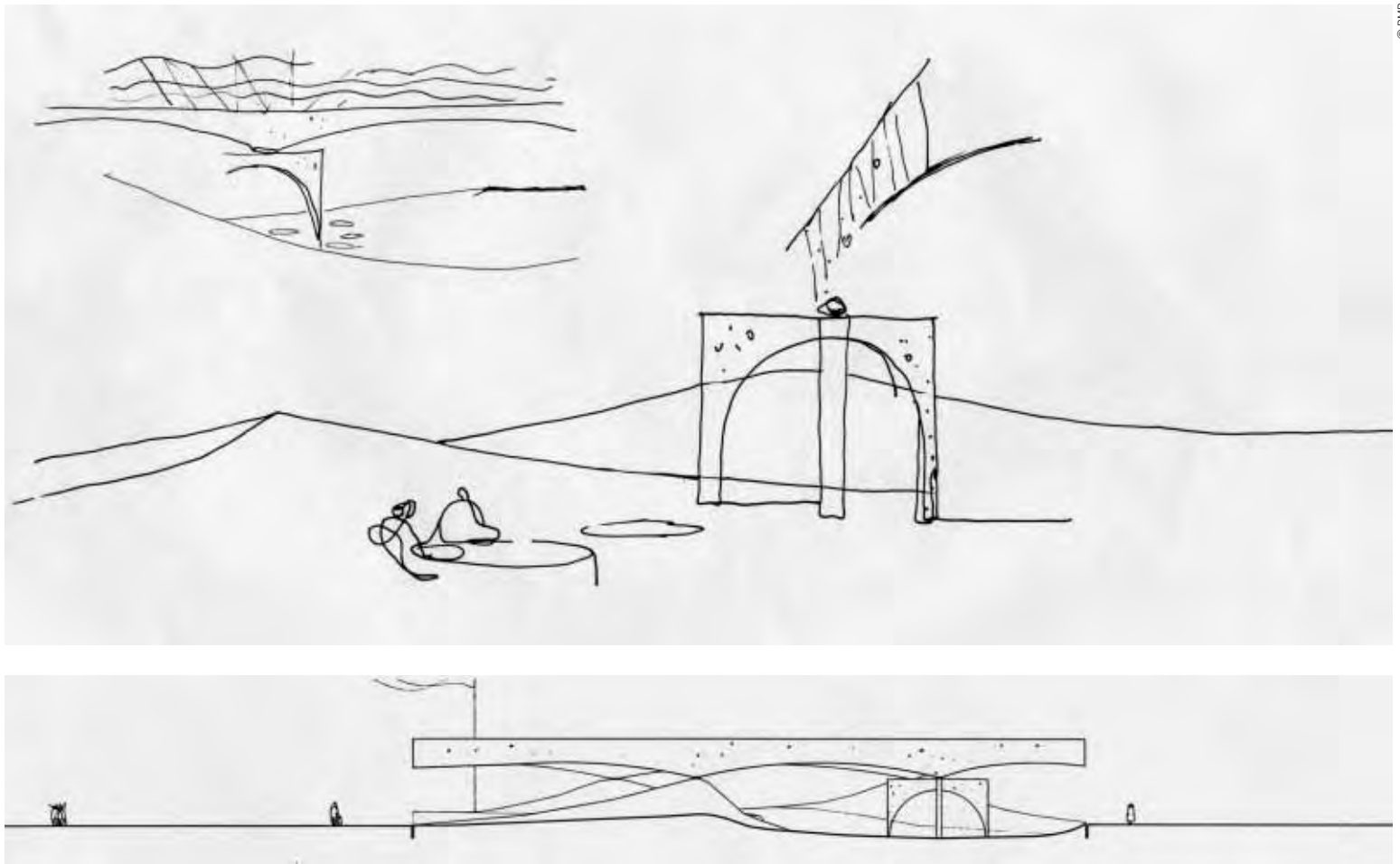


© Luis Valente



© José Adriaño

Galeria Vermelho, S. Paulo, 2002



O outro exemplo lindíssimo é o «Copan». Mais uma vez um único proprietário – de uma área que se chamava Vila Normanda, composta por pitorescas moradias burguesas – que mandou dismantelar todas as casas para que ficasse disponível todo o quarteirão. Com a visão inteligente de Niemeyer o conjunto foi transformado num único edifício, que não toca o chão, transformando os apoios em cafés, cinema, etc. A cidade continuou a fluir na sua parte mais interessante que é a vida de quem anda no chão. Os apartamentos são muitos variados tipologicamente, e isto não tem a ver com pobreza ou riqueza, tem a ver com a heterogeneidade de destinatários.

O Oscar Niemeyer percebeu que este edifício lâmina, que atingia a altura regulamentar limite, não resistia ao vento e por isso ao transformá-lo num volume duplamente curvo resolveu o problema do contraventamento. As pessoas dizem que a inspiração são as curvas da montanha e ele fica quieto, mas nós sabemos que é uma questão de estabilidade e de contraventamento. Mais uma vez a beleza surge do evidente êxito da técnica.

No pavilhão do Brasil em Osaka, de 1969, o molde da paisagem foi feito à imagem da natureza?

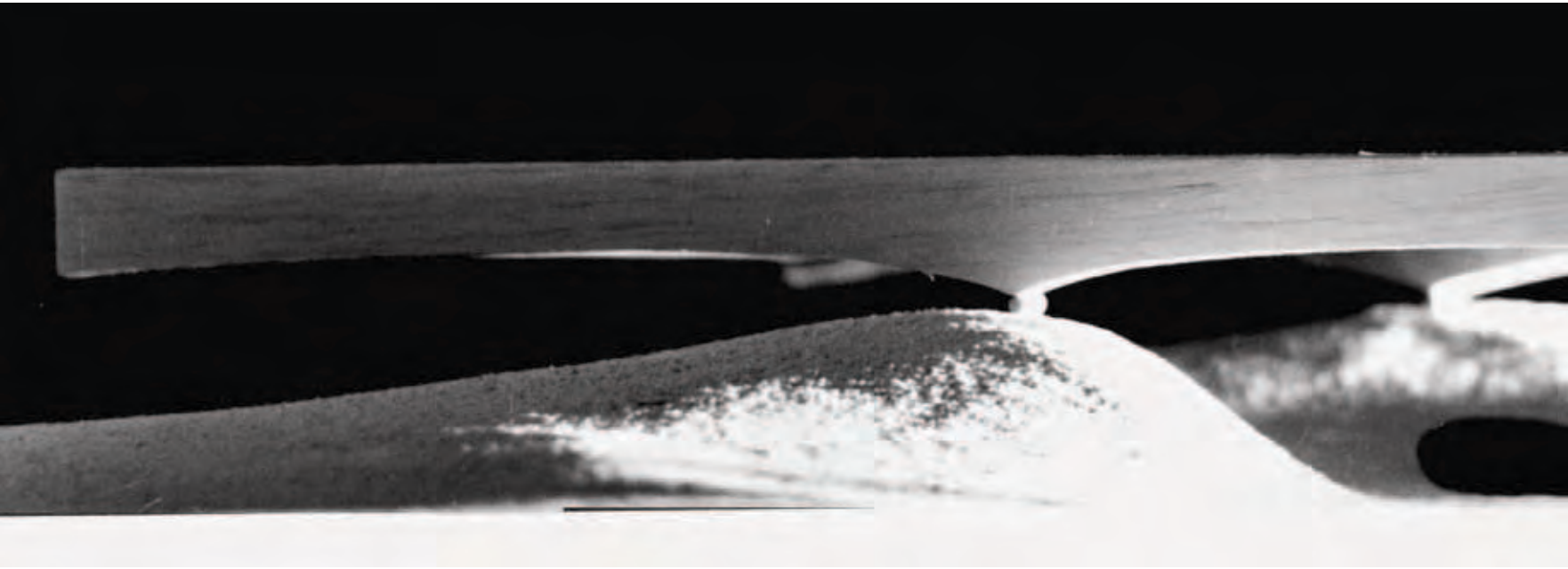
Esse foi um edifício puramente simbólico e por isso um pouco singular. Pretendia-se mostrar o Brasil no Japão, e por isso tivemos de nos submeter a uma visão clara, nítida e de representação. Ocorreu-me reproduzir a cobertura da FAU do Vilanova Artigas, que acho uma maravilha, numa estrutura de trinta por cinquenta metros. Para isso precisava de duas vigas, que por sua vez iriam precisar de dois apoios. Por se tratar de uma analogia ao Brasil pensamos que dois pilares seriam a natureza, como vocês referiram, e um terceiro seria a cidade – uma analogia à construção.

À medida que fomos desenvolvendo o projecto fomos trabalhando com a estrutura – num divertimento com a técnica – e percebemos que as vigas não tinham que ser iguais. Os arcos de betão estão quase no limite e tocam as colinas através de rótulas.

Porque é que há tão poucas fotografias do interior?

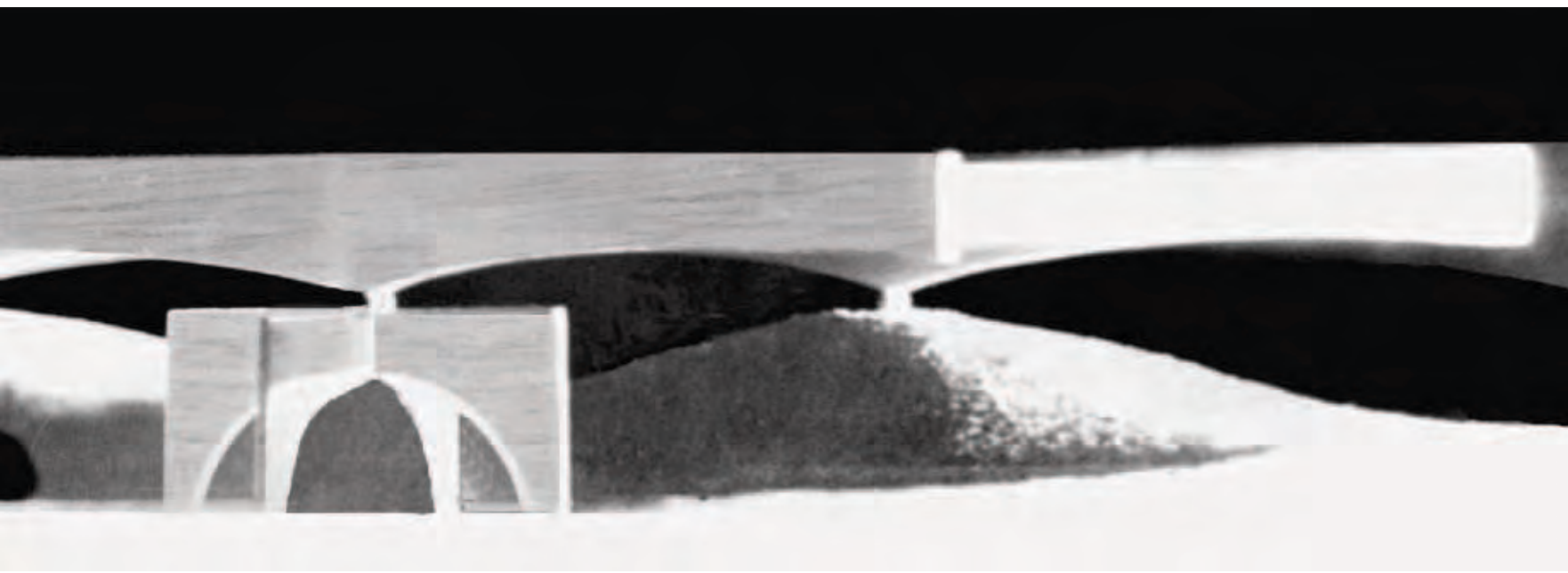
É uma história triste. Ganhei o concurso e no dia seguinte fui impedido de exercer a profissão pela ditadura. Fui para o Japão sabendo que o governo assumira a desmontagem do pavilhão, regra imposta pela feira que queria implantar nesse local uma cidade satélite. Apenas o pavilhão do Japão, concebido pelo Kenzo Tange, deveria permanecer.

Pavilhão do Brasil, Osaka, 1969 © PMR

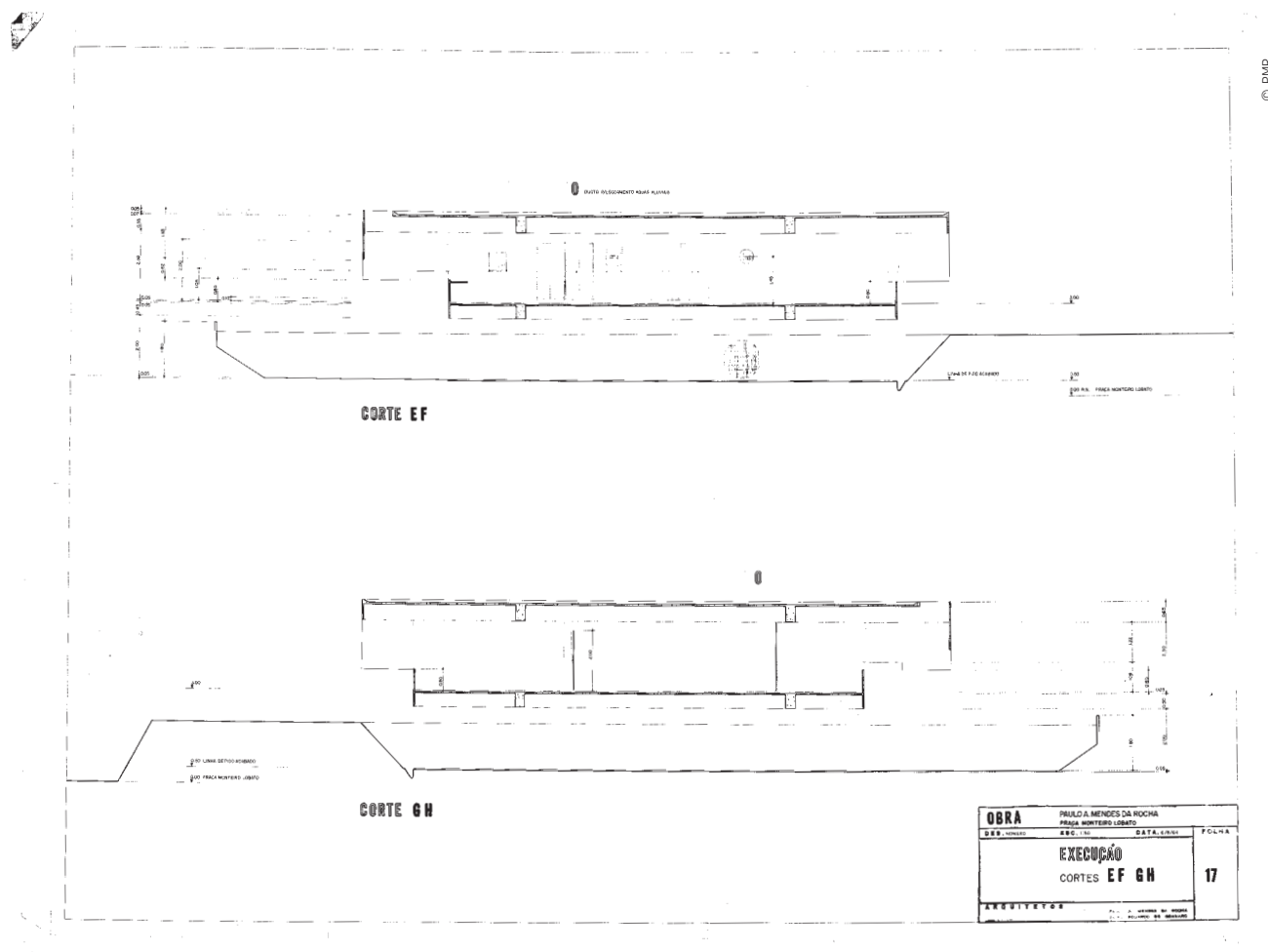


Museu Brasileiro de Escultura, S. Paulo, 1986–1988





© José Adriano



Durante a feira os japoneses pensaram que o pavilhão do Brasil poderia albergar a nova escola de música e vieram ter comigo para me comunicar essa possibilidade, perguntando-me se eu estaria de acordo. O governo da ditadura brasileira disse: «Não senhor, vamos demolir»! Aí desinteressei-me e acabei por nunca fotografar o edifício.

Escreveu um texto que chama «A cidade para todos». É esta a grande questão da arquitectura?

O que acontece é que desde o início o arquitecto tem de ter a consciência que haverá transformação, e isso deve inspirar e motivar algumas das medidas que se vão tomando no projecto.

Não acho que se possa projectar com a ideia premeditada das transformações. Pelo contrário, com a disposição espacial fazemos uma construção que ampara a imprevisibilidade da vida. O que é hoje o hábito, amanhã pode não ser. Nas casas isto acontece muito. Hoje temos uma família com quatro filhos, amanhã temos só uma pessoa sozinha que toca piano. A casa muda mas as paredes não, muda sim o ambiente, porque quem faz a casa são as pessoas. A vida da casa muda conforme as pessoas que vivem nela, e às vezes muda muito. Não é a forma que diz o que é uma casa, é a vida que está lá dentro.

Nas suas obras a pormenorização tende a evitar a complexidade. Procura-se antes a clareza e simplicidade.

As coisas têm de amparar de modo inteligente a imprevisibilidade da vida. Por exemplo, um museu deve ser um espaço disponível. Geralmente os artistas surpreendem-nos com as suas instalações. Numa Bienal de Arte de São Paulo, em que eu tive a felicidade de fazer a montagem da exposição, o tema era a independência do suporte. Era uma



Casa Mendes da Rocha, S. Paulo, 1964



© João Matos



© João Matos

Casa Mendes da Rocha, S. Paulo, 1964

Loja Forma, S. Paulo, 1987



© José Adriano

questão importante que se discutia na altura em relação à arte. Artistas importantes trabalharam nesse tema, como a Lygia Clark, de quem já falámos.

Que museu se adequa a este raciocínio?

É necessário projectar espaços disponíveis para que possam acontecer uma multiplicidade de acções. Como é que a arquitectura pode responder a esta questão? Será que tudo fica demasiado imponderável? Não.

No caso do Pavilhão da Bienal, Óscar Niemeyer desenhou uma rampa, que é um grande momento, onde o público se encontra. Durante a montagem podem subir por aquela rampa empilhadores com dez ou doze toneladas de peso, e isto é possível porque o projecto e cálculo estrutural o previram.

Há uma igreja românica maravilhosa em Istambul que está desactivada e que se chama Santa Irene. Do ponto de vista arquitectónico é uma maravilha. Por felicidade saí por uma porta lateral e entrei num lugar que pensei não poder existir. Apercebi-me então da presença de uma rampa em pedra que sobe até à altura de trinta metros. Esta rampa foi o estaleiro da própria igreja, e serviu para a construção das cúpulas, já que não havia gruas nesse tempo, e mais tarde foi incorporada na estrutura.

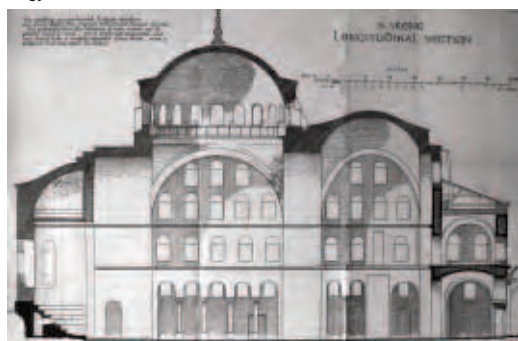
Esta igreja é absolutamente funcional em relação a coisas que não estão nas idiossincrasias burguesas. É funcional porque não cai. É absoluta e necessariamente funcional, porque permite que tudo se instale lá dentro.

Se construirmos um edifício com um rigor total – com elevadores, máquinas, pressão de água, etc – este poderá conter múltiplas funções. Num piso «levanta-se» o pavimento dez centímetros por metro quadrado para aí instalar as cablagens dos computadores, noutro isola-se acusticamente as paredes para instalar aí uma academia de ginástica. Sempre foi assim. É preciso prever a imprevisibilidade da vida, porque é esse o encanto da cidade.

O turismo gerou um paradoxo. Instala-se porque os lugares são singulares mas a sua presença retira-lhes, muitas vezes, as qualidades que justificaram essa instalação.

É uma das maiores tristezas que sucede no território, e é um tema muito complexo inclusive para o próprio conceito de turismo. Para mim a ideia de turismo é desejar a vida do outro. Uma pessoa vai a uma aldeia e quer comer aquilo que só ali se faz. Se o turismo for industrializado os lugares ficam todos iguais. Deixa de ser turismo e é simplesmente uma agitação de um sítio para o outro. Os grandes hotéis são todos iguais, e uma pessoa

Hagia Irene, Istambul, séc. IV



© D.R.

«c'est un dispositif fait de dessins imprévisibles de la vie».

— Le Corbusier —

Há uma questão da Arquitetura, que persegue e desafia o espírito: a contradição entre a liberdade de criação e a coerção da racionalidade da técnica. A energia vital que existe entre a idéia e a coisa. Le Corbusier resumiu muito bem de que maneira poderemos fazer conviver essa racionalidade com largos desejos de liberdade quando afirmou que a arquitetura é feita de desenhos da imprevisibilidade da vida. O que desenha a imprevisibilidade da vida é uma construção, nítida e rigorosamente técnica, mas que não determina fim, modo e meio, programa. Ampara a indeterminação, a imponderabilidade da liberdade individual, aquilo que nos obriga a arrumar o território, a reconformar a natureza, suas forças e manifestações com vigor técnico de tal modo que possamos flutuar livremente, libertos das dificuldades e das angústias dos desastres. Lembro, como quem escolhe o essencial para dizer que arquitetura, no âmbito da epígrafe da sua instalação primordial se destina ao fazer e não ao ver, realizar e não simplesmente espantar, com a concretude dessa relação entre a racionalidade e a liberdade.

Para mim, a primeira e primordial arquitetura é a geografia. Antes de construir, o homem escolheu um lugar, onde antevê uma situação arquitetônica sobre o espaço: aqui, fundaremos uma cidade, neste estuário será um porto. A idéia de projeção desse universo, das instalações humanas, implica na idéia de construção a partir da configuração inicial que está na geografia e sua necessária transformação. A arquitetura é modificadora do espaço na perseguição de desejos e necessidades humanas, históricas, sociais. Essas decisões, sobre construir ou não, têm um interesse universal enquanto manifestação do conhecimento. Fazer as coisas como você efetivamente quer fazê-las é tratar a questão de acordo com as circunstâncias que as envolvem, porém com um vetor de transformação que ampara a dimensão universal da presença do homem na natureza. Contemplar a arquitetura como algo acabado e pronto, como se pensava em certas épocas do passado, é uma questão superada enquanto elogio excessivo da representação em lugar da realização. Não se pode imaginar um projeto com uma finitude premeditada. A grande questão da arquitetura está na não finitude da ação. A realização do habitat humano supera a idéia de algo pronto e estabelecido.

Em 1997, convidados da Universidade Bolivariana de Medellín, Colômbia, visitamos juntos, Jo Coenen, Luigi Snozzi e eu, uma fortaleza do século XVI, de extraordinária beleza, na entrada da baía de Cartagena de Las Índias, o forte de San Miguel. Aquilo que a contingência da época dizia que era o que teria que ser feito, incrível invenção construtiva sobre as rochas afrontando o mar, com uma monumentalidade enquanto realização e invenção além das catedrais, principalmente para nós americanos, era aos nossos olhos a arquitetura na sua, mais uma vez, inauguração. E Snozzi, transfigurado no autor atual daquilo tudo, disse: “Arquitetura surge quando cessa a função”.

A vida deve continuar, nos tempos, para sempre nessa nova morfologia surgida no planeta, com o trabalho humano. Um planeta habitado e modificado enquanto uma nova natureza, novidade no universo. Aquela fortaleza, construída com as pedras, estava ali como uma reconfiguração da própria natureza, movida por engenhosas vontades para além do tempo e do seu imediato pretexto.

Mas, este discurso dos desejos escondidos nas formas, no tempo presente, quando a arquitetura nunca foi tão liberta dos dogmas e misérias do passado – entre nós, do passado colonial – volta-se para a política de construção da cidade. Liberta-se a arquitetura de ter que exprimir-se nos exemplos isolados dos palácios e das catedrais. Agora, estamos diante da completa arquitetura das cidades, da construção da paz e superação da pobreza e da miséria. Uma virtude nova, possível na consciência mundial sobre o estado do homem, do conhecimento, da nova condição na natureza.

Na sua expressão poética a arquitetura se transforma na linguagem do desejo, do vir a ser, na beleza que se quer imprimir às coisas ao se descrever a monumentalidade do existir humano nas suas providências históricas. Porque é preciso não esquecer que o universo da arquitetura transita no plano das artes e exibe um caráter poético capaz de dizer sobre as razões do fazer. Como se decidiu finalmente, por aquela forma? Geralmente baseamo-nos em coisas já vistas, que têm razões semelhantes, resolvidas com outras formas. A marquise circular do clube Atlético Paulistano, com seis apoios não é o mesmo peristilo grego. Mas houve ali um mesmo desejo de se realizar um interregno entre interior e exterior, uma forma de acolher certos comportamentos, experiências, significados humanos como se a própria natureza quisesse nos amparar de um outro, que antes já havia, mas ainda não muito bem desenhado.

Recentemente o arquiteto português Álvaro Siza fez uma conferência na qual expôs seu projeto para a Exposição dos Quinhentos Anos dos Descobrimentos, em Lisboa. O pavilhão foi construído como uma porta aberta de frente para o mar, na foz do Tejo, constituída por dois contrafortes pesados, estáveis para resistir ao esforço de uma cobertura leve, de concreto armado com sessenta metros de vão livre em catenária. Uma casca, uma pele, uma tenda de vinte centímetros de espessura com sucessivos cabos protendidos que, muito elegantemente, ele deixou à mostra junto aos apoios. No final da exposição, Álvaro Siza conclui: “Isto, é Veneza e Niemeyer”. Nada daquilo se parecia, formalmente, nem com Veneza, nem com Niemeyer. Arquitetura é sempre um discurso entre aquilo que queremos ser e o que já fizemos. Os empreendimentos portugueses são tão magníficos quanto o foram os venezianos e, na surpresa das formas, na coragem, na invenção, estaria Niemeyer. A idéia que teremos sempre que inventar, a consciência que novos tempos exibem novos conhecimentos. A formação da consciência, o estabelecimentos da linguagem são os grandes interesses do momento em que estamos vivendo. A formação da consciência e o estabelecimentos da linguagem. Este é concomitante é a razão da nossa existência no universo, o gênero humano, enquanto discurso sobre sua própria existência.

A construção das cidades à luz dessas considerações é engendrado de fato com o que se passa no chão, em cada casa, nas ruas, a força vital que as transforma no lugar para morar. Se percorrermos, por meio da história, as ações humanas vamos encontrar na fundação das cidades o domínio da configuração do território. Uma previsão, projeção desde os altos ideais às pequenas coisas. Há um projeto que tenho na memória para ilustrar essa passagem da idéia para a coisa: Tóquio de Kenzo Tange. É um raciocínio belíssimo, a revelação de uma virtude da natureza que estaria perdida sem a consistência do raciocínio transformador. Essa cidade se estrutura por meio de um eixo fundamental, construído como se fosse uma grande ponte que atravessa o recinto da Baía de Tóquio. É uma baía rasa, desprezível para navegação de grande porte, mas que pode ter grande movimentação flutuante para ligar as ilhas, os bairros estruturados pelo eixo fundamental, que são os conjuntos de casas. Aquilo que era um empecilho, a grande laguna inútil, revela-se um meio de transporte imprevisível, na virtude da mecânica dos fluidos. Uma simples questão de disposição espacial, um modo humano na natureza.

É a essência da arquitetura que, mesmo com o rigor da técnica, da ciência, da mecânica indispensável para que tudo fique em pé, flui também pela poesia e pela história, na imprevisibilidade de nossa existência. O mundo precisa ser construído para ser tão incomensuravelmente possível quanto já o foi a existência humana. O projeto como um lugar, um mirante, de onde se pode ver a realidade, antes de tudo como uma projeção futura. A visão de uma desejada cidade para todos.

já não sabe se está em Nova Iorque, Paris ou Londres. É pena que esta industrialização «pasteurize» as coisas desse modo.

Em Paris existe uma esplanada muito famosa onde costumavam ir Picasso e Jean-Paul Sartre. Há uma certa ingenuidade nisto, mas adoro lá ir e ter a sensação que participo na vida cultural que o café sempre teve. Sento-me numa mesa, bebo um whisky, marco um encontro com os amigos. Numa das primeiras vezes que lá estive, quando ainda era novidade para mim, estava sentado a beber o meu whisky e encosta ao passeio um autocarro de dois andares cheio de japoneses. Começaram todos a tirar fotografias mas ninguém saiu do autocarro, que ficou inclinado porque os japoneses foram todos para as janelas do mesmo lado!

Gilles Deleuze dizia que a tarefa do filósofo é exclusivamente criar conceitos. Qual é a tarefa do arquitecto?

A filosofia é, antes de mais, uma reflexão, demorada e consistente, sobre questões que são da vida de todos os dias e de cada um de nós. Os filósofos mudaram a vida da juventude, por exemplo, no que diz respeito à sexualidade. Pensaram e pensam em coisas muito profundas em relação à nossa existência, fazendo com que os nossos filhos sejam outros. O despertar da consciência sobre o papel da mulher é também fruto desta mudança, da nossa dualidade, fazendo-nos perceber que o género humano é simultaneamente masculino e feminino.

Li recentemente uma conversa entre filósofos um diálogo de provocações e réplicas, onde se falava na possibilidade de uma filosofia útil. E isso é muito bonito. Serve para saber onde estamos e o que podemos fazer, o que se deve e não deve fazer. O pensamento filosófico estruturado é uma orientação da acção.

Por exemplo, Shakespeare fez verdadeiros tratados de desejos, de angústias, de paixões e mostra que toda a nossa estrutura de pensamento é de carácter filosófico. Queiramos ou não. Artistas ou filósofos.

Os arquitectos também...

Todos. O operário tece, o produto é o tecido. E isso para o pensamento arquitectónico é uma maravilha. Nós construímos e o produto é o discurso. A arquitectura é uma forma peculiar de conhecimento. Como aborda todos os campos do conhecimento acabamos por ser especialistas em nada. O trabalho do arquitecto exprime-se com uma consciência do estado do homem nesse momento. Sobretudo em relação às necessidades imediatas.

Como arquitecto acho uma prepotência fazer para o presente, temos que fazer para este futuro.

Tudo isso influi na antevisão dos conceitos que formulamos, e com cautela para não enlouquecer. Temos que fazer aquilo que agora tem de ser feito, mas que não é para agora. É feito para amparar esse andamento para o futuro.

Descobrir não é só avançar mas é também retomar o passado. Cada vez tenho maior consciência que o tempo é, para nós, cada vez mais amplo. E que os horizontes enquanto História são ampliados. Isso amplia a nossa perspectiva de futuro enquanto projecção.

Somos cada vez maiores no tempo, somos cada vez mais abrangentes na nossa possibilidade de pensar. Pensamos cada vez mais com coisas que estavam enterradas e que surgem à luz do presente e isso abre possibilidades para o futuro. Tanto o futuro como o passado ampliam-se, fazendo com que não haja presente. Tudo o que fazemos é futuro. E o desejo não pode ser só nosso, porque é muito mais importante o desejo do outro. Daí a ideia da cidade para todos. ■

Atelier Paulo Mendes da Rocha, S. Paulo, 11 Maio 2007



ALGUÉM QUER DIZER ALGUMA COISA?

HÁ UM CADERNO DO JA. à CURA DO AUTOR(ES)


- 1— O Vírus é um caderno de 16 páginas, da autoria de uma equipa editorial seleccionada, e que trata o tema do número do JA em que se insere. O Vírus é impresso a preto sobre papel de cor, e é inserido entre as páginas do JA, em localização variável.
- 2— O tema do Vírus é sempre o tema do número do JA em que se insere, obviamente abordado segundo a perspectiva do(s) seu(s) autor(es).
- 3— O Vírus é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, que têm total autonomia editorial. Os conteúdos do Vírus podem, por isso, ser quaisquer uns, desde que passíveis de serem impressos a preto sobre papel de cor.
- 4— Qualquer pessoa ou conjunto de pessoas pode candidatar-se a fazer o VÍRUS. Ou seja, o Vírus pode (também) ser feito por não-arquitectos, desde que a abordagem proposta contemple o tema do número, e o faça considerando que os destinatários principais do JA são os arquitectos portugueses. O vírus pode ser feito por estudantes.
- 5— As propostas são seleccionadas pela Direcção e pelos editores do JA.
- 6— O Vírus é publicado tal como é recebido. É, assim, da exclusiva e total responsabilidade dos proponentes, sendo desejável que estes se responsabilizem pela revisão e edição dos conteúdos finais.
- 7— A escolha da cor das páginas em que o Vírus será impresso e da responsabilidade do designer responsável pelo JA, em conjunto com a Direcção e editores da revista.
- 8— O Vírus será pago (simbolicamente). No caso do Vírus o valor destina-se sobretudo a ajudar a suportar despesas de edição/produção.
- 9— A selecção das equipas responsáveis pelos próximos Vírus far-se-á mediante a apresentação de propostas (1 página A4) + CV's, a enviar para: jornalarquitectos@ordemdosarquitectos.pt
- 10— Os próximos temas do JA e as datas-limite para entrega das propostas para os respectivos Vírus, são:

JA229 – Tempo (recepção de propostas de candidatura até 24 de Julho de 2007)

“Bildung”: palavra que transporta para uma proposta do iluminismo alemão o que à formação do ser humano diz respeito - enquanto ser individual imerso em históricos padrões de referência cultural. Na Alemanha do século XVIII, (re)surge a ideia de que a educação é um processo necessário ao desenvolvimento de cada um como ser humano — convicção espelhada na máxima Kantiana “o homem só é homem pela educação”. Esta assunção expõe a fragilidade de cada um e simultaneamente expande as potencialidades do seu porvir — acreditar no processo de educação é acreditar na não determinação apriorística de cada indivíduo. A pessoa humana devém incompleta e torna-se necessário trabalhar para a completar. A abertura que deste modo se imputa ao desenvolvimento individual exige o cuidado

e a atenção ao processo que lhe subjaz — o trabalho sempre inacabado do completamento. O que existe de mais seguro do que a Antiguidade?

Da Bildung ao Grand Tour: viagem como conhecimento.

É por aqui que a **Bildung** inicialmente se materializa enquanto projecto cultural e pedagógico, ao propor como modo de formação individual a revisitação dos clássicos da antiguidade greco-romana. A fusão da forma com o fundo, conduz a um ideal de ser humano ancorado nos conteúdos e nos modos contemplativo e reflexivo da antiguidade clássica. A apologia do espírito e da liberdade individuais permitem uma espécie de trilogia do neohumanismo alemão: **Bildung**, Geist (espírito) e Freiheit (liberdade). A **Bildung** é um processo de autonomização, libertação e consciencialização. Este modo de entender a educação dos sujeitos transcende o espaço da escola ou da exclusividade de qualquer outra instituição social. O processo de educação e de formação da pessoa humana é um processo integral e global — não é feito apenas numa fase da vida e muito menos num espaço institucional de fronteiras demarcadas. O ser individual projecta-se no seu futuro sempre imperfeito contribuindo para o desenvolvimento da humanidade — o humanismo exige o indivíduo e a individualização. O cultivo de si mesmo é o processo interior e espiritual a partir do qual o homem se pode elevar à sua verdadeira condição humana, através de uma emancipação intelectual, incluindo geralmente dimensões éticas e estéticas. “O homem necessita formar-se (formar a sua consciência) porque, ao não ser por natureza o que deve ser, deve apropriar-se através da experiência da consciência (autoconsciência)” (Conrad Villanou, 2001: 235). A viagem. A experiência da consciência e a busca da experiência e do processo de humanização exigem a viagem. Espiritual e/ou física, a viagem é o modo de o sujeito garantir este seu estatuto, afinal o reconhecimento do sujeito exige a interpelação e o contacto com outro sujeito, tanto quanto o processo de humanização é um processo de busca do que é mais humano, em si e fora de si. Recuperamos hoje a **Bildung** entre a liberdade individual do sujeito consciente e a vocação cosmopolita da melhoria do género humano. A ideia de **Grand Tour** surge no século XVIII associada às viagens de uma elite masculina e jovem que com os seus preceptores realizavam extensas viagens no final dos seus estudos, com a finalidade de poderem prolongar a sua aprendizagem pela experiência directa dos exemplos estudados. Este conceito de **Grand Tour** surge das ideias iluministas de recuperação dos ideais da antiguidade clássica — o cânone estabelecido: a civilização greco-romana e egípcia (já então mito clássico). Este formato de viagem — o **Grand Tour** ou simplesmente Tour — tem permanecido como objecto e referência de turismo cultural: Da Alta Cultura que inaugurou a ideia de **Grand Tour** à incorporação no Cânone dos grandes acontecimentos e mitos da cultura popular do século XX. Sejam quais forem os objectivos e motivações, a viagem é em grande parte uma experiência icónica pré-definida e por isso incessante matéria que nos mede com o tempo e espaço histórico que habitamos. **Grand Tour** e **Bildung**: Da experiência icónica do Tour à viagem como formação. 

Design: Flint

Edição e texto: Elisabete Gomes e Rui Mendes

D.R.



D.R.



D.R.



Esfinge e Grande Pirâmide, Gizé, Egípto
Aprox. 3000 anos a.C.

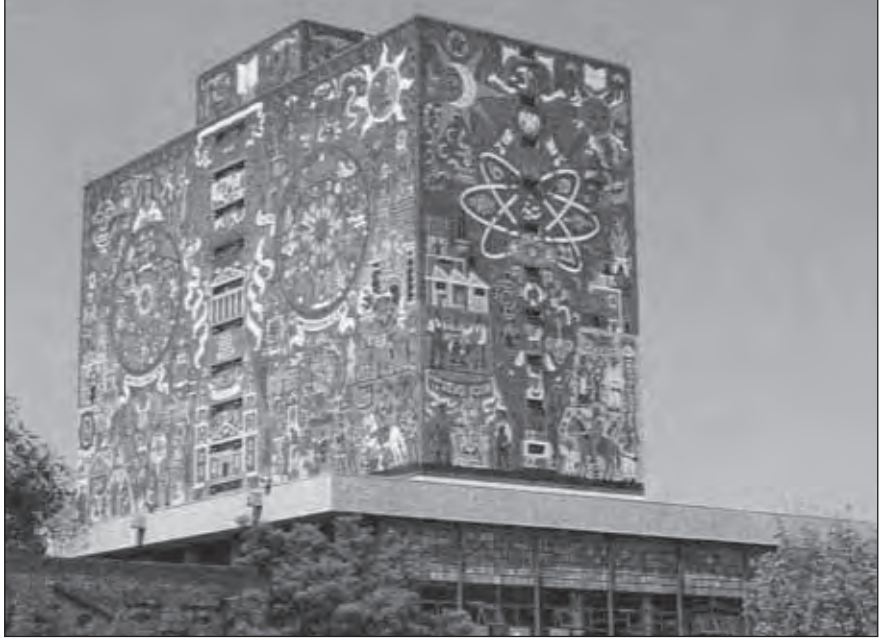
Forum Romano, Roma, Itália
Aprox. Séc. VI a.C.

“A Cidade dos Deuses”, Teotihuacán, México
Aprox. 200 anos a.C.

D.R.



D.R.



D.R.

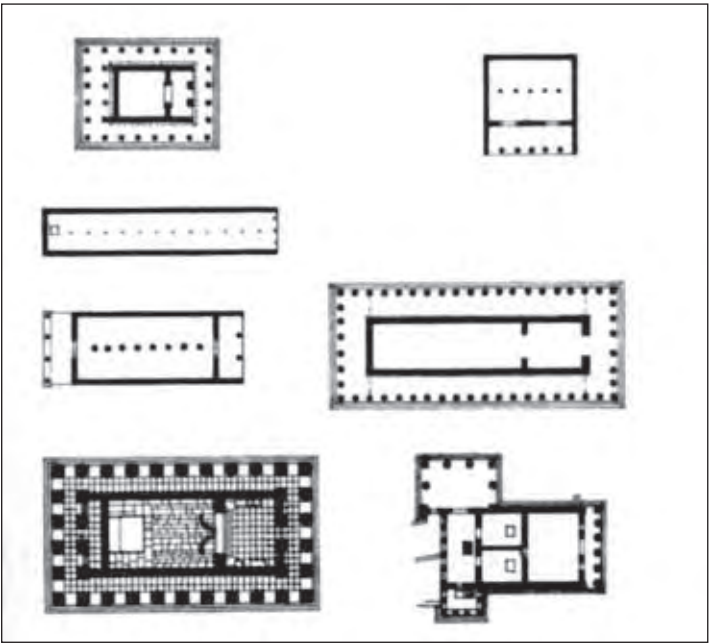


Museu do Palácio Nacional, Taipé, China
Valerio Olgiati, 2004

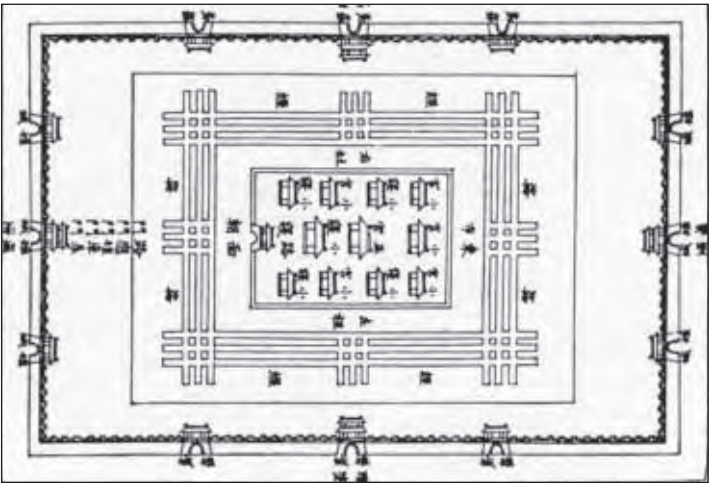
Biblioteca, Universidade do México, Cidade do México, México
Juan O’Gorman, 1952-53

SESC - Fábrica da Pompeia, S. Paulo, Brasil
Lina Bo Bardi, 1977-1986

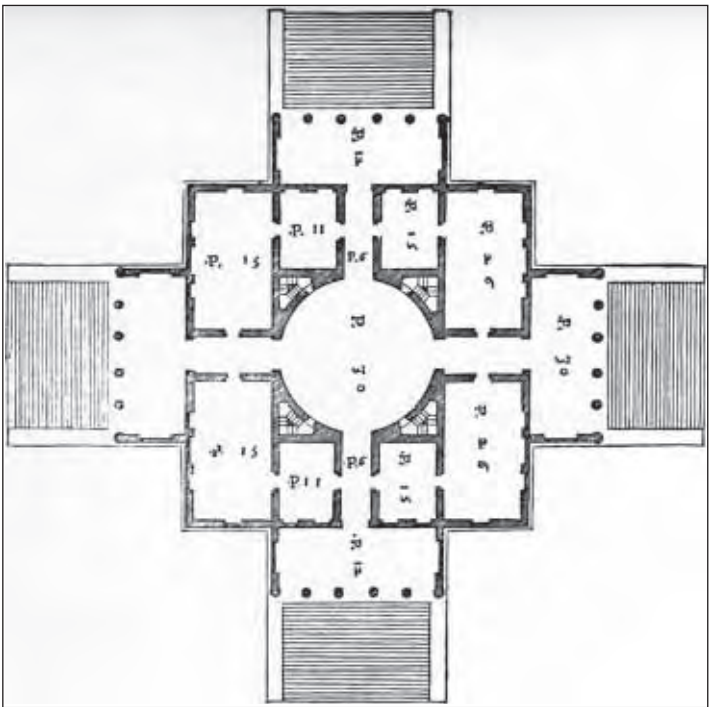
D.R.



D.R.



D.R.

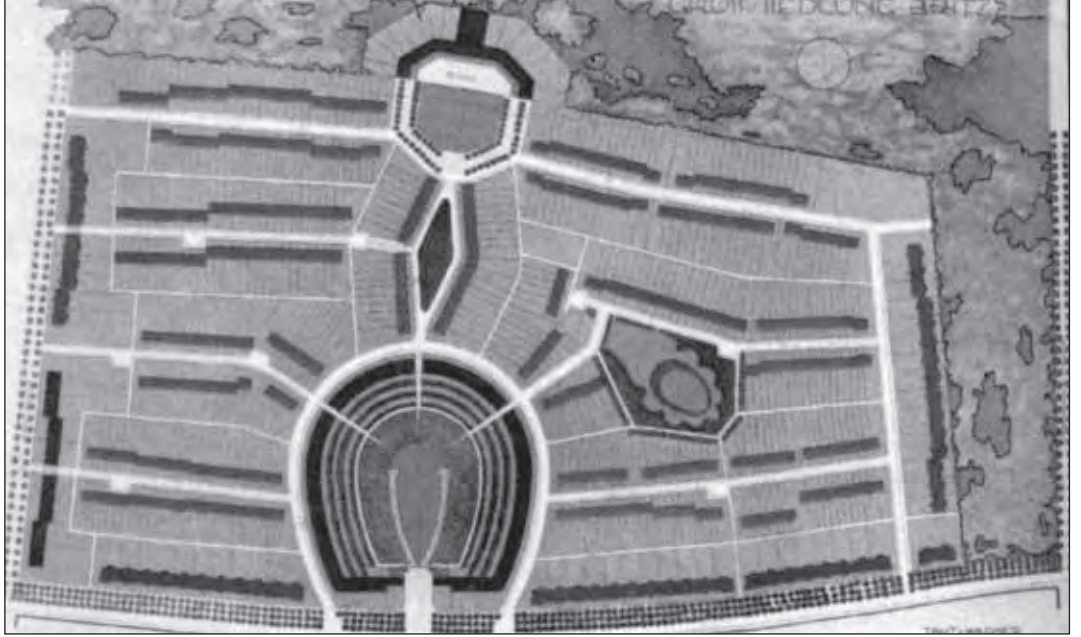


Plantas de Templos Gregos
Séc. IV a.C.

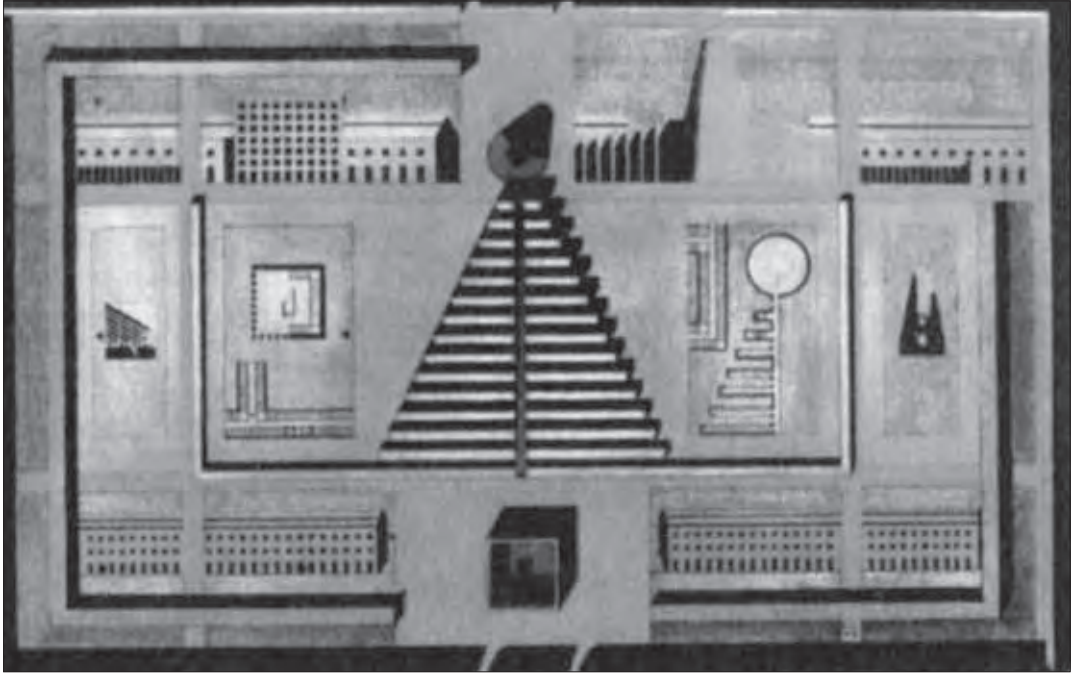
Cidade Chinesa Tradicional de Kao Gong Ji
Aprox. 150 a.C.

La Rotonda, Vicenza, Itália
Andrea Palladio, 1570

D.R.



D.R.



D.R.



Britz Siedlung, Berlim, Alemanha
Bruno Taut, 1925

Cemitério de San Cataldo, Modena, Itália
Aldo Rossi, 1971-1984

Planta das fábricas existentes na Vila Adriana (Séc. I d.C.), Roma, Itália
Gravura de Giovanni Battista Piranesi, 1781

D.R.



D.R.



D.R.



Palácio do Secretariado, Chandigarh, Índia
Le Corbusier, 1956-1965

Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo, Brasil
Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, 1961

Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo, Brasil
Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, 1961



D.R.



D.R.



D.R.



D.R.



D.R.



D.R.

Sede Regional da IBM, Chicago, EUA
Mies Van Der Rohe (c/ C. F. Murphy Associates), 1966-1969

Edifício Seagram, Nova Iorque, EUA
Mies Van Der Rohe (c/ Kahn e Jacobs),
1954-1958

Edifício COPAN, São Paulo, Brasil
Oscar Niemeyer, 1953

Torres de Satélite, Cidade do México,
México
Luis Barragán, Jesús R. Ferreira e
Mathias Goeritz, 1958

Manhattan, Nova Iorque, EUA

Torres de San Gimignano, Toscana, Itália
Séc. X d.C.



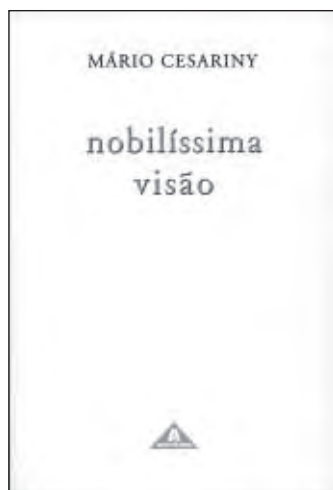
D.R.

D.R.



Fonte de Trevi, Roma, Itália
(Primeiro projecto por Bernini, 1629)
Nicola Salvi e Giuseppe Pannini, 1732-1762
“La Dolce Vita”, Fellini, 1960

Capela Sistina, Vaticano, Itália
Construção 1475-1483
Frescos de Michelangelo, 1508-1512



Pastelaria

Afinal o que importa não é a literatura
nem a crítica de arte nem a câmara escura

Afinal o que importa não é bem o negócio
nem o ter dinheiro ao lado de ter horas de ócio

Afinal o que importa não é ser novo e galante
— ele há tanta maneira de compor uma estante!

Afinal o que importa é não ter medo: fechar os olhos frente ao
precipício
e cair verticalmente no vício

Não é verdade, rapaz? E amanhã há bola
antes de haver cinema madame blanche e parola

Que afinal o que importa não é haver gente com fome
porque assim como assim ainda há muita gente que come

Que afinal o que importa é não ter medo
de chamar o gerente e dizer muito alto ao pé de muita gente:
Gerente! Este leite está azedo!

Que afinal o que importa é pôr ao alto a gola do peludo
à saída da pastelaria, e lá fora — ah, lá fora! — rir de tudo

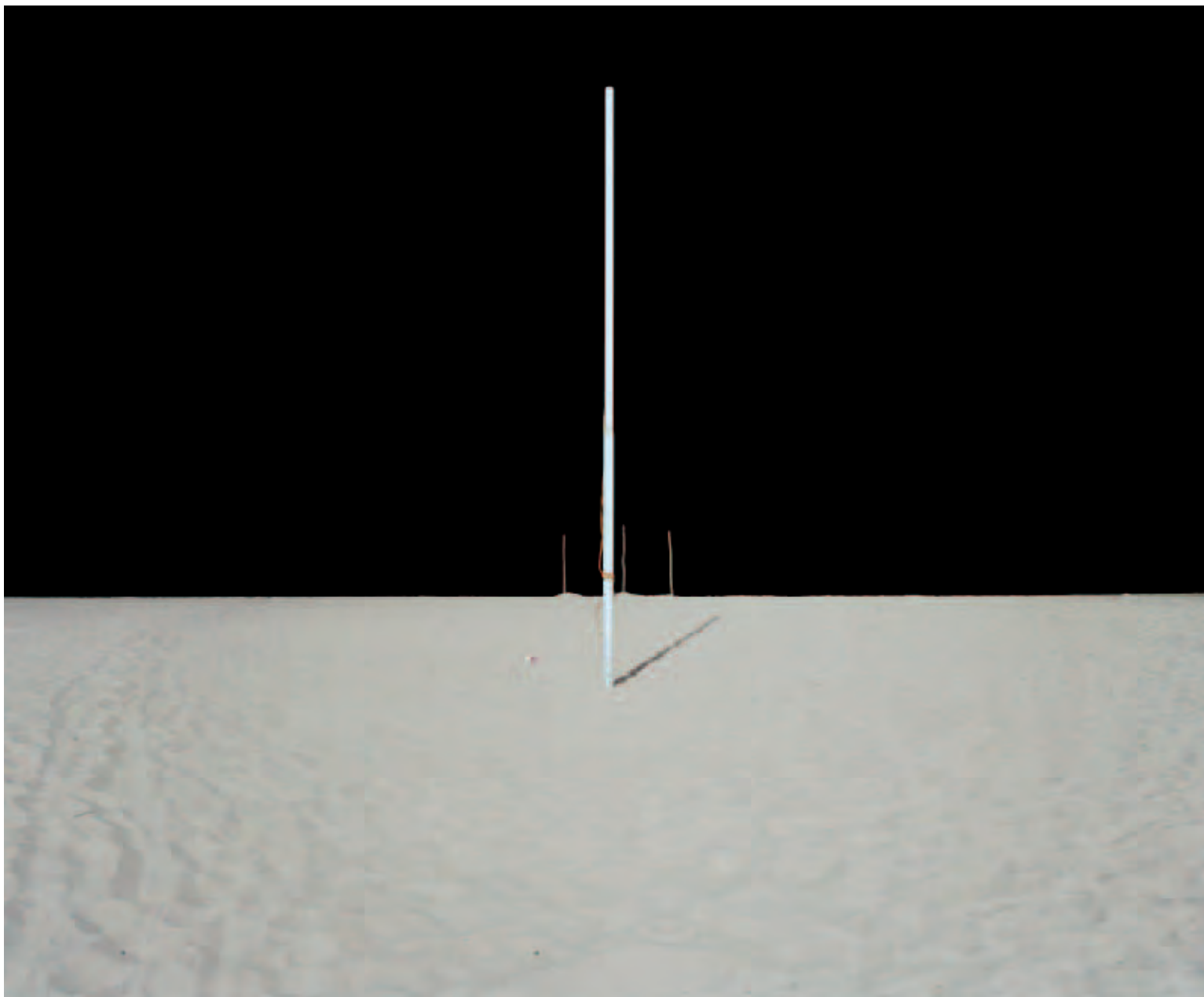
No riso admirável de quem sabe e gosta
ter lavados e muitos dentes brancos à mostra

Mário Cesariny

**EXTRA JA
3 PROGRAMA
JUAN
HERREROS
FERNANDA
FRAGATEIRO
RUI MENDES
28-9-2007
18.30H
(LOCAL A
DESIGNAR)**

Edgar Martins

Dossier

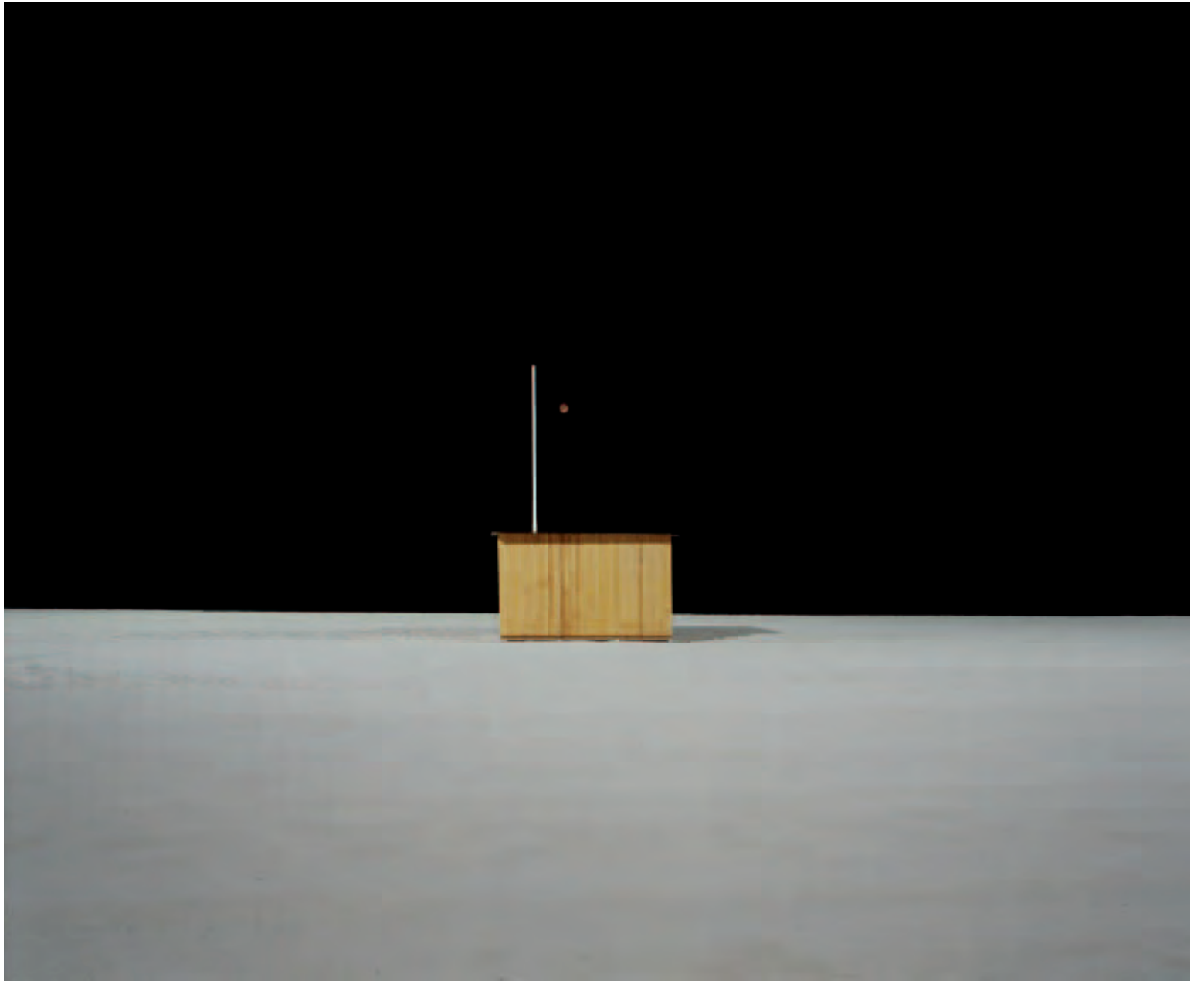


Sem título, 2005/2006
da série «The Accidental Theorist»
66 x 83 cm
Prova Cromotogénea
Edição de 5
Cortesia Galeria Graça Brandão (Lisboa) / The Moth House (Inglaterra)
Estas fotografias foram incluídas numa monografia do artista intitulada
«The Diminishing Present», publicada pela The Moth House em 2006
www.themothhouse.com

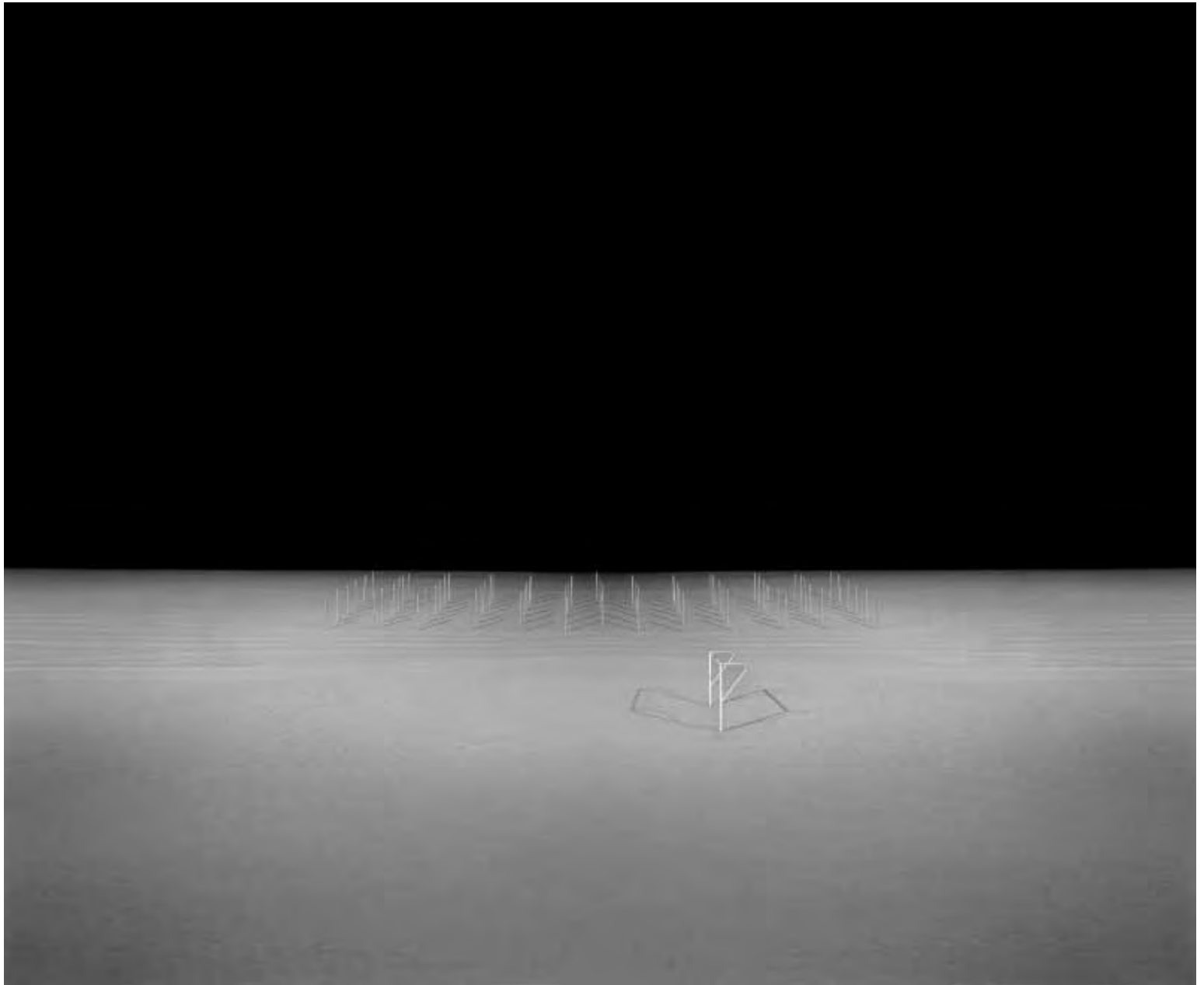












Centro de visitantes da Gruta das Torres; Empreendimento turístico, Pico



A **Gruta das Torres** é uma cavidade de origem vulcânica localizada na ilha do Pico, na freguesia da Criação Velha, concelho da Madalena. Em 2004 foi classificada pelo Governo Regional dos Açores como Monumento Natural Regional devido ao seu elevado valor geológico e às suas dimensões ímpares em todo o arquipélago dos Açores: aproximadamente 17m de altura, no seu ponto mais alto, e 5km de comprimento, em toda a sua extensão.

O acesso à gruta é parte integrante de uma paisagem à qual a Montanha do Pico imprime uma força e escala únicas. Também a dimensão e beleza desta entrada - um misterioso *skylight* resultante do abatimento do tecto da gruta -, é consonante com a dignidade e força de toda a sua envolvente.

Na elaboração do projecto, outros três pressupostos se revelaram fundamentais: o edifício deveria ter em atenção o problema do vandalismo, por se encontrar afastado de qualquer núcleo habitacional; teria de ser construído com um baixo custo; e finalmente, deveria ter em conta o facto de ser utilizado, de forma regular, apenas nos quatro meses de Verão.

Assim, a forma do próprio edifício surgiu da forma natural e ondulante de um muro de pedra argamassada com 1.80m de altura que protege a imensa entrada na gruta.

Ambos resultam não só de um mesmo gesto formal mas também utilizam o mesmo material, ainda que com técnicas diferenciadas: o muro foi feito com pedra argamassada mas, ao transformar-se na fachada Sul do edifício, reproduz a imagem de um sistema construtivo local, em pedra, utilizado na construção dos currais de figueira.

A imagem destes muros, originalmente construídos com uma altura máxima de aproximadamente 1.80m, levou-nos a ousar o desenho de um rendilhado de pedra, com 3.50m. Esta solução permitiu a entrada de luz ao longo de todo o edifício evitando, simultaneamente, a abertura de vãos, mais susceptíveis ao vandalismo.

É por esta mesma razão que os vãos surgem protegidos dentro dos limites do muro de pedra, exceptuando a entrada no Centro de Visitantes.

Exceptuando a parede em pedra, o edifício foi revestido com uma impermeabilização/acabamento de cor preta de forma a assemelhar-se à textura da lava vitrificada existente no interior da gruta. Para que a interferência em solos desta natureza fosse minimizada, o edifício foi projectado com uma estrutura de betão armado assente sobre um *carril*, também de betão armado, de modo a evitar a construção de fundações que provocariam vibrações desnecessárias.

Ao chegar ao Centro de Visitantes da Gruta das Torres, o visitante depara-se com um pátio exterior cuja existência resulta da procura de uma transição de escala entre a imensidão da paisagem e o interior do edifício. O visitante pode aguardar numa Sala antes de passar para o Auditório onde assiste a um *briefing*. Neste Auditório encontram-se os capacetes e lanternas, de uso obrigatório na descida à gruta.

Uma vez iniciado o percurso, segue-se por uma escadaria em pedra que se prolonga para o interior do tubo lávico através de um passadiço de 40m de comprimento. Este permite passar sobre os desabamentos do tecto da gruta sem que para tal se tenha procedido à remoção dos mesmos. A visita é feita ao longo de 400m num total de 200m em cada sentido. No regresso ao edifício o visitante é reconduzido à Sala por uma rampa exterior que facilita a circulação de vários grupos em simultâneo, sem que estes se cruzem entre si.

Perante uma paisagem tão forte como a que envolve a Gruta das Torres procurámos a integração do edifício não deixando de desenhá-lo como forma arquitectónica que é. ■

INÊS VIEIRA DA SILVA, MIGUEL VIEIRA

Designação do projecto

Centro de visitantes da Gruta das Torres

Localização

Ilha do Pico, Açores

Data Projecto

2003

Data Construção

Desde 2004 a 2005

Arquitectura

Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira

[SAMI – arquitectos]

Especialidades

Fundações e Estruturas

Rui Pereira, Eng.

Redes de águas e esgotos

Rui Pereira, Eng.

Redes eléctricas e telecomunicações

PROJECTANGRA – Helena Vargas

Ciente

Governo Regional dos Açores,
Secretaria Regional do Ambiente e do Mar,
Direcção Regional do Ambiente

Construtor

Nascimento Neves e Filho, Lda.

Custo

200 000,00 €

Área de construção

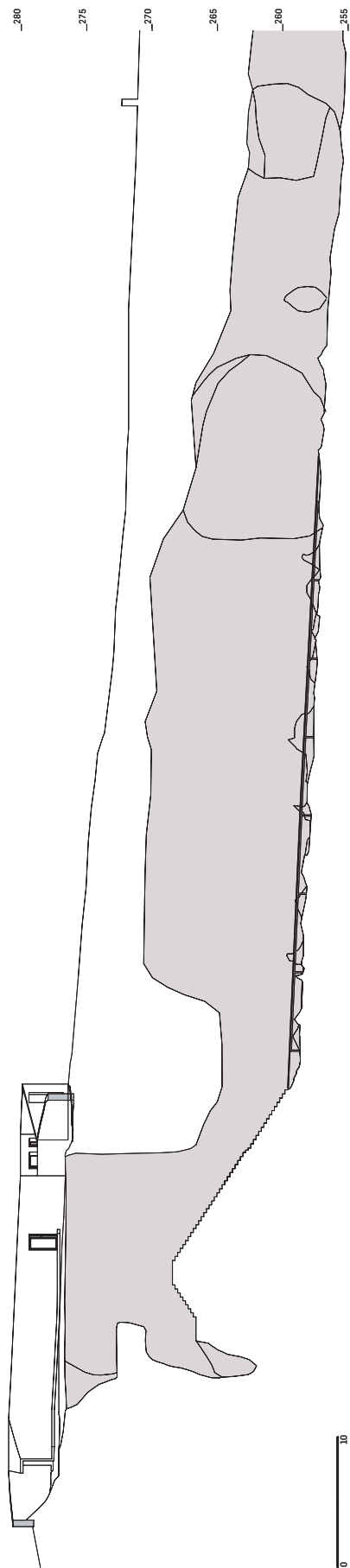
207,00 m²

Fotografia

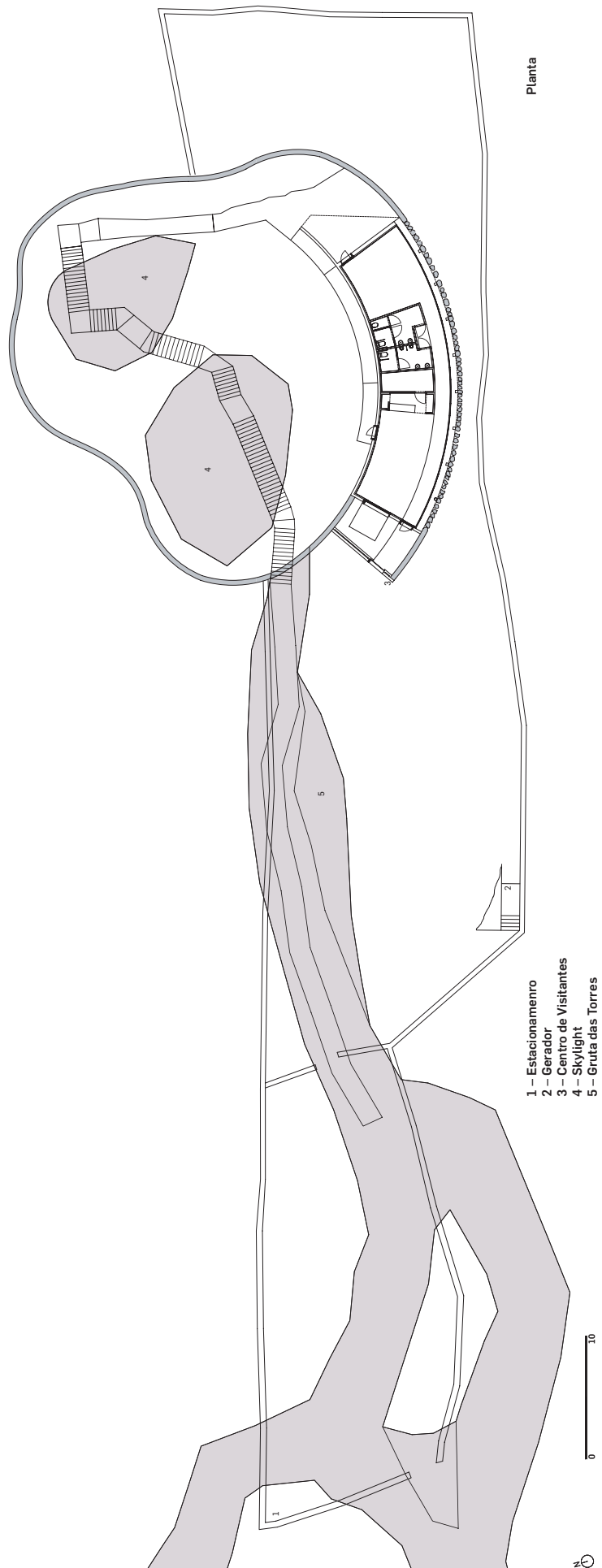
FG+SG – Fotografia de Arquitectura





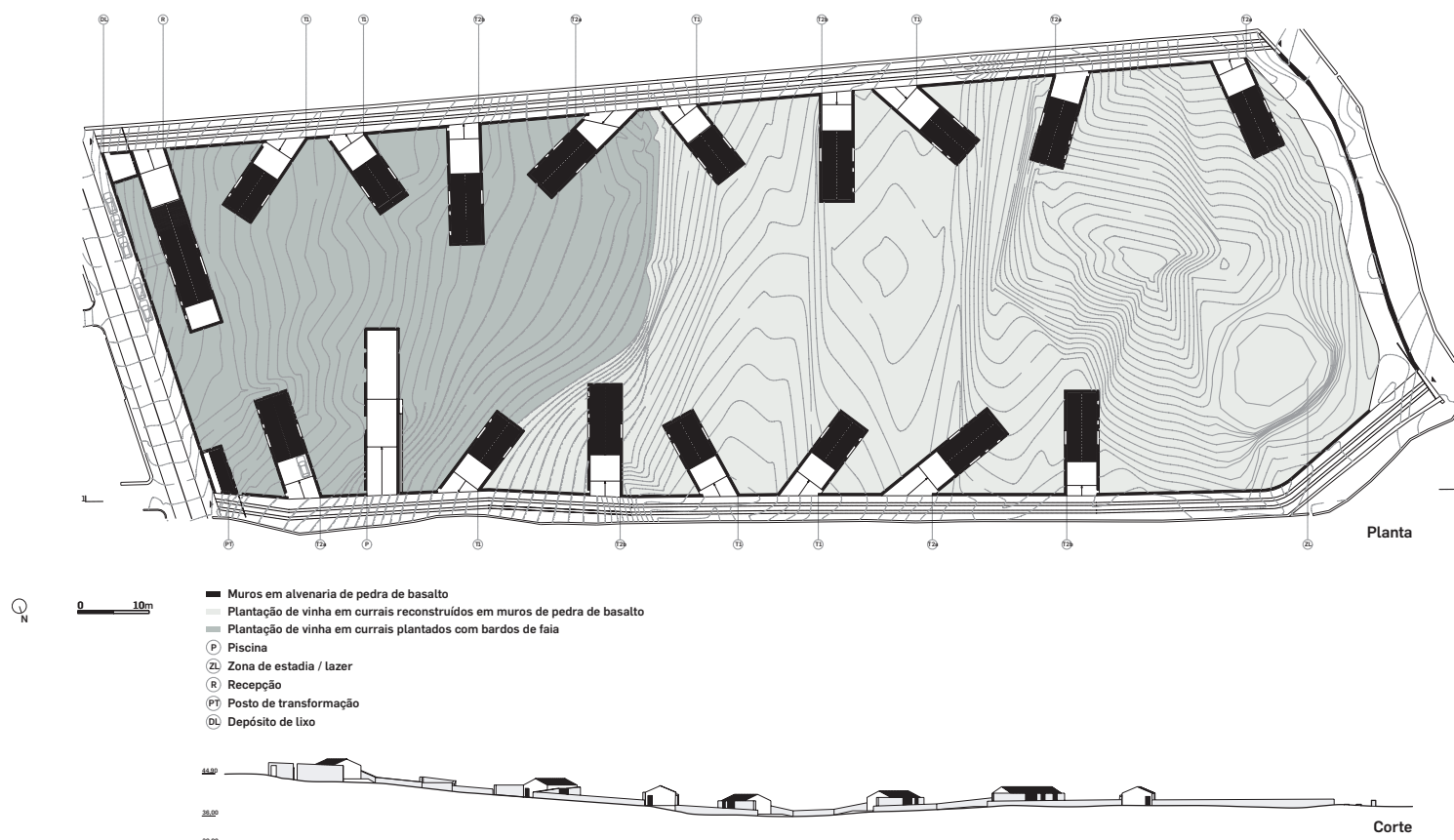


Perfil



Planta

- 1 - Estacionamiento
- 2 - Gerador
- 3 - Centro de Visitantes
- 4 - Skylight
- 5 - Gruta das Torres



Existente

O projecto do Empreendimento Turístico do Lajido, localizado na Ilha do Pico, encontra-se inserido num contexto paisagístico de rara beleza, uma vez que o seu limite Poente se abre sobre a área classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, desde 2004. Para além de se inserir numa paisagem já de si tão rara como bela, este Empreendimento beneficia ainda de uma vista soberba sobre a ilha do Faial, a Poente, e sobre a imponente montanha do Pico, a Nascente.

O desenho do Empreendimento e dos seus edifícios teve como base, respectivamente, a leitura atenta do território e da construção tradicional local. Se se observar o terreno do lado do mar ou de uma cota mais elevada, percebe-se a sua ligação natural a uma paisagem definida pelo desenho dos currais de vinha construídos com pedra de basalto. Esta continuidade visual com a paisagem pareceu-nos essencial, pelo que a intervenção propos-

ta procura respeitá-la, evitando a construção de uma massa densa e opaca e utilizando a pedra de basalto como elemento de unificação da intervenção. Assim, as várias edificações estão ligadas por um muro de pedra e foram dispostas ao longo do caminho existente, aproveitando-o para circulação no Empreendimento de modo a que cada edifício consiga uma maior privacidade e também uma maior adaptação à topografia e aos enquadramentos visuais mais favoráveis.

Todos os apartamentos são envolvidos pelo referido muro de pedra que é interrompido por completo para dar lugar a vãos inteiros — na correspondência de portas e janelas — recuados e sem leitura exterior, uma vez que são completamente escondidos por portadas de madeira pintada de cor vermelho. Ao invés da visualização dessas portas e janelas, a imagem final será a de um muro que serpenteia pelo terreno e que, interrompido por painéis de madeira pintados de uma mesma cor, nos remete para a imagem dos muros, pontuados com os respectivos portões, dos currais de vinha do Lajido da Criação Velha.

Estas casas foram pensadas de modo a anularem-se no todo da paisagem mas dando-lhes, simultaneamente, uma qualidade espacial e um conjunto de possibilidades arquitectónicas como os vários enquadramentos visuais possíveis nas diferentes compartimentações da casa. ■

INÊS VIEIRA DA SILVA, MIGUEL VIEIRA

Designação do projecto

Empreendimento Turístico do Lajido

Localização

Criação Velha, Ilha do Pico, Açores

Data Projecto

Desde 2005 em curso

Arquitectura

Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira

[SAMI – arquitectos]

Carlos Pedro Sant'Ana [S'A arquitectos]

Colaboradores

Maqueta, Ana Garcia

Imagens 3D, Pedro Melo

Especialidades

Arquitectura Paisagista

Sílvia Basílio

Consultoria Gestão Urbanística

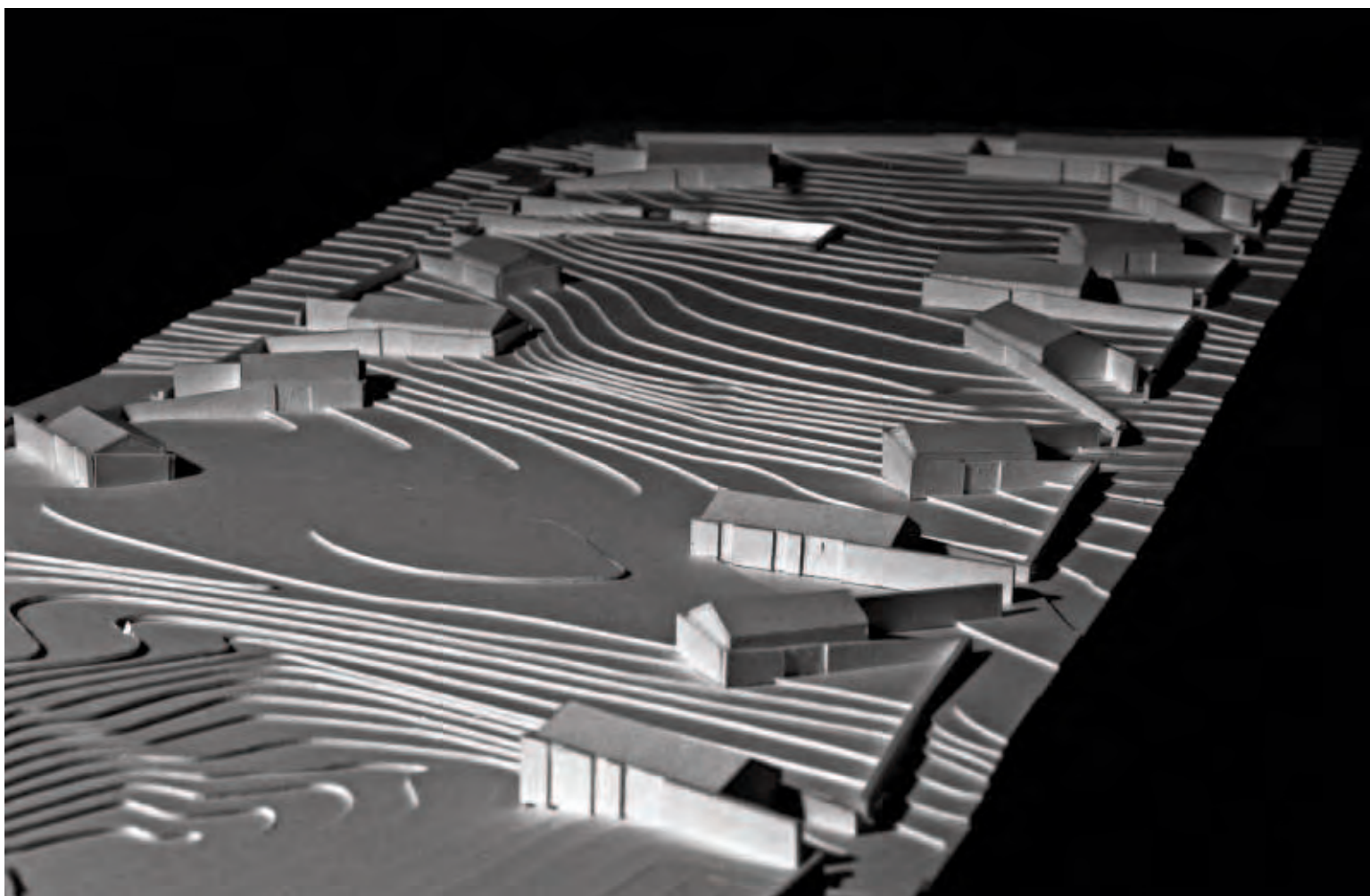
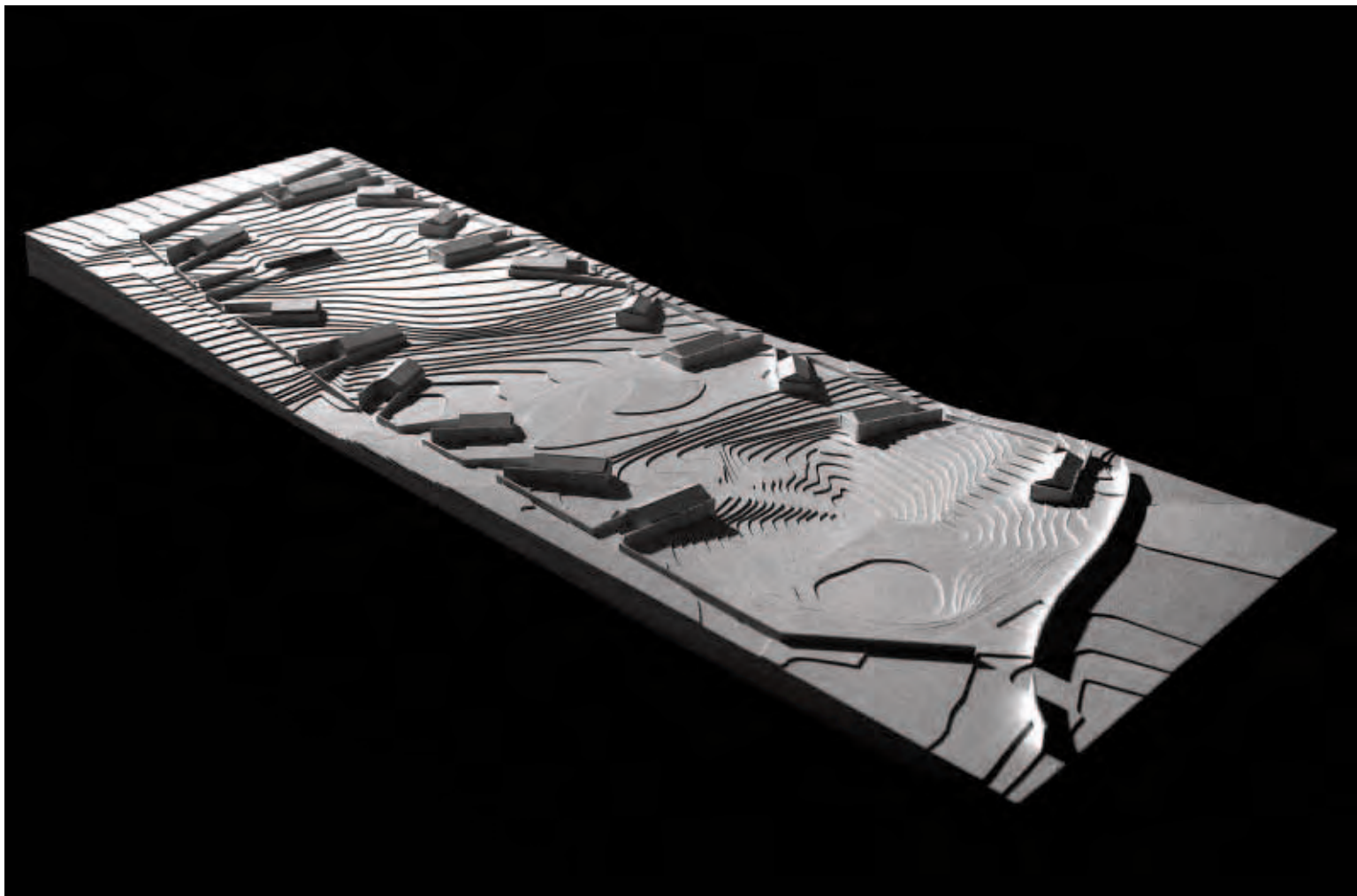
João Catela

Consultoria Gestão Urbanística

João Catela

Cliente

Fernando Oliveira Gonçalves



© SAMI

Apartamentos e Clube de Verão, Albufeira

«The» Algarve; um mundo à parte

Preâmbulo à publicação de um projecto

Por muito que nos custe, o Algarve é uma fórmula sucesso. A receita resulta da combinação de 300.000 de camas turísticas, 28 campos de golfe, 150 km de praia e cerca de seis meses de sol por ano. Internacionalmente é verdadeiramente o único destino turístico de Portugal.

Esta condição de «destino», por sua vez resultante da complexa articulação de atributos e competências como rotas aéreas, infra-estruturas, capacidade instalada, esforço de marketing e volume de vendas, tem um reflexo directo no urbanismo e no imobiliário. O crescimento exponencial e a liquidez do imobiliário algarvio não têm paralelo com a economia portuguesa. Não existe nenhum outro sítio no país onde uma casa de 300 m² possa ser vendida por 8 milhões de Euros. Lamentavelmente, e porque à voracidade deste mercado imobiliário está associada a ausência de critérios de qualidade, a «arquitectura» surge como uma espécie de bónus; se houver e não for demasiado complicada óptimo, mas se não houver, também não faz verdadeiramente grande diferença. As casas de milhões de Euros são igualmente vendidas com as habituais tijoleiras 30x30, caixilhos de alumínio termolacado verde-garrafa e chaminés típicas...

Não fica claro quando é que os promotores vão entender a autenticidade da arquitectura como uma real mais-valia. Para já entretêm-se com as fantasias e caricaturas regionalistas dos *master plans* dos consultores americanos (e.g. WATG, EDSA), sob paradoxo de que os arquitectos portugueses são incapazes de fazer «*typical portuguese architecture*».

Para lá das situações isoladas ou fortuitas, o divórcio entre a arquitectura e o turismo permanece e a paisagem vai sendo construída à saturação de clichés de catálogo por um misto de técnicos de arquitectura ou arquitectos técnicos. Para trás ficou o tempo de Conceição Silva e da Balaia. O projecto que a seguir se apresenta é uma tímida incursão nesse mundo à parte.

Apartamentos

Situado em Olhos de Água, Albufeira, o *Pine Cliffs Vacation Club* é um dos *resorts* mais conhecidos do Algarve. Alegadamente, é o metro quadrado mais caro de Portugal, e esse valor deve-se não apenas à localização mas também à marca associada (Sheraton Luxury Collection) e correspondente rentabilidade líquida do retorno no investimento.

O projecto consta de 20 apartamentos em banda com serviço de 5 estrelas, em tipologias T2 e T3, implantados num pinhal num lote em «L» condicionada pelo alvará de loteamento do referido conjunto turístico. Por ficar situado na zona mais desfavorável do *resort*, pela orientação, pela distância ao mar e pela proximidade à estrada municipal, desenvolveu-se um conceito tipológico de moradia em banda que potenciase o perímetro e a cubagem disponível do lote pela introdução de pátios interiores e espaços com pé-direito duplo. Esta fluidez estabelece por sua vez uma relação de interior-exterior propícia à habitabilidade informal característica da ocupação turística, com as zonas sociais abertas no piso térreo e os quartos no piso acima. O pátio interior, no coração da casa, funciona também como uma grande chaminé para efeitos de ventilação transversal.

O conjunto forma uma massa monolítica e compacta, constituída por paredes caiadas de branco que se fundem na irregularidade polidrica da cobertura de telha plana branca.

Clube de Verão

Antecipando a saturação das praias do Algarve no verão e com um programa de bar *lounge*, piscinas e balneário— o Clube de Verão é um equipamento de apoio. Acolhe ainda outro fenómeno do chamado turismo de sol e mar que é facto da maioria das pessoas preferir as piscinas à praia.

Previsto nos alvarás iniciais do conjunto turístico no final da década de 80, e por isso anterior ao POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira), o Clube de Verão está localizado próximo das emblemáticas falésias vermelhas de Olhos de Água, permitindo o conhecido efeito cénico das *infinity pools* gerado pela fusão das linhas de horizonte da piscina com o mar.

O edifício é um prisma pentagonal suspenso num pilar único, a partir do qual emana um sistema arborescente de vigas que lhe conferem uma silhueta trapezoidal. As excepções estruturais a este pilar fazem-se na parede-viga da escada e no ponto de encontro deste volume com o limite superior do acidente topográfico onde está implantado.

O carácter eminentemente excepcional deste projecto (pela informalidade do programa – pela natureza topográfica) permite um entendimento deste sítio livre do conservadorismo e dos típicos constrangimentos do turismo. ■

PAULO MARTINS BARATA

Designação do projecto

Apartamentos e clube de verão
Sheraton Pine Cliffs

Localização

Olhos de Água, Albufeira, Algarve

Data Projecto

2007

Arquitectura

Promontório Arquitectos

Colaboradores

L. Teixeira, P. Barbas, C. Sousa, D. Pires

Especialidades

Fundações e Estruturas

OA4

Instalações Eléctricas e Segurança

EPPE

Instalações Hidráulicas

Cenor

Instalações Mecânicas

Galvão Teles, Eng⁹

Projecto Acústico

Acusticontrol

Arquitectura Paisagista

NPK

Cliente

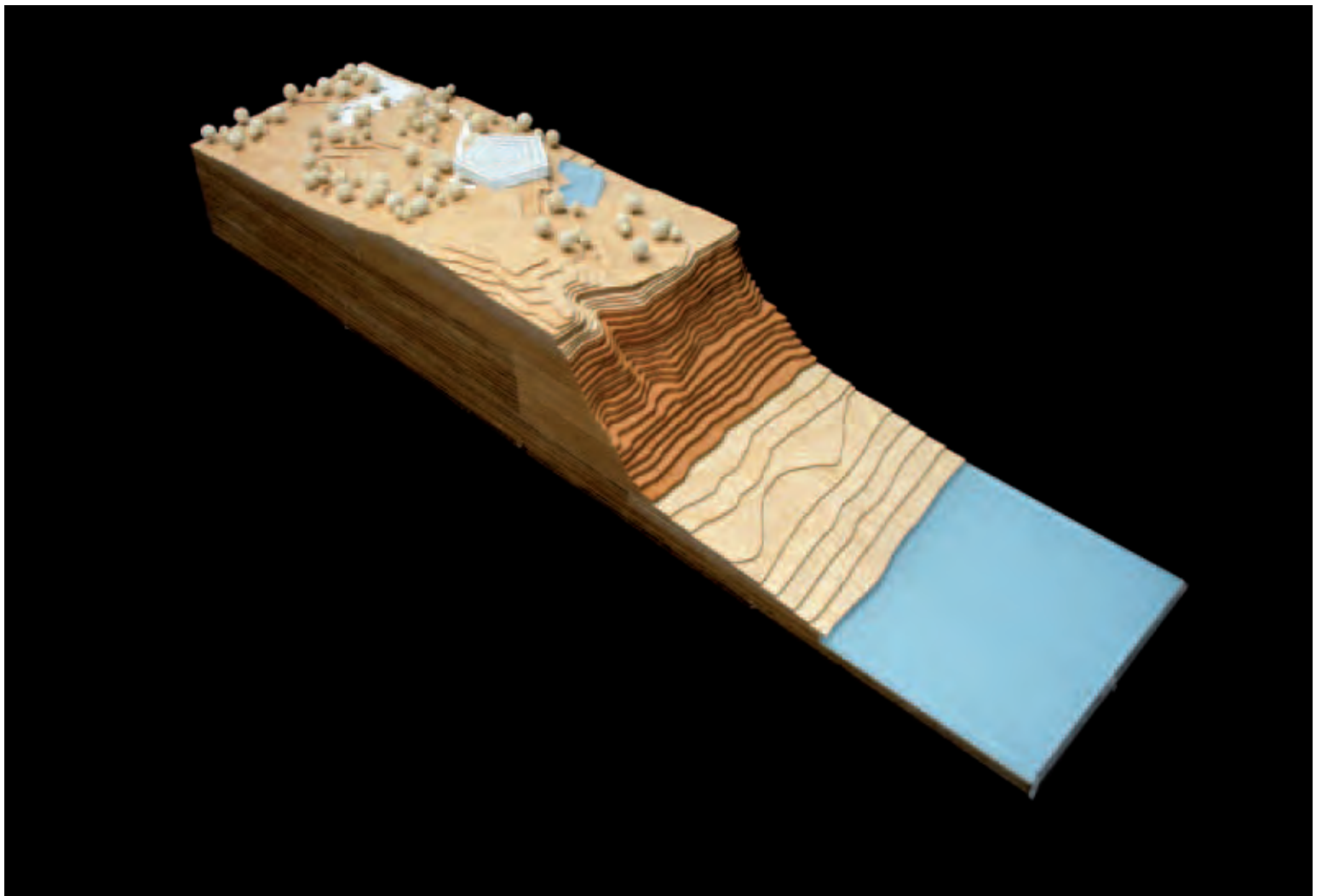
United Investments (Portugal), SA

Área de construção

20 apartamentos 3 130.00 m²

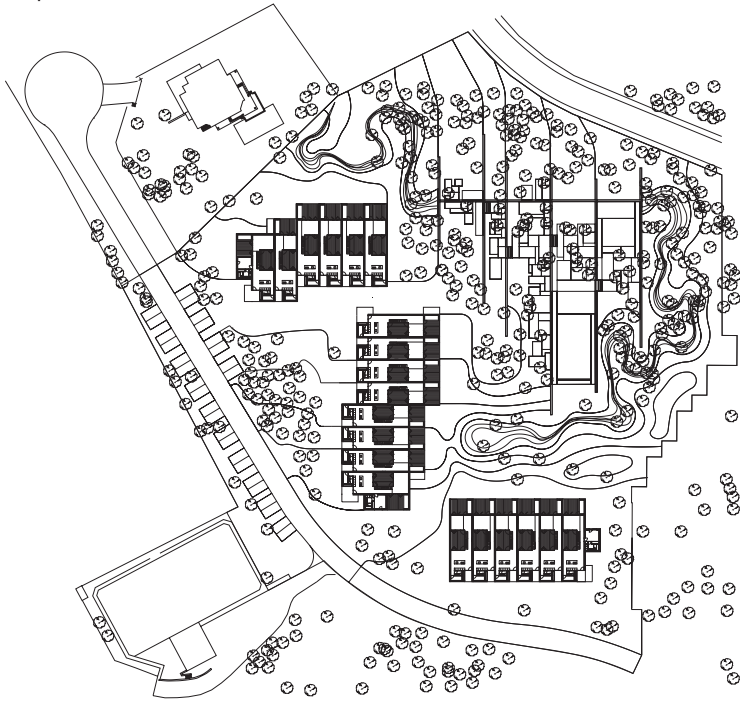
Fotografias

Atelier Promontório

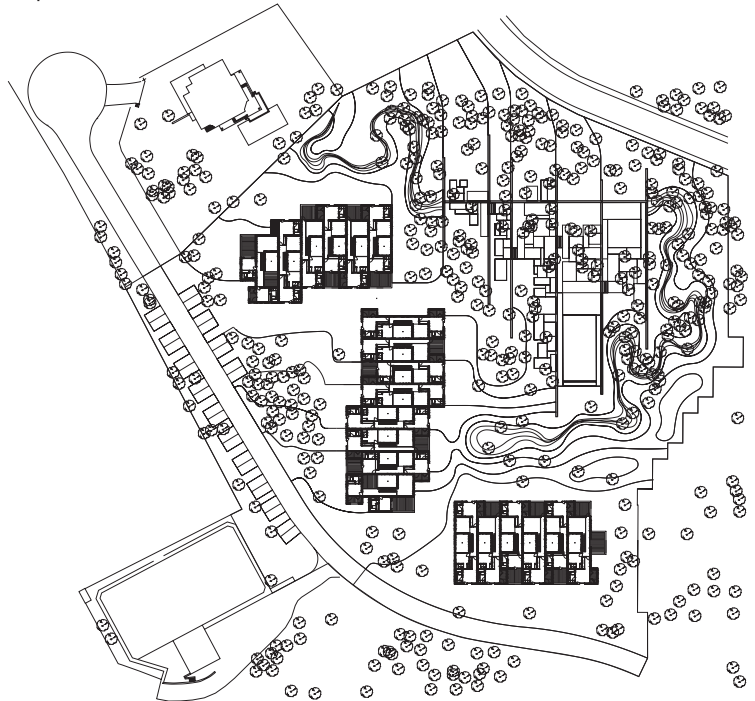


Clube de Verão, maqueta

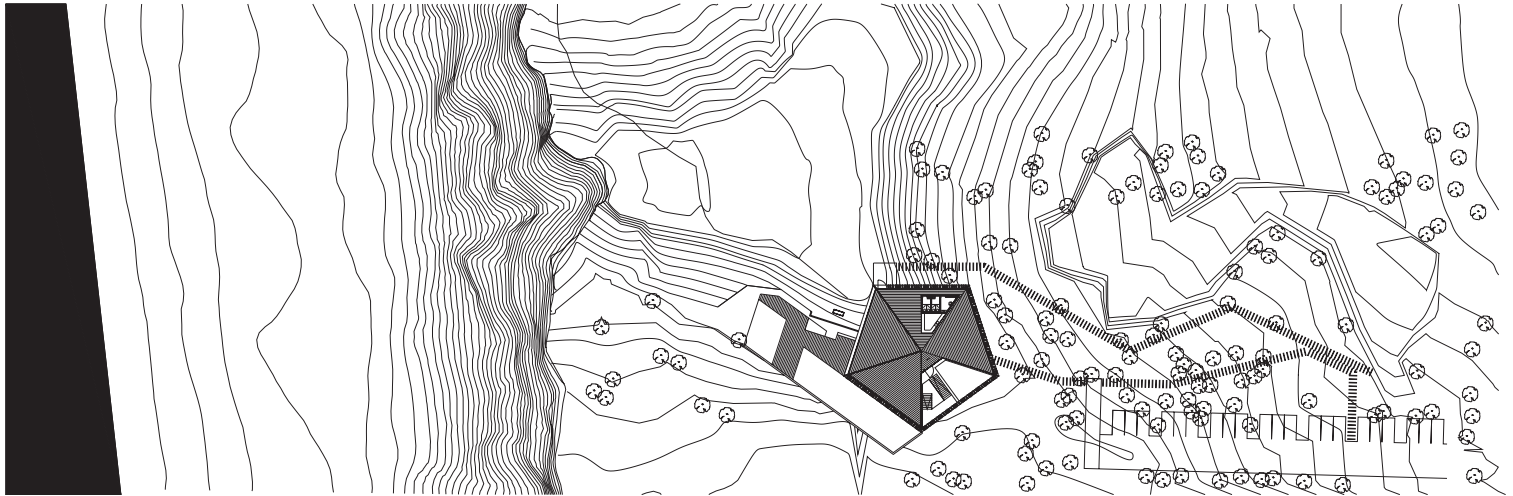
Apartamentos / Piso 0



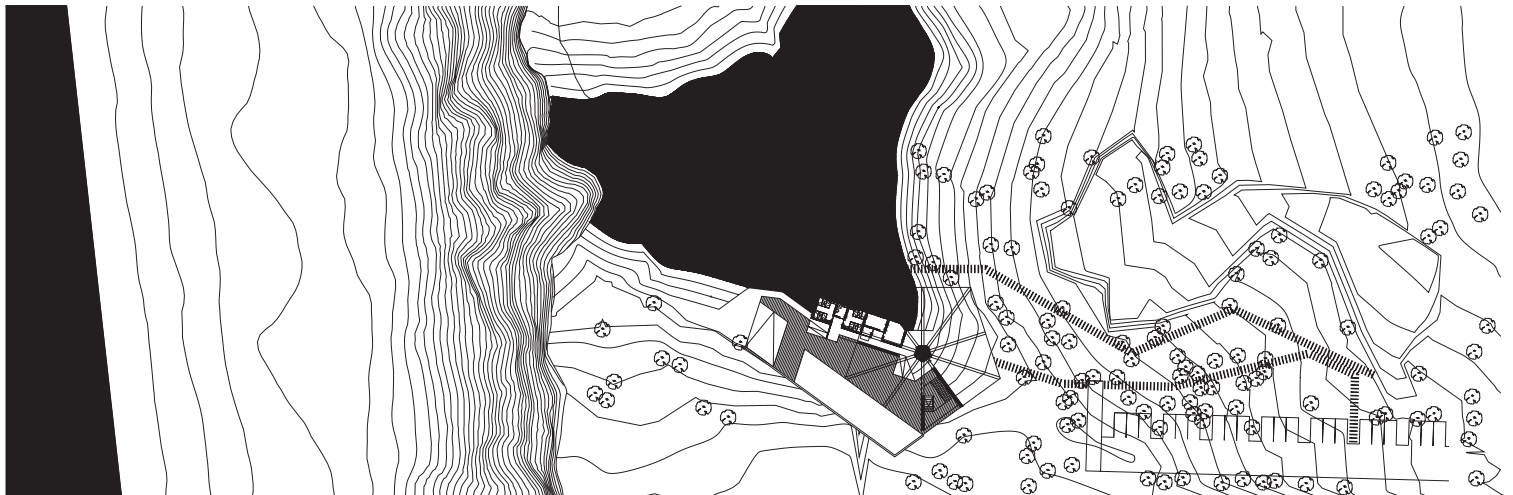
Apartamentos / Piso 1



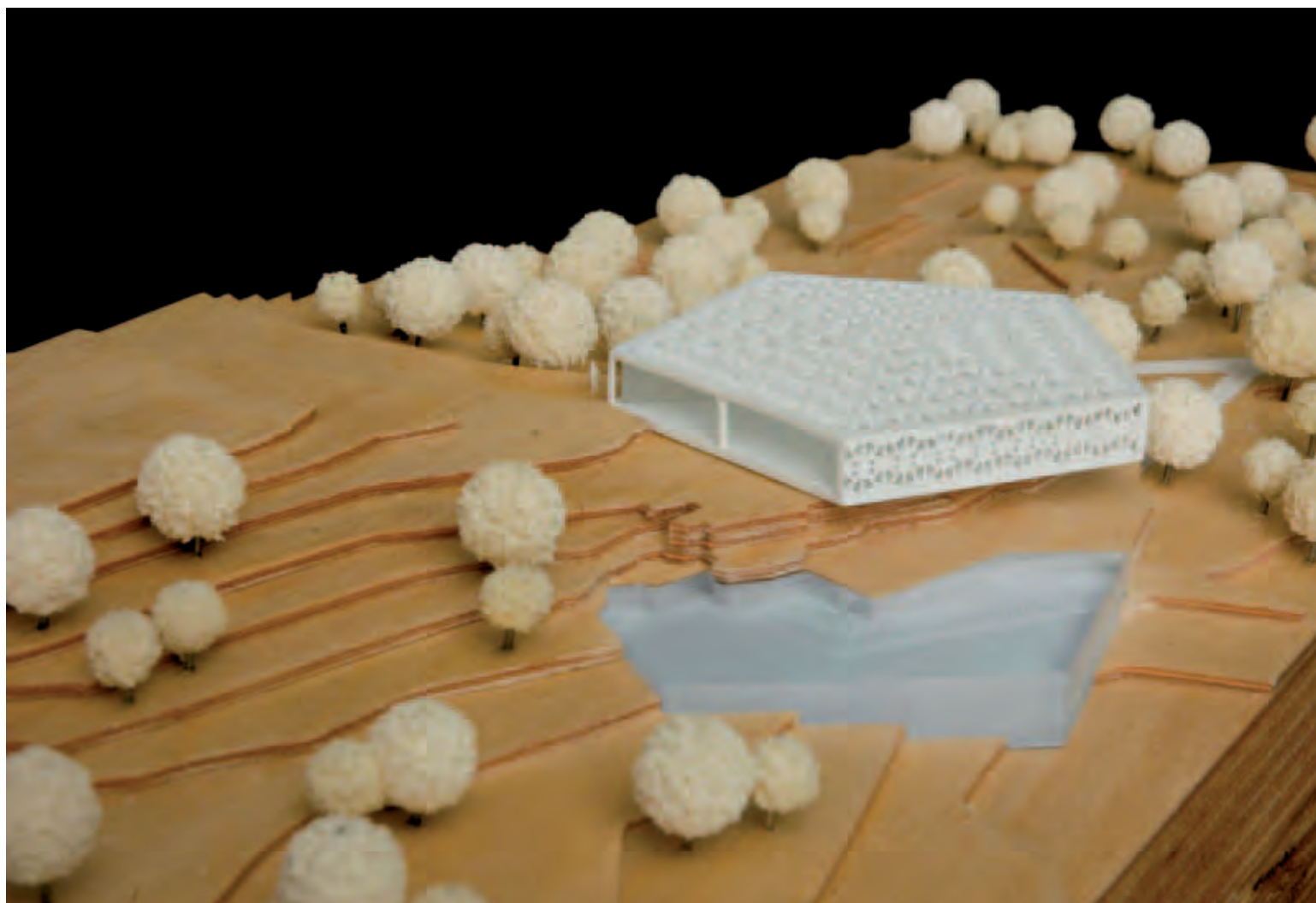
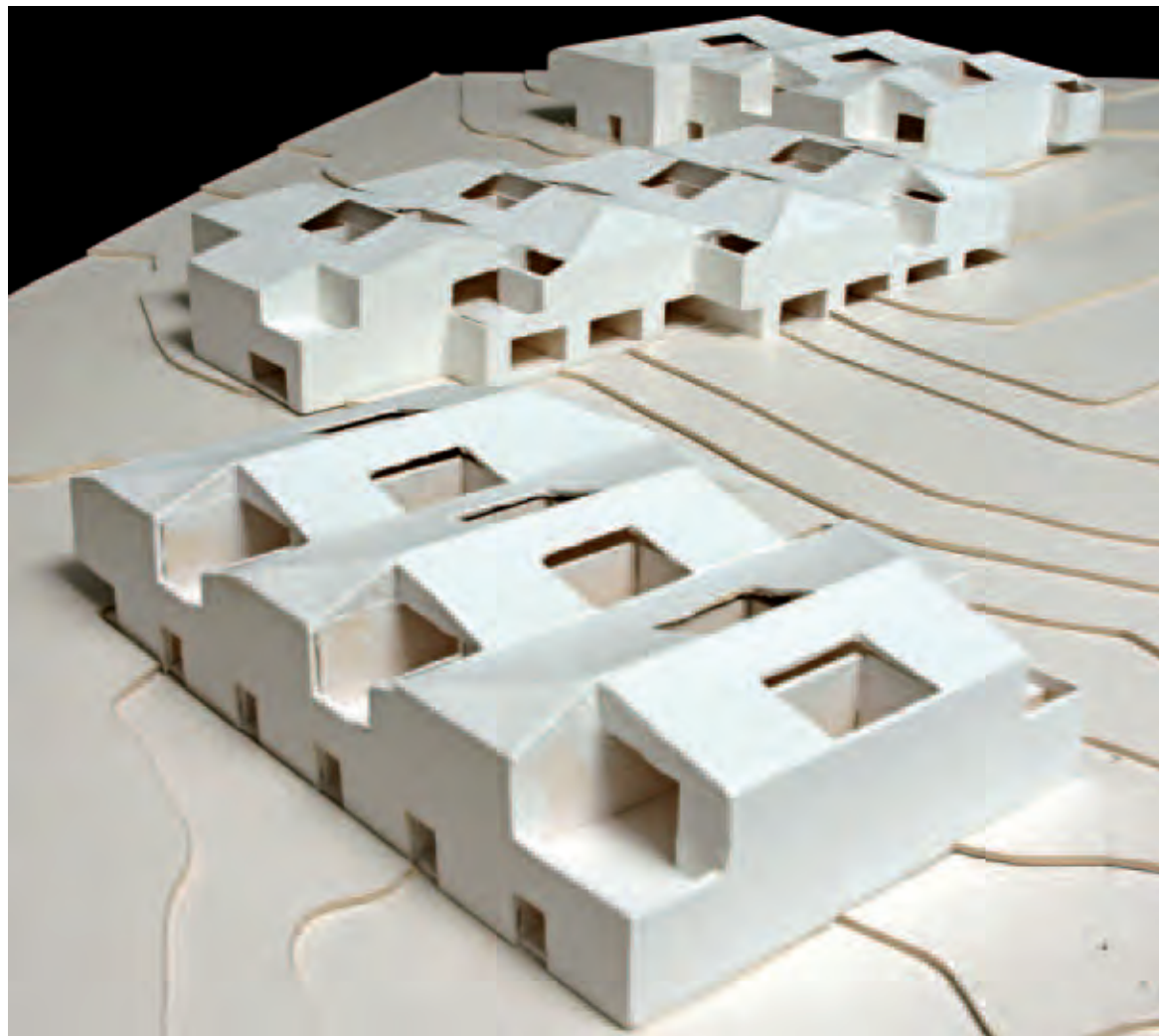
Clube de Verão / Piso 0



Clube de Verão / Piso 1

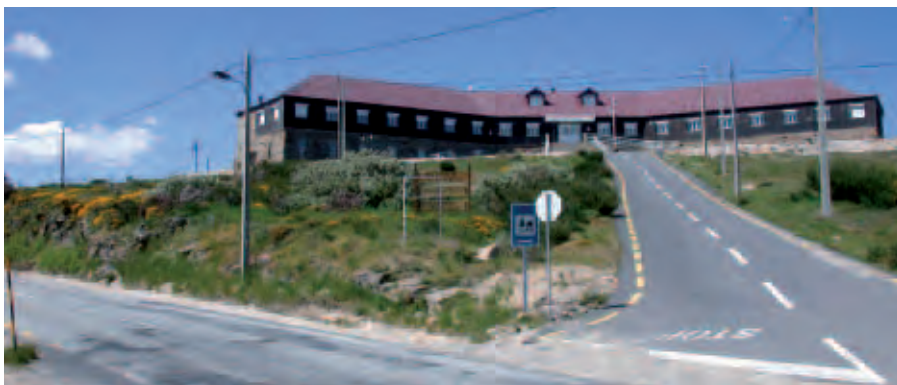


Apartamentos, maquete



Clube de Verão, maquete

Edifício complementar à Pousada da Juventude, Penhas da Saúde



Do programa de concurso retirava-se o desejo de implantação do novo edifício sobre uma grande plataforma de nível rectangular (40 x 25 m) ficando na sua frente para a estrada e laterais uma faixa de aproximadamente 2.70m livres. Esta plataforma sobrepunha-se ao acesso automóvel a Poente.

Na solução apresentada a plataforma adapta-se à morfologia do terreno estabelecendo uma cota intermédia de implantação sendo o edifício também implantado sobre a mesma lógica, valorizando a integração com a envolvente próxima. Com esta proposta, diminuem-se as diferenças de cotas, reduzindo a necessidade de criação de grandes muros de suporte e desníveis. Cria-se uma concórdância de cotas a Nascente entre o arruamento de acesso ao edifício principal da pousada e a plataforma, permitindo, em caso de necessidade ou urgência, que viaturas possam circular até à entrada do átrio. Este acesso permite ainda efectuar algum tipo de cargas e descargas por meio de viatura.

Os acessos exteriores ao edifício são «adossados» ao talude que une a cota superior do arruamento e estacionamento à plataforma inferior. Para além de uma escada foi criado um sistema de rampas que permite a circulação de pessoas com mobilidade condicionada e passagem de carros de todo o ma-

terial de serviço e apoio aos quartos, sala de convívio e bar. A criação de espaços exteriores de estar e lazer desfrutando da vista soberba sobre a paisagem atribuem à plataforma um carácter lúdico valorizando a sua importância funcional como elemento de base da construção proposta.

Do ponto de vista da implantação, a proposta responde positivamente às condicionantes do terreno, contrabalançando as áreas de escavação com as de plataforma elevada, tentando sempre acompanhar a topografia natural. Assim são minimizados os efeitos de uma escavação e o respectivo impacto visual que ela acarretaria. O edifício segue este movimento, abrindo-se para a paisagem e para Sul, tentando ganhar a maior exposição solar possível.

Os vinte quartos propostos são divididos em duas alas de 6 quartos cada no piso 0, sendo um dos quartos adaptado para pessoas com mobilidade condicionada, no piso superior, a distribuição é semelhante ao piso 0, sendo divididos em duas alas de 4 quartos cada. No espaço central funcionam as áreas comuns, o átrio de entrada e acolhimento, a sala de convívio com bar. Esta área central funciona como «rótula» de todo o conjunto, como espaço dinamizador que rege todo o volume de construção. Foi tomada uma precaução especial na configuração da cobertura. A sua forma atribui uma identidade própria ao edifício e permite a utilização de espaços num Piso superior. Este piso valoriza a sala de convívio através de um pé direito generoso e da criação de uma zona de leitura/estar em mezanino mais reservado. ■

COMA

Designação do projecto

Edifício Complementar à Pousada de Juventude de Penhas da Saúde

Localização

Penhas da Saúde, Covilhã, Portugal

Data Projecto

2006

Arquitectura

ComA, arquitectos

Paulo Street

Hugo Guerreiro

Especialidades

Fundações e Estruturas

Jorge Martins Simões, Eng.

Redes de águas e esgotos

Jorge Martins Simões, Eng.

Redes eléctricas

João Serra Duarte, Eng^o

Cliente

Movijovem – Mobilidade Juvenil, CIPRL

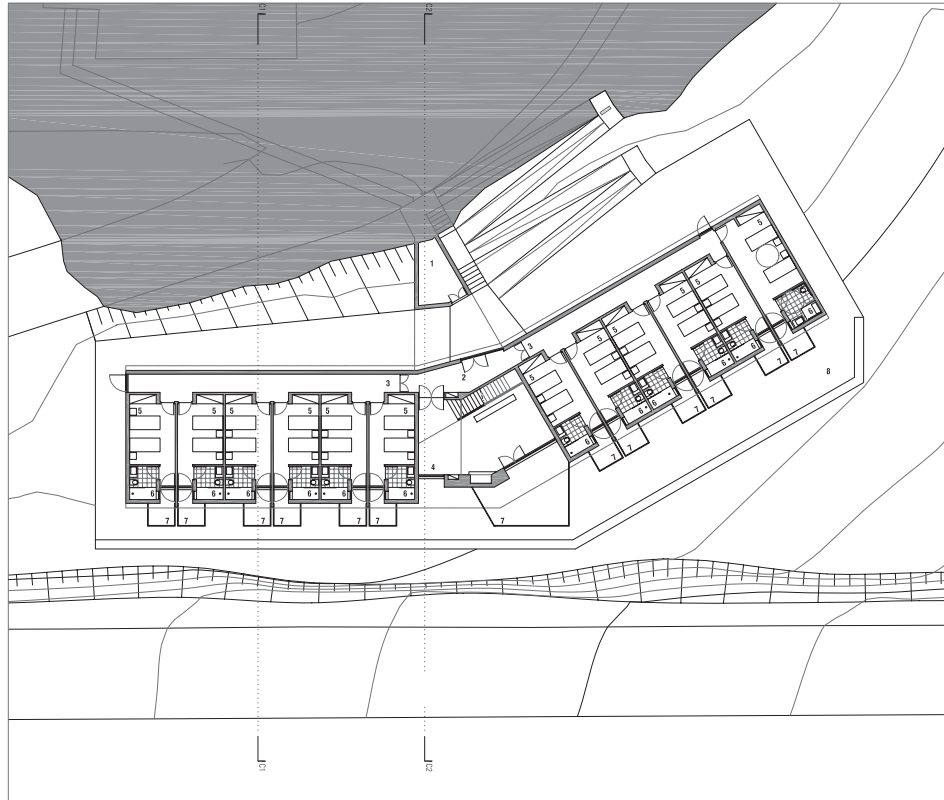
Imagens

ComA



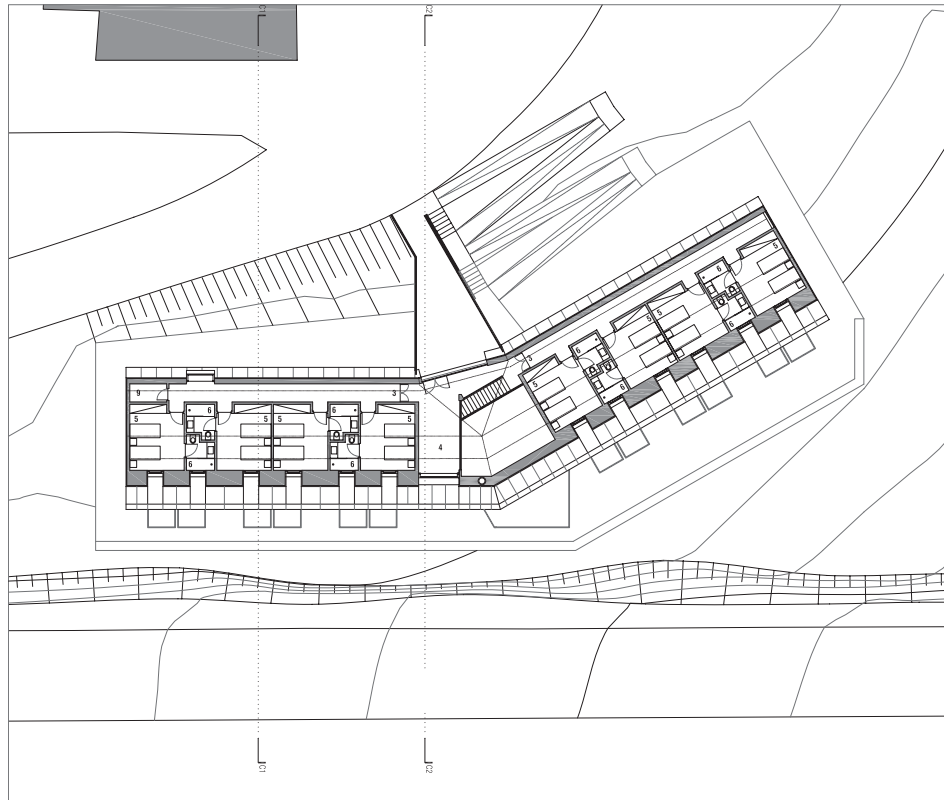
Planta Piso 0

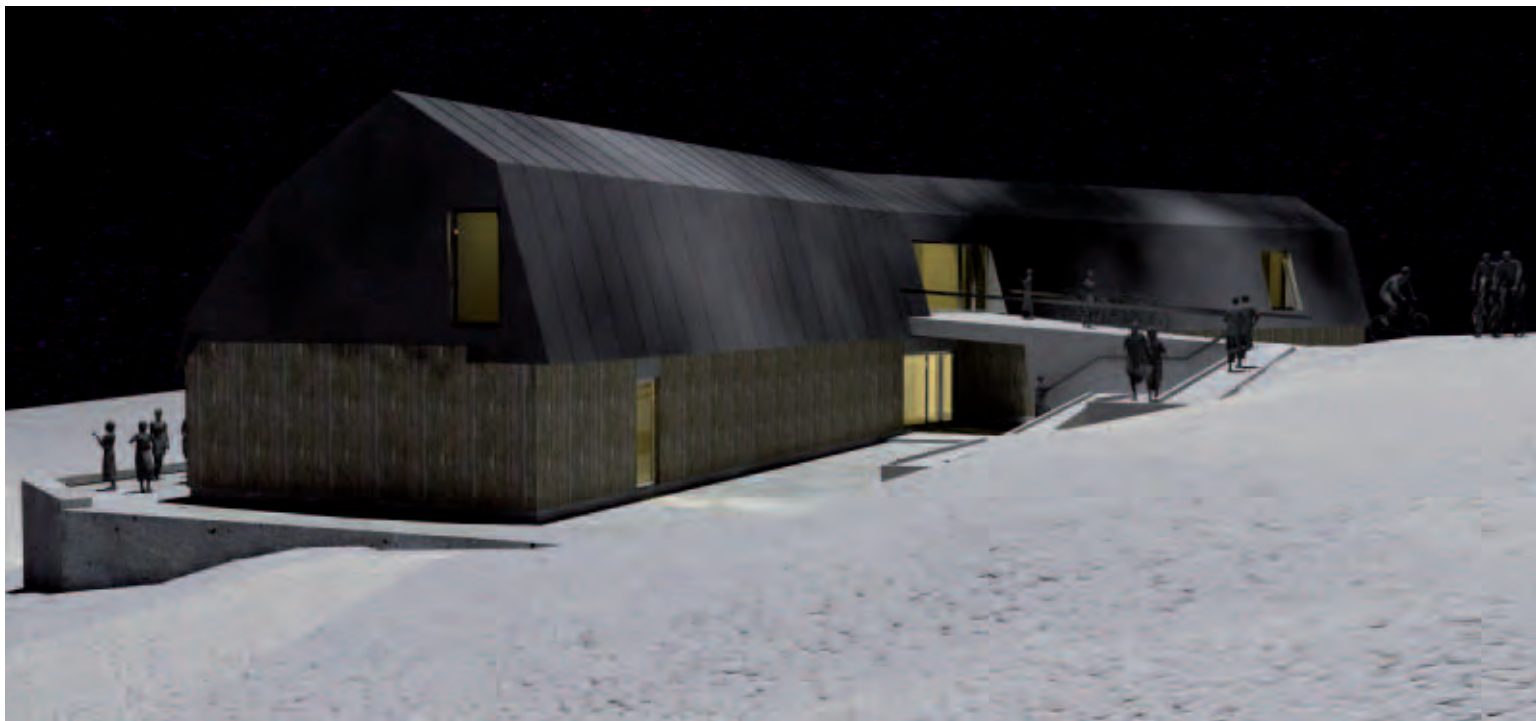
- 1 – Central técnica
- 2 – Átrio de entrada
- 3 – Circulação
- 4 – Sala de convívio
- 5 – Quarto
- 6 – I. S.
- 7 – Varanda
- 8 – Plataforma
- 9 – Arrumos



Planta Piso 1

- 1 – Central técnica
- 2 – Átrio de entrada
- 3 – Circulação
- 4 – Sala de convívio
- 5 – Quarto
- 6 – I. S.
- 7 – Varanda
- 8 – Plataforma
- 9 – Arrumos





Piscinas públicas e passeio marítimo; Restaurante, Câmara de Lobos

Salinas

© Atelier PD



Piscinas das salinas e passeio marítimo

O sítio das salinas – uma construção, o antigo forno da cal.

Configuração – resultado da estratificação vulcânica, negra e porosa, própria do arrefecimento rápido da lava – um raríssimo equilíbrio entre forma e lugar.

O sítio ocupado – uma antiga indústria artesanal de secagem do «peixe gata», a extração do sal nas rochas esculpidas empresta-lhe o nome – salinas.

Um muro longo – desenvolve e articula o limite periférico das salinas e dá continuidade a um circuito de caminhos, «caminho da trincheira» que bordeava o mar. Um muro espesso que suporta a falésia e abriga o conteúdo. Um muro topográfico que se adossa e limita. Um muro em pedra que contextualiza. Uma plataforma em betão, de geometria precisa que se relaciona com o mar – contrapõe e confronta a irregularidade natural da costa evidenciando-a.

Restaurante

O corpo do restaurante enquadra-se num programa vasto que abrange o lugar costeiro de Câmara de Lobos. Com funções articuladas a duas cotas: ao nível mais baixo, o bar, protegido por um muro em pedra basáltica, que faz contacto directo com a azinhaga; ao nível superior, a sala de refeições e as cozinhas estabelecem relação com o jardim e estrutura de diferentes caminhos. Na convivência destas duas escalas o edifício torna-se capaz de abrigar as novas funções do programa.

Um corpo de geometria coloca-se no alto, abrigado e emergente assumindo o contraste com a horizontalidade dos muros espessos da envolvente. Procura num só plano rasgado, a panorâmica para a especificidade de Câmara de Lobos descobrindo o sítio e a essência do lugar – a orla costeira de lava basáltica, o Oceano Atlântico, as magníficas vistas. Um sistema de construção de «junta seca» realiza uma sequência de execução simples e clara: estrutura principal + sub-estrutura + invólucro.

Dois corpos monomáticos: um fechado, duro e metálico, realiza o núcleo das cozinhas e águas; outro transparente, vidro e ripado de madeira maciça, faz a grande sala de refeições. A densidade dos materiais destaca o edifício que se transforma na sua cor, dia após dia. ■

PAULO DAVID

Designação do projecto

Piscinas públicas e Passeio marítimo

Localização

Salinas, Câmara de Lobos, Madeira

Data Concurso

2002

Data Projecto

Desde 2003 até 2004

Arquitetura

Paulo David

Colaboradores

Carlos Aguiar, João Nóbrega, Inês Rocha, Dirk Mayer, Patricia Faria, Filipa Tomaz, Rodolfo Reis, Sílvia Arriegas, Luís Spranger, Luz Ramalho

Especialidades

Estruturas

Kplano – Duarte Rui Gouveia

Instalações Eléctricas

Rúben Sobral

Climatização

José Galvão Teles

Águas e Esgotos

José Jesus

Segurança

António Matias

Arquitetura Paisagística

GLOBAL – João Gomes da Silva

Cliente

Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Vice-Presidência, Governo Regional da Madeira

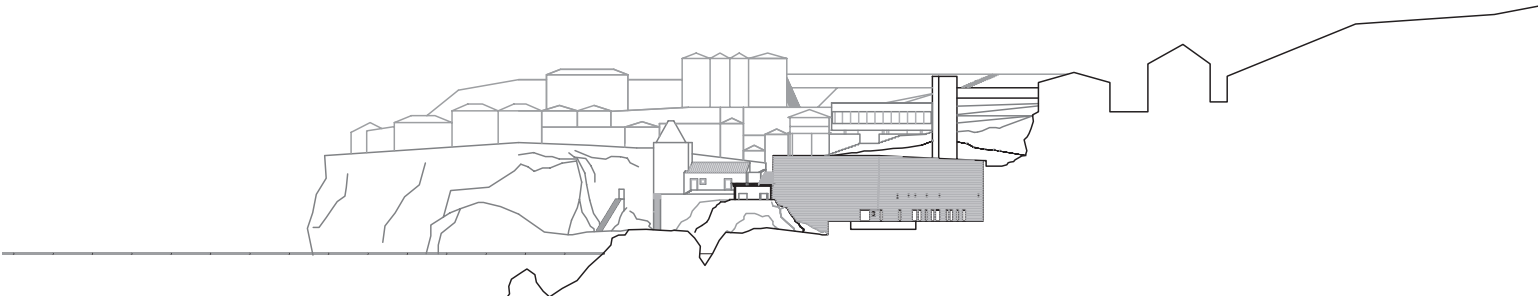
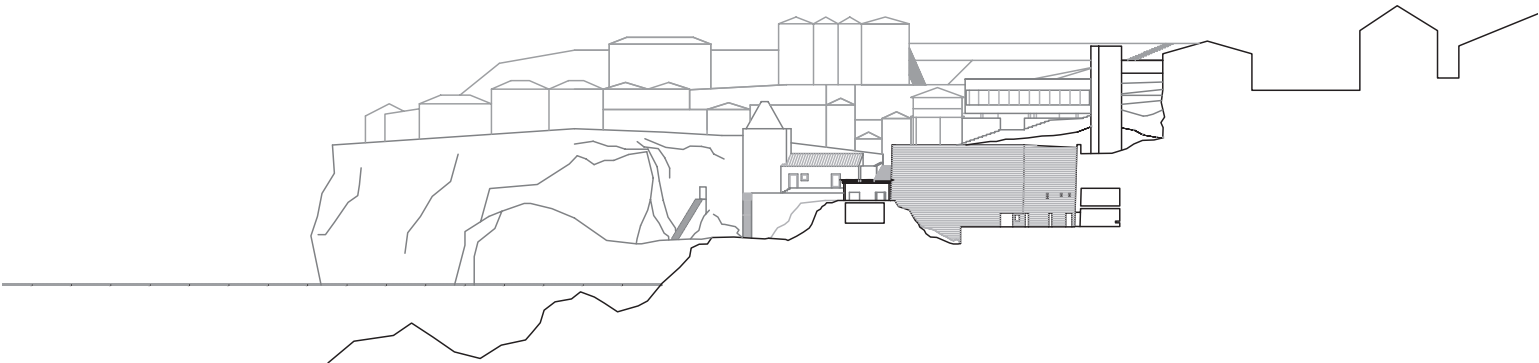
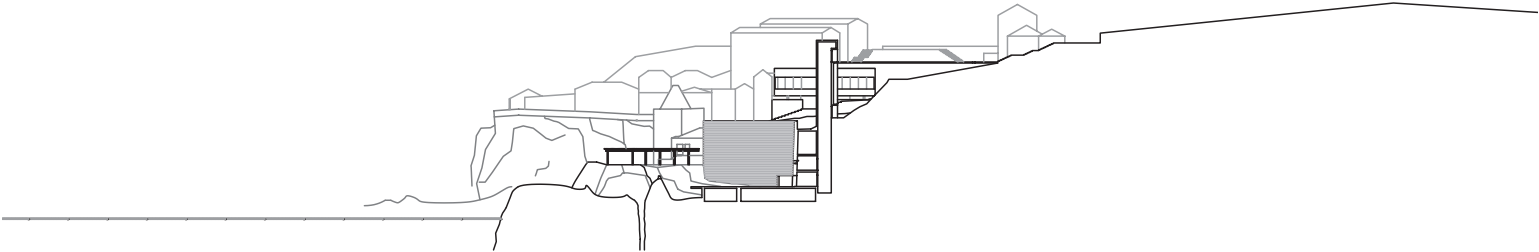
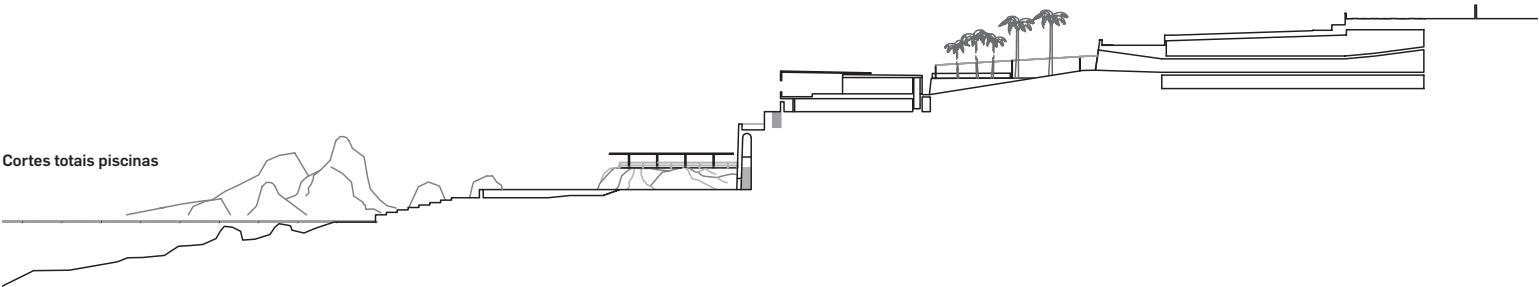
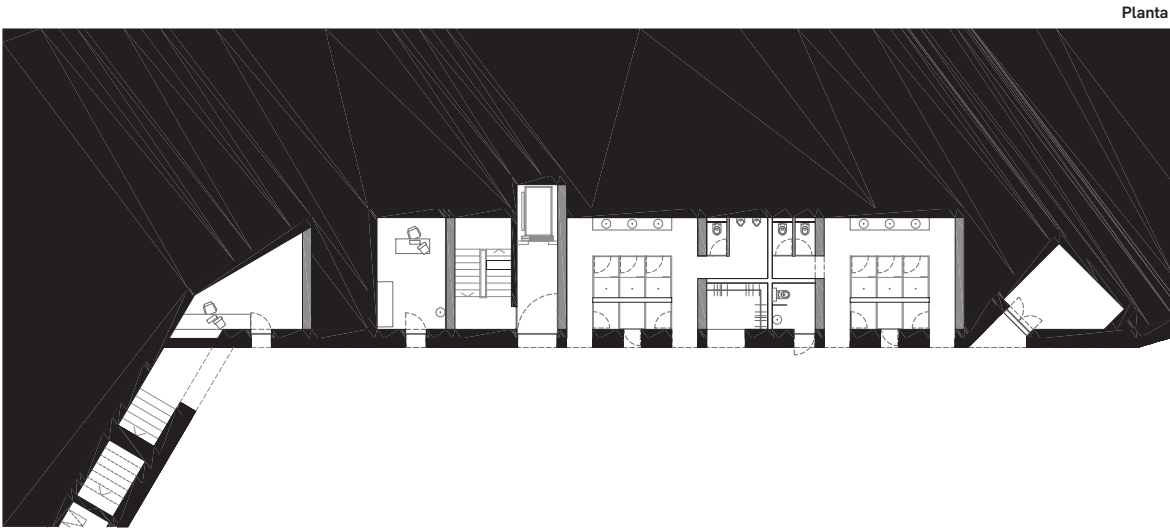
Construtor

Consórcio Etermar – Somague

Fotografia

FG + SG Fernando Guerra





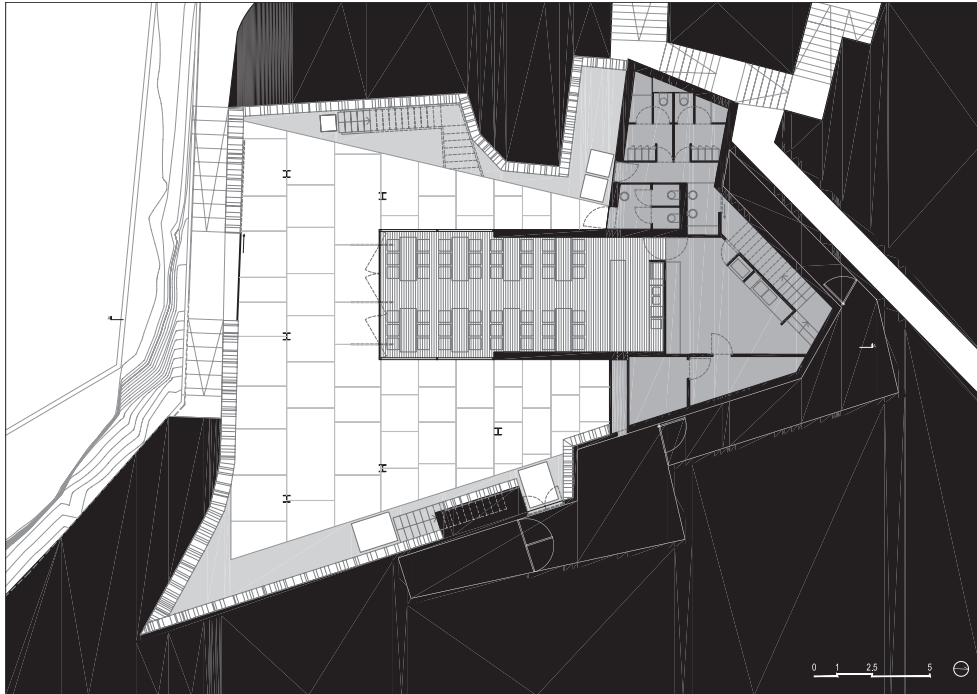


Piscinas e Restaurante

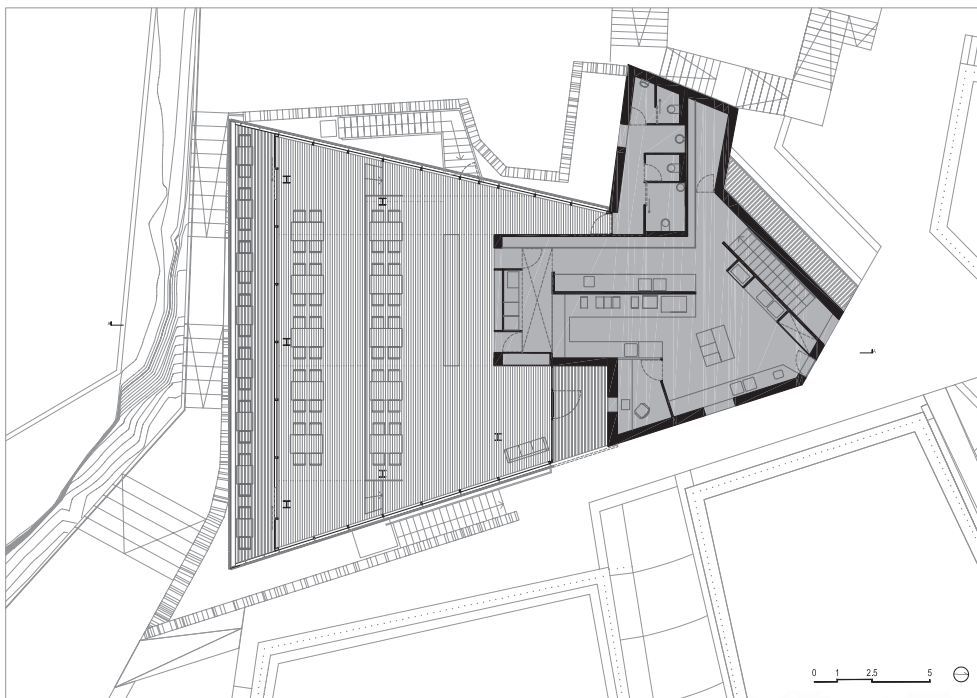


Passeio marítimo

Restaurante



Planta Piso -1



Planta Piso 0

Designação do projecto

Restaurante Câmara de Lobos

Localização

Salinas, Câmara de Lobos, Madeira

Data Concurso

2005

Data Projecto

Desde 2005 até 2006

Arquitectura

Paulo David

Colaboradores

Margarida Condeço, Patrícia Faria

Especialidades

Estruturas

Teixeira Trigo, Lda. – João Garcia

Instalações Eléctricas

Rúben Sobral

Climatização

José Galvão Teles

Águas e Esgotos

Teixeira Trigo, Lda. – João Garcia

Segurança

Rúben Sobral

Arquitectura Paisagística

GLOBAL – João Gomes da Silva

Cliente

Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Vice-Presidentência, Governo Regional da Madeira

Construtor

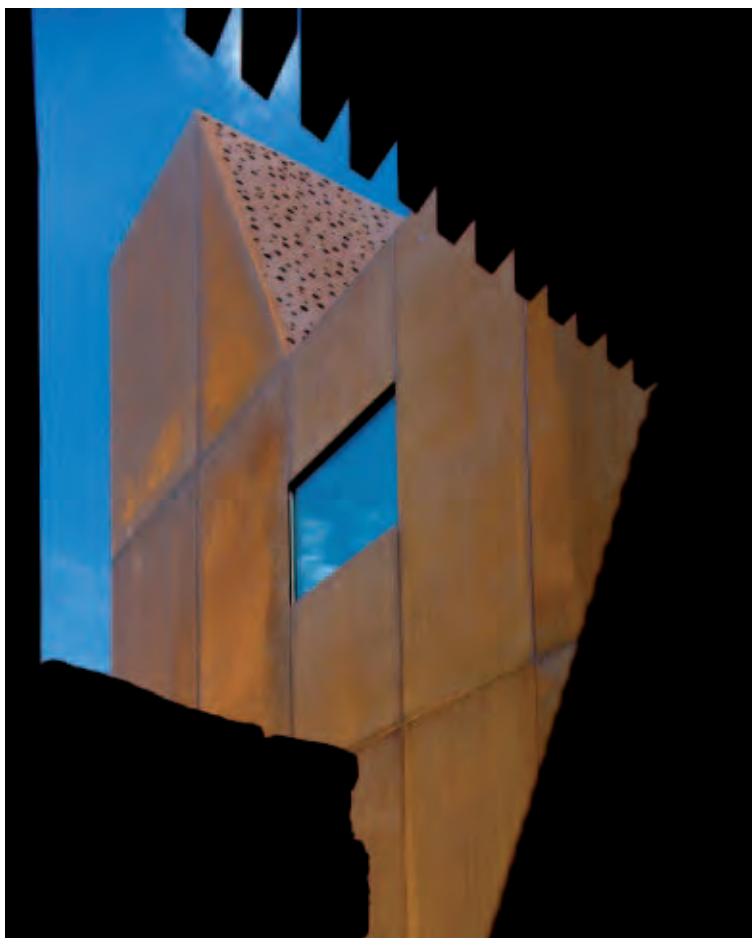
Consórcio Etermar – Somague

Fotografia

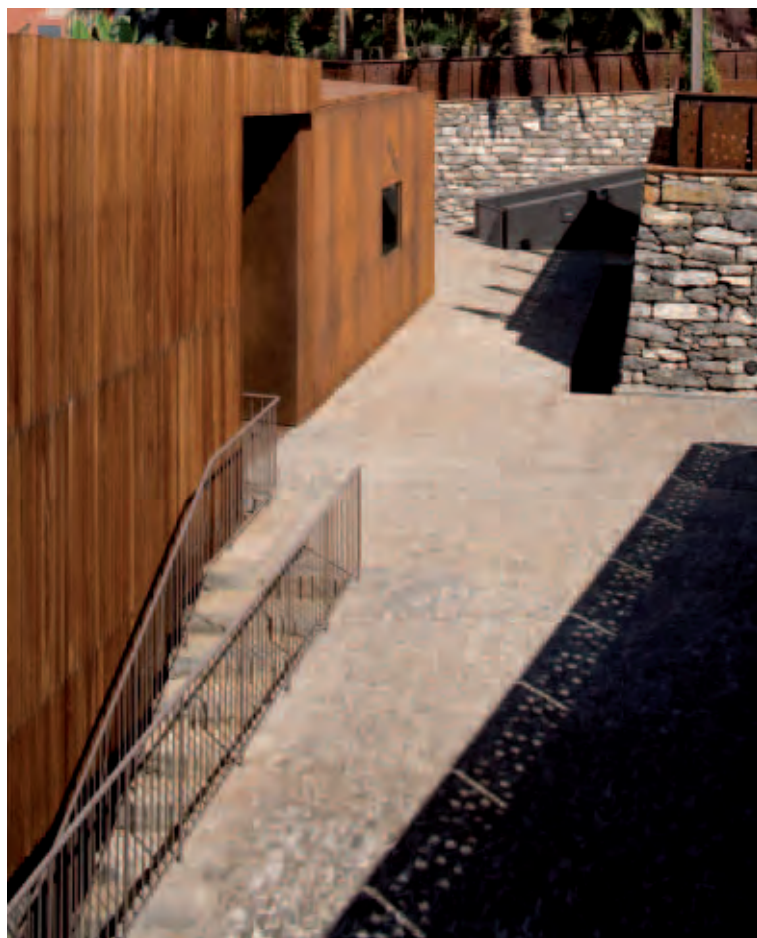
FG + SG Fernando Guerra



Corte



Restaurante



Restaurante, acesso à cota inferior

1 ComA, arquitectos – Consultoria + Arquitectura é o atelier fundado em Lisboa em 2004 por **Paulo Street**, (Lisboa, 1971) licenciado pela FAUTL (1994). Bolseiro de investigação no IST-1998-2000. Assistente convidado na FAUTL 2000 a 2002; e por **Hugo Guerreiro** (Lisboa, 1975) licenciado pela Universidade Lusíada (1999).

2 Elisabete Xavier Gomes (Viseu, 1972) é licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Foi assistente na Escola Superior de Educação de Beja (1997-2006) e é investigadora/Doutoranda na Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento da Universidade Nova de Lisboa – desde 2006. **Rui Mendes** (Lisboa, 1973) é licenciado em Arquitectura pela Universidade Lusíada Lisboa (1996). Atelier em Lisboa desde 1997. Divide actualmente a actividade de arquitectura em atelier próprio com o comissariado de exposições e debates disciplinares e a participação em projectos de investigação.

3 Edgar Martins nasceu em Évora e cresceu em Macau. Vive em Inglaterra desde 1996, onde completa um Bacharelato em Fotografia e Ciências Sociais, através do London Institute (actualmente The University of the Arts, London) e um Mestrado em Fotografia e Belas Artes através do Royal College of Art. Expõe individualmente desde 1999. O seu trabalho é representado em várias colecções de arte nacionais e internacionais como as do BES, Fundação Ilídio Pinho, Fundação PLMJ (Portugal); Victoria & Albert Museum ((Inglaterra); entre outras. A sua primeira monografia, intitulada 'Buracos Negros e Outras Inconsistências', recebeu vários prémios incluindo o Thames & Hudson e RCA Society Book Art Prize e o Jerwood Photography Award em 2003. Foi recentemente galardoado com o prémio de fotografia da Fundação Magenta (Canadá). Em 2006, publicou duas monografias intituladas 'The Diminishing Present' e 'Aproximações'.

4 Inês Leite (Lisboa 1968) é mestranda em História da Arte (Arte Contemporânea) na FSCH – Universidade Nova, Lisboa. Está actualmente a terminar a tese de dissertação sobre o arquitecto Francisco da Conceição Silva/Atelier Conceição Silva. É jornalista, foi directora-adjunta da revista Espaços (2005-2006) e responsável pela reformulação editorial da mesma. Colaborou, com artigos e entrevistas, em várias publicações de arte, arquitectura e economia, entre as quais a Espaços, L+Arte, Arte Ibérica, City, Fortunas e Diário Económico. É licenciada em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão (1993).

5 João Gomes da Silva, nascido em Lisboa em 1962, é arquitecto-paisagista. É, com Inês Norton, sócio fundador da «Global, arquitectura-paisagista, Id^a» desde 1990, aonde tem a sua prática de projecto e planeamento, que explora as transformações na paisagem, produzidas pelas dinâmicas económicas e sociais. É Professor convidado do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, aonde é responsável pela área disciplinar de Estudos da Paisagem.

6 Jorge Mangorrinha nasceu nas Caldas da Rainha em 1965. É Arquitecto com especialização em Património e desenvolve o Doutoramento em Urbanismo na Universidade Técnica de Lisboa. É actualmente Arquitecto Principal da Câmara Municipal de Lisboa, Consultor em Ordenamento Turístico e Coordenador Científico do Rastreio e Levantamento dos Conjuntos Termiais para o Ministério da Cultura. Foi Coordenador Técnico do Plano Nacional de Ordenamento do Território Turístico da República Dominicana (BID/SNEDE, 1996-1997), Coordenador de Conteúdos e Gestor Técnico da Parque Expo (1997-1998) e, no quadriénio 2002-2005, Vereador da Câmara Municipal das Caldas da Rainha. É autor de diversos estudos, publicações e intervenções públicas em Portugal, Espanha e em diversos países da América Latina, nas áreas de Património, Arquitectura, Termalismo e Ordenamento do Território.

7 Luís Maio nasceu em Lisboa em 1959. Licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, onde depois conclui o programa lectivo da Pós-Graduação. Como jornalista colaborou em várias publicações na década de 80, mais assiduamente com o Blitz e o Independente, onde veio a desempenhar funções de editor de música – as mesmas que ocupou durante a primeira década de existência do Público, onde permanece como jornalista do quadro. Desde o aparecimento do suplemento Fugas neste diário, em 2000, é o seu redactor principal na área das viagens. É também o especialista de música da Vogue. Publicou «Efectivamente» (Assírio e Alvim), editou «Os 50 Melhores Álbuns da Música Portuguesa» (Público/Fnac) e tem em preparação uma recolha de reportagens de viagens.

8 Mike Davis (Fontana, EUA, 1946) é um escritor americano, teórico de urbanismo, historiador e activista político. Licenciou-se em História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles onde é professor do Departamento de História. É membro do conselho editorial da New Left Review. Publicou diversos livros, entre os quais «City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles» (1990); «Ecology of Fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster» (2000); «Magical Urbanism: Latinos Reinvent the US City» (2000); «Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World» (2001); «Dead Cities, And Other Tales» (2003); «Planet of Slums» (2006); «In Praise of Barbarians: Essays against Empire» (2007). Em recebeu um MacArthur Fellowship Award. É fellow do Getty Institute.

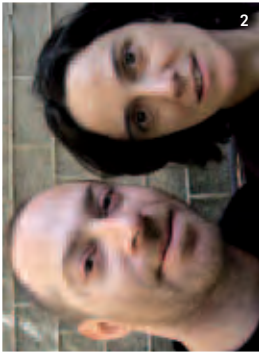
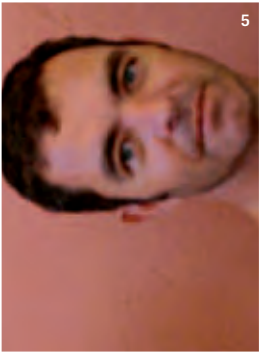
9 Paulo David nasceu no Funchal em 1959. É licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (1989). Colaborou nos ateliers de Gonçalo Byrne (1988-96) e de João Luís Carrilho da Graça (1989). Constituiu atelier próprio no Funchal exercendo actividade em regime liberal (1996). Foi consultor no Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal do Funchal (1995-2003) e assistente convidado na Universidade da Madeira na Secção Autónoma de Arte e Design (2001-04). É assistente convidado na Universidade da Madeira na Secção Autónoma de Engenharia Civil (2006-07).

10 Paulo Mendes da Rocha nasceu em 1928, na cidade – porto de Vitória, Espírito Santo. Formado pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, em 1954. É professor titular da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde leciona desde 1961. Pertence ao Conselho Superior do Instituto de Arquitectos do Brasil tendo presidido ao Departamento de São Paulo do IAB. II Prémio Mies Van Der Rohe de arquitectura Latino Americana, 2001. Prémio Pritzker, 2006.

11 Promontório é o atelier constituído por **João Perloiro**, nascido em 1962, licenciado pela FA/UTL (1987); **João Luís Ferreira**, 1963, licenciado pela FA/UTL (1988); **Paulo Perloiro**, nascido em 1964, Lic. Arq., FA/UTL (1988); **Paulo Martins Barata**, 1965 Lic. Arq., FA/UTL (1988), Mestrado pela Universidade de Edimburgo (1991) e Doutoramento pela ETH Zurique (2000); **Pedro Appleton**, nascido em 1970, licenciado pela FA/UTL (1993). Prémios: Representação Portuguesa da 10ª Bienal de Arquitectura de Veneza (2005); Exposição «1990 / 2004. Arquitectura e Design de Portugal», Trienal de Milão (2004); Finalista Prémio Secil de Arquitectura (2004); Finalista Prémio Secil de Arquitectura (1998); Prémio Valmor, Seleccionado (1997). Concursos: Fluvial, Mora, 1º prémio (construído) (2004); Banco de Portugal, Lote 1.10, Expo'98, 1º prémio (2002); Biblioteca Europeia de Informação e Cultura (c/ R. Collovà), Milão, 3º lugar (2001); Sede da Xerox Portugal, Lisboa, 1º prémio (construído) (1996); Feira Internacional de Lisboa/ Expo'98, 2º lugar ex-aequo (1994).

12 SAMI-arquitectos, é o atelier fundado em, 2005, em Setúbal, por Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira. **Inês Vieira da Silva** nasceu em Setúbal em 1976. É licenciada pela FAUTL (2000), tendo, no mesmo ano, realizado um estágio curricular no ateliê do arquitecto Philippe Gazeau, em Paris. Entre 2001 e 2002 colaborou com o arquitecto João Luís Carrilho da Graça. **Miguel Vieira** nasceu em Lisboa em 1977. É licenciado pela FAUP (2001) tendo, no mesmo ano, realizado um estágio curricular no Departamento do Centro Histórico de Évora. Em 2002 colaborou com os arquitectos Fernando Martins, João Santa-Rita, Andrew Shore e João Matos. Entre 2002 e 2004 colaboraram com o Gabinete Técnico da Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico no processo de candidatura a Património da Humanidade.

13 Susana Lobo (Loureço Marques, 1973) é arquitecta pelo Departamento de Arquitectura da FCTUC (2002), onde foi monitora da disciplina de Projecto I (1998-2002). Publicou «Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX», sua Prova Final de licenciatura. Colaborou no catálogo da exposição *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970* (MC-IPPAR, 2004), com o artigo «1942-2002: 60 anos de Pousadas». Integrou a Equipa do Centro do IAPXX, coordenada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha. Actualmente desenvolve a sua tese de doutoramento, pela Universidade de Coimbra, orientada pelos Professores Doutores José António Bandeirinha (FCTUC) e Ana Tostões (UTL-IST). É bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



The colonisation of the coastline: from seafront to resort SUSANA LOBO

The massification of holidaymaking as a reflex of a new societal perspective on the need for leisure has had a deep impact on territorial organisation. Throughout the 20th century we have witnessed different forms of using and colonising holiday-related spaces. How has the concept of *holidaymaking* evolved? What forms does it take for the different tourist typologies? How is it reflected in the transformation of the urban and natural landscape? What architectural and urbanistic models have shaped this situation? As a prime area of tourist activity, the coastline is the scenario for a reading of this phenomenon.

Conceição Silva. Territory and Tourism INÉS LEITE

In the short space of a decade, Francisco da Conceição Silva's architectural firm was heavily involved in the tourist development occupation of coastal land which began in the 1960s, as a result of the development of the Portuguese tourist industry. The three projects referenced here accompany the evolution of the tourism concept, which advanced from being an isolated activity that was the privilege of the lucky few in the middle of the century to the mass tourism of later years. The programmes for the Hotel do Mar, the Balaia complex and the occupation plan for Tróia Peninsula represent experiences that configure the thought of Francisco da Conceição Silva on the exercise of the profession, moving from the scale of the individual building to the scale of territorial intervention, and reflecting the context of the discipline of architecture in Portugal in the 1960s.

The Wanderer

JOÃO GOMES DA SILVA

the author reflects on the intense experience of travelling and the progressive creation of a 'virtual conscience' about the unknown. The strong impact of massive tourism on natural sites and landscape, is discussed and the notion of cultural travelling is proposed as an alternative of mass consumption of spaces and places. The author sustains the need of touristic development interest upon the cultural and natural factors of local identity.

Land of resources: tradition, trends and tourism in the Dominican Republic

JORGE MANGORRINHA

The knowledge a growing number of Portuguese people have of the Dominican Republic has been all but limited to the holiday resorts, given the current tourist business boom there. But developments in recent years may invert that trend, thanks to a new territorial concept expressed in the island nation's new Tourist Land Use Plan (1996-1997), for which the author was the technical coordinator. This tourist development plan involved the intense cooperation of Dominican Republic professionals and politicians and local and foreign investors. Its aim is to diversify the contact tourists have with the country, highlighting attractions other than merely «sun, sea and sand», as well as respect for the fragile ecological and social balance, and anticipating, and defining the control of, some of the effects of «mass tourism».

On the planet as a tourist factory

LUÍS MAIO

Tourism has not stopped growing since the end of the Second World War, now achieving the status of the biggest industry on the planet. The more it grows, however, the more it transforms, and some of the benefits it brings, as well as some of its main drawbacks, were unimaginable just a few decades ago. Air travel is now not only a democratic conquest, but also a serious threat to the planet's ecological balance. Tourism has long ceased to be equated with adventure and discovery of new worlds to become a gregarious and depressing activity. The narrative of travel, in turn, has given way to picture postcards and instant photographs – in other words, the antithesis of literature. The problems are recent, impassioning and possibly dramatic, but, as we will see, there is no lack of solutions in sight. It is possible to travel by plane and make up for the harmful gas emissions, improvise architectural and urban exploration tours, write about travels with no destination, or even without getting off the sofa.



COMA // CARLOS SANT' ANA // EDGAR MARTINS // INÊS LEITE //
 JOÃO GOMES DA SILVA // JORGE MANGORINHA // LUÍS MAIO // MIKE
 DAVIS // PAULO DAVID // PAULO MENDES DA ROCHA // PROMONTÓRIO //
 ELISABETE XAVIER GOMES // RUI MENDES // SAMI // SUSANA LOBO

[ESTAMOS ONDE ESTÁ A ARQUITECTURA]

Espaço, forma, luz, permanência.
 Atributos obtidos através
 da manipulação de superfícies
 e volumes. Da busca de luminância
 e de contraste.

Na arquitectura como
 na cerâmica de acabamento, estas
 são qualidades que fazem
 sobressair o pleno poder da forma
 visual.

Recer. Estamos onde está
 a arquitectura.

Hotel Sesimbra & Spa

 **Recer**
cerâmica

www.recer.pt

Serviço Recer

- ▶ Consultoria do gabinete ECA – Estudos Cerâmicos de Arquitectura;
- ▶ Apoio na reprodução de produtos antigos;
- ▶ Auxílio no dimensionamento de fachadas e revestimentos/pavimentos de acordo com os formatos Recer;
- ▶ Elaboração de propostas em 3D;
- ▶ Deslocação de técnicos à obra.

